



I COLÓQUIO NACIONAL SOBRE CIDADES LITORÂNEAS E TURISMO – CILITUR

CADERNO DE RESUMOS

OUTUBRO / 2017

Realização:



Organização:



Apoio:





Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU)

Colóquio Nacional sobre Cidades Litorâneas e Turismo - CILITUR

Os textos divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores

FICHA CATALOGRÁFICA

Caderno de resumos do I Colóquio Nacional sobre Cidades Litorâneas e Turismo.

Organização: Cristina Pereira de Araujo; João Paulo da Silva; Josiane Nascimento Andrade; Luciano Muniz Abreu; Ricardo Alexandre Paiva. Recife: UFPE, 2017.

Tema: Urbanização turística e cidades litorâneas.

ISBN:

1. Urbanização turística. 2. Políticas de turismo e território. 3. Turismo e conflitos socioespaciais. 4. Turismo de base comunitária. 5. Interseção entre turismo e outras atividades.

Universidade Federal de Pernambuco

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU)

Avenida da Arquitetura, s/n, Cidade Universitária, CEP 50740-550, Recife-PE

cilitur.com.br/cilitur2017/ | www.facebook.com/cilitur/

Realização:



Organização:



Apoio:



APRESENTAÇÃO

Com mais de 7 mil km de litoral, o Brasil possui 275 municípios litorâneos e dentre estes, algumas importantes capitais e suas regiões metropolitanas. Se a interface com o mar trouxe num primeiro momento as vantagens da exploração dos recursos marinhos e o favorecimento da circulação de mercadorias intercontinentais através de seus portos, a partir da segunda metade do século XX, observa-se a apropriação da beira-mar pelas atividades de turismo e lazer. Núcleos urbanos menores, próximos às capitais, têm assistido a uma ocupação intensa da costa, primeiramente por residências de veraneio e mais recentemente por resorts e empreendimentos turísticos imobiliários, configurando-se em alguns casos, em bairros ou cidades planejadas. Contudo, essa urbanização turística avança de forma efetiva e se apropria dos espaços naturais e construídos mais valorizados e tende a gerar conflitos com a população autóctone cuja mobilidade e ocupação fica restrita aos resíduos da cidade formal. Mas essa problemática, assim como outras decorrentes da atividade turística, não está restrita a essa zona, e se replica, em diferentes escalas de tempo e espaço, nas demais zonas e cidades turísticas brasileiras, ainda que com diferenças em função das regionalidades.

Em que pese os esforços empreendidos pelas políticas públicas federais de turismo notadamente a partir do lançamento do PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo) em 1994 e da criação do Ministério do Turismo em 2003, o que se observa é que ainda existe um fosso entre o que se almeja, enquanto política pública, e o que se realiza no âmbito da produção do espaço. Embora os números demonstrem um aumento considerável da demanda, sobretudo doméstica, e uma melhor organização e sistematização da oferta, agora regulamentada por decreto federal, a lógica da produção espacial revela conflitos sociais, de usos e interesses que muitas vezes não agregam a população local.

Diante desse panorama diverso e complexo entre a atividade turística, as políticas públicas e seu reflexo na organização das cidades litorâneas, o I CILITUR apresenta os resumos dos trabalhos aprovados para o evento, que tem como objetivo principal refletir sobre as relações entre turismo e os distintos territórios ao longo da zona costeira, considerando, além dos aspectos econômicos, sociais e ambientais, os avanços e desafios que o Estado tem enfrentado na busca do ordenamento e dinamização da atividade.

Comissão Organizadora
Recife/PE, 30 de outubro de 2017

Realização:



Organização:



Apoio:



SUMÁRIO

SESSÃO TEMÁTICA 1: Urbanização Turística					
CATEGORIA COMUNICAÇÃO ORAL					
A análise do sistema de turismo do Vidigal (Fausi Kalaoum; Isabela de Fátima Fogaça)	8	MESA 1	O projeto de venda da cidade carioca e o desenvolvimento do turismo nas favelas: O Morro Cantagalo (Lorene Monteiro Maia)	15	MESA 1
A favela do Chapéu-Mangueira e a sua atratividade turística na ótica de seus promotores (Joel Couto Saar de Almeida)	9	MESA 1	Pousadas na Vila de Ponta Negra – Natal/RN: interfaces referentes aos dois circuitos da economia urbana (Hugo Aureliano da Costa)	17	MESA 4
A Hora da cidade: política urbana, lazer e turismo para a cidadania (Mozart Fazito Rezende Filho; Barbara Nascimento Rodrigues; Luiz Carlos Spiller Pena)	10	MESA 1	Territórios turísticos e produção do espaço: reflexões teóricas acerca do papel e impactos das transformações espaciais em função do turismo (Luciano Muniz Abreu)	18	MESA 6
A Reestruturação Urbana em Natal/RN: Análise a partir dos Meios de Hospedagem e a sua inserção no território urbano natalense (Hugo Aureliano da Costa)	11	MESA 4	Turismo e processos espaciais urbanos (Maria Aparecida Pontes da Fonseca; Ramón Garcia Marín; Daniel Moreno Muñoz)	20	MESA 3
Cabo Frio na década de 1940: uma análise do Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento e sua relação com a cidade (Karla Macedo; Vera Rezende)	13	-	Turismo e produção do espaço no Litoral Sul pernambucano: o caso de Porto de Galinhas (Jessica de Oliveira Roosen; Cristina Pereira de Araujo)	21	MESA 5
Pajuçara – da primeira moradia a cartão-postal: a urbanização turística em Maceió e a criação de um novo olhar para a cidade (Rubens de O. Duarte; Adriana Capretz B. S. Manhas)	14	MESA 4	Turismo, Sol, Praia e território(s) na cidade de Maceió-Alagoas Brasil (Daniel Arthur Lisboa de Vasconcelos; Lindemberg Medeiros de Araujo; Silvana Pirillo Ramos)	23	MESA 5
CATEGORIA PÔSTER					
Distribuição urbana: território, poder e violência (Lauro Celso Rodrigues da Costa; Joicy Caroliny Do Vale Ponath)	24	-	Projetos de reabilitação em zonas históricas portuárias: o caso do Recife, Brasil (Inês Domingues Maia e Silva)	25	-
Percepção da violência em cidades turísticas litorâneas (Juliana Leite Rodrigues; Lorraine Cardoso Dias)	25	-	Turismo e a produção do espaço na Costa Verde fluminense: padrões de ocupação e a privatização da orla em Angra dos Reis/RJ (João Paulo Noronha Moreira; Luciano Muniz Abreu).	26	-

Realização:



Organização:



Apoio:



SESSÃO TEMÁTICA 2: Políticas de turismo e território

CATEGORIA COMUNICAÇÃO ORAL

A expressão econômica do turismo em sistemas alternativos de mensuração da geração direta e indireta de emprego e renda: um estudo empírico sobre o Litoral Norte Gaúcho do Rio Grande do Sul (Maximilianus Andrey Pontes Pinent; Carlos Águedo Nagel Paiva)	27	MESA 2	Políticas de Turismo e território: uma análise da experiência brasileira com foco no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) (Luciano Muniz Abreu; João Paulo Noronha Moreira)	34	MESA 6
A participação ativa da iniciativa privada e comunidade local no planejamento e políticas públicas de turismo (Leylane Meneses Martins)	28	MESA 6	Políticas públicas de revitalização urbana: uma abordagem no turismo e lazer da cidade de Natal/RN (Aylana Laissa Medeiros Borges; Luana Dayse de Oliveira Ferreira; Wilker Ricardo de Mendonça Nobrega)	35	MESA 2
O Arranjo Produtivo Local de Turismo Costa dos Corais, Alagoas, e suas implicações territoriais (Gearlanza Alves Galdino; Lindemberg Medeiros de Araujo)	30	MESA 2	Produção do espaço e políticas públicas federais de turismo no litoral pernambucano (Cristina Pereira de Araujo)	37	MESA 6
O Turismo e a Produção do Espaço: a cooptação econômica, política e social dos dez maiores hotéis no Município do Ipojuca (Tiago Delacio de Oliveira e Silva)	31	MESA 2	Turismo e Participação Social em Maragagi/AL (Artemísia dos Santos Soares)	38	MESA 5
Planejamento: a ferramenta para o crescimento ordenado do Turismo (Leylane Meneses Martins; Rosangela Vilela S. Lima; Eliane Avelina Azevedo)	32	MESA 6			

CATEGORIA PÔSTER

Políticas públicas e potencialidade turística do bairro do Seixas em João Pessoa-PB (Claudete Martins Costa; Clerisante Martins Vianna Neto; Francisco Coelho Mendes)	40	-	Turismo e percepções sobre legibilidade e identidade da Barra de Camaratuba em Mataraca-PB (Ranieryson Viana Freitas; Priscilla Helen Medeiros Detmering; Francisco Coelho Mendes)	41	-
Inventário turístico: potencialidades e atrativos em Lucena-PB (Mitalo Henrique Mateus dos Santos; Kaicy Ravena Pires Santos; Francisco Coelho Mendes)	40	-	Transporte city tour como meio de integração entre os atrativos turísticos da região metropolitana de João Pessoa-PB (Michael Bruno de Sousa; Clerisante Martins Vianna Neto; Francisco Coelho Mendes)	42	-

Realização:



Organização:



Apoio:



SESSÃO TEMÁTICA 3: Turismo e conflitos socioespaciais
CATEGORIA COMUNICAÇÃO ORAL

A análise cartográfica dos lugares do Vidigal (Fausi Kalaoum;)	42	MESA 1	Investimentos imobiliários em São Miguel do Gostoso (RN): valorização e conflito territorial (Wagner Fernandes Costa; Maria Aparecida Pontes da Fonseca)	52	MESA 4
Análise e perspectivas sobre o desenvolvimento turístico e ecoturístico no estuário do rio Paraíba, PB (Antonio Rafael Barbosa de Almeida)	43	MESA 5	Porto Maravilha-RJ e a influência turística: A Pequena África como lugar de memória (Carolina Mara Teixeira)	53	MESA 3
Arquitetura + Design + Urbanismo como ferramentas de elaboração de políticas públicas colaborativas e inclusivas (Ana Beatriz da Rocha; Paulo Reis)	45	MESA 2	Processos de integração/ segregação socioespacial de turistas com o destino litorâneo Natal – RN (Michel Jairo Vieira da Silva; Francisco Fransualdo de Azevedo)	54	MESA 4
Configuração espacial e repercussões do turismo de segunda residência na Ilha de Itamaracá, Pernambuco (Josiane Nascimento Andrade)	46	MESA 4	Turismo e ícones urbanos e arquitetônicos: o Terminal Marítimo de Passageiros "encalhado" no Porto de Fortaleza (Ricardo Alexandre Paiva)	56	MESA 5
Entre imagens, práticas e reconstrução de significados urbanos: O caso da Praça Mauá-RJ (Marília Chaves Lima)	48	MESA 3	Turismo e políticas urbanas no Brasil e na Itália (Antonio Muniz Filho; Gabriella Restaino)	57	MESA 6
Expansão da função turística em áreas protegidas costeiras: conflitos e busca de consensos (Vanice Selva)	49	MESA 5	Turismo no Alto da Sé: Olinda, patrimônio e musealização (Camilla Gomes)	59	MESA 3
Gestão integrada e planejamento turístico: resultados preliminares do controle das atividades turísticas na área de proteção ambiental Costa dos Corais (Enio Ricardo Gomes Júnior; Lindemberg Medeiros de Araujo)	50	MESA 5	Turismo: Bons e Maus Momentos – Paraty como exemplo (Siva Bianchi)	60	-

CATEGORIA PÔSTER

Litoral norte de Maceió como alvo de gentrificação: a especulação imobiliária que enclausura a Vila Emater (Lourival T. de Assunção Filho; Karollyne Marcelly F. Albuquerque)	61	-	O turismo e a produção do espaço no litoral de Pernambuco: O caso do Cabo de Santo Agostinho (Lílian Barbosa Monteiro de Lucena; Cristina Pereira de Araujo)	62	-
---	----	---	--	----	---

Realização:



Organização:



Apoio:



SESSÃO TEMÁTICA 4: Turismo de base comunitária

CATEGORIA COMUNICAÇÃO ORAL

Produção do espaço e políticas públicas de turismo: uma discussão acerca da estruturação do turismo de base comunitária no Brasil (João Paulo da Silva; Cristina Pereira de Araujo)	63	MESA 1	Turismo em favelas: participação comunitária no Morro da Babilônia (Sergio Moraes Rego Fagerlande)	64	MESA 1
---	----	--------	--	----	--------

SESSÃO TEMÁTICA 5: Interseção entre turismo e outras atividades

CATEGORIA COMUNICAÇÃO ORAL

Oferta turística local e mercado de trabalho: uma análise do impacto de indústrias turísticas (Eduardo Reis Araújo; Leandro de Souza Lino; Paulo Henrique Assis Feitosa)	65	MESA 2	Usos litorâneos na Região Metropolitana de Fortaleza: impactos e conflitos (Beatriz Helena Nogueira Diógenes; Ricardo Alexandre Paiva)	67	MESA 5
Porto Velho, Porto Novo: Porto Maravilha (Maria Isabel Camañes Guillén,; Roberta Simeoni Franco de Godoy)	66	MESA 2			

CATEGORIA PÔSTER

Mobilidade e Preservação Ambiental em Mangaratiba: revitalização da estrada ferroviária (Ariane de Souza Paulino)	69	-	Reconexão Recife – Olinda: protótipos de ambientes lúdicos e interativos (Beatriz Jeronymo)	69	-
---	----	---	---	----	---

Realização:



Organização:



Apoio:



SESSÃO TEMÁTICA 1 - Urbanização Turística

CATEGORIA COMUNICAÇÃO ORAL

A análise do sistema de turismo do Vidigal (Fausi Kalaoum; Isabela de Fátima Fogaça)

Esse trabalho tem como objetivo principal apresentar e analisar o Sistema de Turismo (SISTUR) do bairro Vidigal, utilizando como principal referencial teórico norteador a obra do autor Mario Carlos Beni: Análise Estrutural do Turismo (2007). Localizado na nobre Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, entre os bairros do Leblon e de São Conrado, o Vidigal que até 2011 era classificado como um Aglomerado Subnormal pela Prefeitura do Rio de Janeiro foi categorizado então como bairro da cidade, juntamente com outros Aglomerados Subnormais do município. O principal critério utilizado pelo poder público municipal do Rio de Janeiro foi as melhorias e criação de infraestrutura, tais como: saneamento básico, rede elétrica, serviços postais e etc. Um ano após a recategorização (de favela à bairro), foi instalada na comunidade, em 18 de janeiro de 2012, a Unidade de Polícia Pacificadora, a UPP Vidigal. A UPP, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro é um Programa de Segurança Pública que foi elaborado com os princípios da Polícia de Proximidade, e fundamenta a sua estratégia na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública. Apesar desse trabalho não se propor a discutir a efetividade e a eficácia dos objetivos propostos pela UPP, esse reconhece a contribuição desta para o crescimento do trade turístico do morro. Houve considerável expansão dos meios de hospedagem – com predominância de albergues ou hostels - desde o ano de 2012 até os dias atuais e abertura de diversos outros estabelecimentos que têm como público-alvo turistas e excursionistas, passíveis de serem citados: bares, restaurantes e espaços para

festas e eventos. Apropriando-se de autores do planejamento, como Beni (2008) e Braga (2007), serão apresentados os elementos que compõem o SISTUR, sendo eles: a dimensão do SISTUR, composto pelo conjunto de relações ambientais e seus quatro subsistemas: ecológico; social; cultural; e econômico; (2) a dinâmica do SISTUR, composto pelo conjunto das Ações Operacionais, dividido nos subsistemas de: mercado, oferta, demanda, produção, distribuição e consumo; e (3) a estrutura do SISTUR, por meio do conjunto da Organização Estrutural que compreende os subsistemas de superestrutura e infraestrutura. Para além da apresentação dos elementos supracitados, esse trabalho também se propõe a produzir uma análise de tais por meio da ferramenta SWOT (do inglês Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) que tem o objetivo central o de apontar os pontos fortes e fracos, assim como as oportunidades e ameaças dos elementos do Sistema. A partir da análise SWOT, há então a possibilidade de criar sugestões de medidas preventivas e também corretivas que poderão ser eficientes na melhoria da atividade turística do destino estudado. É importante realçar que não somente o Vidigal, mas muitas outros “novos” bairros e Aglomerados Subnormais (favelas) do estado do Rio de Janeiro - algumas melhores estruturadas - já vêm recebendo uma demanda significativa de turistas, o que justifica a importância dessa pesquisa como um passo inicial para a iniciação de pesquisas similares nesses outros destinos. Para o alcance desse trabalho se utilizou as seguintes ferramentas de pesquisa: a) revisão de literatura sobre o tema do planejamento turístico, com o objetivo de compreender a importância, os elementos e a aplicação do planejamento para o melhor desenvolvimento da atividade turística nos destinos; b) análise cartográfica do mapa Vidigal 100 segredos com o objetivo principal de identificar os empreendimentos que compõem o trade turístico, bem como a sua localização; c) visitas em campo com o objetivo de assegurar a existência de tais empreendimentos; d) visitas a portais e websites que trabalhem com o trade turístico, como por exemplo booking.com, decolar.com e outros com o objetivo de compreender como o produto Vidigal – como um todo - é ofertado e distribuído

Realização:



Organização:



Apoio:



para as demandas. O resultado alcançado por essa pesquisa conclui que apesar da realidade da atividade turística no Vidigal, o bairro ainda necessita de estudos e orientações de planejamento para promover a sua máxima potencialidade e reduzir os pontos fracos que prejudicam a plenitude da atividade. Esse trabalho, assim como a atividade turística que deve ser considerada como multidisciplinar, pode vincular-se em diversas perspectivas de análise, que vão perpassar pelo planejamento turístico, urbanização turística, empreendedorismo local (visto que grande parte dos empreendimentos pertence aos próprios moradores), conflitos socioespaciais e do território. Contudo, esse trabalho está focado em demonstrar a Urbanização Turística do Vidigal e como esse processo tem alterado a dinâmica do destino. A escrita apresentada contribui para o eixo temático escolhido no sentido de ser um trabalho pioneiro que tenta compreender o crescimento da oferta em um destino que iniciou um processo (ainda em andamento) de consolidação bastante recente. Para além disso, ajuda a compreender a importância do Planejamento e como a expansão de urbanização turística altera as dinâmicas territoriais entre moradores (empreendedores ou não) e turistas ou excursionistas por variados prismas (ambiental, econômico, social, cultural, institucional).

Palavras-chave: Vidigal; turismo; sistema de turismo.

A favela do Chapéu-Mangueira e a sua atratividade turística na ótica de seus promotores (Joel Couto Saar de Almeida)

O artigo visa demonstrar como ocorreu o processo de constituição da favela do Chapéu-Mangueira enquanto destino turístico viável, entendendo analiticamente que esse território urbano se incorpora a lógica mercadológica como uma nova fronteira de acumulação do capital, onde o ordenamento urbano passa a seguir a lógica mercantil através do desenvolvimento de atividades econômicas regulamentadas pelo Estado. E que, portanto, a visita turística é de especial atenção nessa circunstância por sua visibilidade midiática e sua dinâmica de criação de significados que se incorporam no jogo das representações simbólicas sobre o território e seus habitantes.

Com um forte viés etnográfico a pesquisa, que dá origem a esse artigo, esteve atenta em perceber como se deu a dinâmica de criação de significados sociais positivos nessa localidade marcada pelos processos de estigmatização que instituíram uma percepção social sobre as favelas como espaços distintos do resto da cidade do Rio de Janeiro. O método de entrada no campo escolhido foi o da observação flutuante, compreendida como a instituição de uma permanência em campo aberta as indicações que surgem na própria dinâmica de estruturação do objeto, numa tentativa de um não estabelecimento prévio e autoritário das questões pesquisadas; e posteriormente, junto aos agentes promotores internos se utilizou como principal método de coleta de dados a observação participante, entendida como um modelo de ação do pesquisador constituído na sua integração ao campo pesquisado, onde cabe ao cientista colher os dados para análise no viver cotidiano do grupo, não se esquecendo de problematizar a questão de como sua própria inserção/presença altera a realidade e os sentidos subjetivos.

Debate-se como o surgimento da modalidade turismo em favelas, e sua evolução até os dias atuais, levaram a favela do Chapéu-Mangueira a se revestir de atributos valorativos positivos que a permitissem se diferenciar das outras favelas turísticas da cidade, especializando-se com suas particularidades ambientais e visuais; e com esse argumento, estabelecendo um turismo de base local, que surge majoritariamente controlado por moradores da comunidade com forte atitude empreendedora e contatos externos que servem simultaneamente de conselheiros e networking.

Para se entender a mobilização de significantes positivos sobre a localidade que permitissem a construção de sua atratividade turística, utilizou-se primordialmente das descrições que os agentes promotores internos expuseram sobre as dinâmicas das ações empreendedoras realizada até então, e se separou, para uma melhor descrição, os diferentes tipos de ações comerciais com viés turístico que se estabeleceram no local (tour, hostel e bar) no intuito de se demonstrar os argumentos que os construíram enquanto empreendimentos comerciais que se vendem a partir de sua localização particular (pois a constituição morfológica e topográfica, alinhada à posição geográfica singular do local, poderia ser um atributo de interesse do olhar do turista independentemente da existência ou não da favela).

Realização:



Organização:



Apoio:



Temos, portanto, nessa pesquisa, a visão representativa de três linhas de inserção econômica possibilitadas pela turistificação do território favelado: o tour, com sua ênfase no ecológico, em uma tentativa de se alinhar conhecimentos históricos sobre a favela à questão ambiental; o hostel Favela Inn, com sua sensibilidade empreendedora ao vislumbrar um mercado em potencial na oferta de leitos, e o Bar do Davi, que possui grande visibilidade midiática, e proporciona um fluxo constante de visitantes à favela.

Localizada no sub-bairro do Leme, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, uma área de grande especulação imobiliária e onde estão os principais atrativos turísticos da cidade, a favela do Chapéu-Mangueira tem como paisagem a praia de Copacabana e se estabelece em contiguidade territorial a uma Área de Proteção Ambiental (APA); características mobilizadas como diferenciais a serem comercializados como atração, com a instauração inclusive da ideia de “favela ecológica”, por conta de um programa de reflorestamento e ações de engenharia consideradas ambientalmente amigáveis.

Porém aponta-se a inauguração de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em junho de 2009, como ponto nevrálgico na viabilidade da constituição desta favela específica enquanto destino turístico ao instaurar uma espécie de ordem institucional-legal singular, criando e incrementando a sensação de segurança ao pressupor com a sua presença a interrupção do controle do tráfico armado sob o território e a imposição da ação estatal como única força coercitiva em atuação, e assim simultaneamente, permitindo a incorporação desta localidade ao espaço cidadão das trocas comerciais regidas pelo mercado capitalista legalmente regulado pelo Estado, e possibilitando, dessa maneira, o tipo de turismo que se estabeleceu ali, onde se requer do turista, ou do visitante ocasional, a vivência no ambiente “favela”, com o consumo, ou não, de algum serviço local, como: alimentação, hospedagem e/ou passeio.

Demonstra-se, a partir dos discursos utilizados por esses agentes na construção da imagem da favela turística, como se deu o papel efetivo de cada um dos atores envolvidos no surgimento e no incremento do turismo local e as percepções que os mesmos mantinham acerca da turistificação da localidade onde vivem, delineando assim a oferta turística deste território. Conclui-se apontando certa uniformidade valorativa positiva nos discursos que se valem e constroem a

representação turística da favela quando alinham os possíveis benefícios econômicos advindos do turismo à mudança na representação social da favela com um todo.

Palavras-chave: Turismo em favela, representação social, turistificação.

A Hora da cidade: política urbana, lazer e turismo para a cidadania (Mozart Fazito Rezende Filho; Barbara Nascimento Rodrigues; Luiz Carlos Spiller Pena)

Com sua alta percibibilidade, o turismo e o lazer se tornaram produtos típicos da pós-modernidade (MOWFORTH; MUNT, 2009), marcada pela fluidez e ampliação da frequência e magnitude dos fluxos inter-regionais (BAUMAN, 2001; THORNLEY; RYDIN, 2002), gerando o fenômeno que Harvey (1989) chamou de compressão espaço-temporal. As cidades foram transformadas em mercadoria em nome da modernização turística (FAZITO, 2015) e, vistas como áreas turísticas, passaram a ter um ciclo de vida (BUTLER, 1980). Os cidadãos das metrópoles contemporâneas foram instados a acreditar que a melhor escolha para se atingir o bem-estar social seria pelo ‘progresso material individual’ e, assim, torna-se natural se ter um comportamento competitivo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Ao seguir os paradigmas de desenvolvimento dominantes, a cidade se tornou um negócio, em que renda e riqueza são as variáveis que determinam o seu ‘sucesso’. No bojo das cidades ‘neoliberais’, que reconfiguram as relações entre o capital, Estado e sociedade, ou, ‘corporativas’, que interessam ao Estado e às corporações, existe o reflexo de uma urbanização igualmente corporativa (SANTOS, 1993; VAINER 2013). A lógica da concorrência tem um papel fundamental na construção dessa racionalidade, já que estende a noção de competitividade individual para a competição entre localidades, que disputam entre si qual recebe mais turistas e qual gera mais receita a partir das atividades de lazer. As diretrizes do Ministério do Turismo, por exemplo, são profundamente voltadas a expandir a competitividade dos destinos (BRASIL, 2010). Logo, os setores que ditam as regras das cidades começaram a entender o turismo como algo inerentemente bom, um vetor de desenvolvimento, apoiados pela ideia de que o turismo é uma “indústria limpa”, que gera emprego e renda, e, portanto, deve ser apoiado (HALL, 2008). Como objeto de estudo dessa pesquisa, as

Realização:



Organização:



Apoio:



capitais nordestinas demonstraram adotar esta forma de modernização, tendo o turismo obtido um papel fundamental para o fomento desse novo modelo de cidade. O Nordeste recebeu pelo PRODETUR-NE, nos últimos 20 anos, um total de USD 1,014,100,000.00 (Zymler, 2003), que foram principalmente direcionados à expansão e à modernização das estruturas de suporte ao turismo (Beni, 2006). Foram identificadas alterações urbanas que se seguiram aos investimentos públicos, como o aumento do número de condomínios fechados para turismo de segunda residência (DEMAJOROVIC et al., 2011; FONSECA, 2012; FAZITO; LOCATEL, 2015), revitalização de área urbana degradada com atividades de turismo e lazer, seguindo o modelo Barcelona (GONZÁLEZ, 2011; SILVA, 2002), e reconfiguração de áreas litorâneas (LOCATEL, 2012); esses são exemplos que demonstram o protagonismo do turismo na reconfiguração do espaço urbano de cidades litorâneas. Entretanto, a literatura e as evidências empíricas, em estudos de casos, mostram o aumento de sérios impactos negativos nos mesmos locais e em seu entorno, que surgem como consequência dessa reconfiguração espacial – a se ressaltar os recentes movimentos anti-turismo de Barcelona. Toda a reconfiguração de áreas para o turismo e o lazer faz delas o teatro de conflitos, dentre os quais é possível identificar a segregação socioespacial, inflação e gentrificação, e a consequente proliferação de favelas, entre outros problemas (FAZITO; LOCATEL, 2015; SILVA, 2010; SMITH, 2002; YAZIGI, 2001). Um urbanismo carente de inovação, ou de um planejamento democrático desses espaços, proporciona a voracidade do consumo dos espaços urbanos, que por sua vez propicia o contraste da frustração e da pobreza e o desvinculamento ético dos indivíduos que, posicionados no anonimato, inclusive do seu direito à cidade, manifestam os chamados comportamentos “antissociais”, tomando a criminalidade uma consequência óbvia do crescimento urbano (WILHEIM, 1976).

Com o objetivo de avaliar o processo de desenvolvimento urbano nas capitais nordestinas, este trabalho explora a variação da taxa de homicídios e outros índices de violência e a variação da renda per capita. Os números demonstram que, ao mesmo tempo em que houve um aumento na renda e em investimentos, ocorreu um aumento considerável nos índices de violência (à exceção do Recife, cujos índices já eram muito altos, e requer um estudo mais aprofundado), o que evidencia a necessidade de uma atenção maior aos fundamentos do

desenvolvimento dessas sociedades, já que neste formato, essas cidades se distanciam da civilização e se aproximam da barbárie. Em cidades turísticas, faz-se necessário um estudo que aprofunde o entendimento do papel do turismo e do lazer no desenvolvimento urbano. A partir de ampla revisão bibliográfica e uma análise dos dados secundários, a pesquisa encontrou que o potencial principal do turismo nas cidades não pode ser, exclusivamente, o de fomentador de emprego e renda. Com a sua capacidade de reconfiguração dos espaços urbanos atual, o turismo demonstra ainda estar refém do processo de mercantilização das relações sociais (DARDOT; LAVAL, 2016), o que esvazia seu potencial de contribuir para além de metas financeiras. Não se pode tratar de forma isolada tais cidades, descolando-as dos contextos regionais onde estão inseridas, pois os atores dessas cidades “em virtude de suas atividades específicas na divisão do trabalho” possuem diferenças de interesses e visão, quase sempre “elaboradas na colaboração e no conflito” (SANTOS; SILVEIRA, 2004). Uma visão mais rica do papel do lazer e do turismo nas cidades demonstra que podem contribuir para o resgate do afeto das pessoas ao seu espaço, para expandir programas de educação ambiental, de respeito ao patrimônio, com o fortalecimento da sensação de pertencimento, de troca de culturas, de fortalecimento da soberania e de construção da paz. Portanto, a pesquisa defende que para se minimizar os impactos negativos do turismo, sua noção deve ser ampliada para aquela que compreende o turismo como um fenômeno do tempo livre, do lazer, e não do mercado. A questão que permanece é o mote usual dos estudos urbanos: como ultrapassar o desafio da aplicabilidade das teorias construídas? Aponta-se, assim, para a necessidade de estudos sobre sistemas de governança urbana que sejam capazes de incorporar e implementar visões mais ricas do papel do turismo e do lazer no desenvolvimento urbano.

A Reestruturação Urbana em Natal/RN: Análise a partir dos meios de hospedagem e a sua inserção no território urbano natalense (Hugo Aureliano da Costa)

O presente artigo busca evidenciar o processo de reestruturação urbana que ocorre em Natal/RN, principalmente a partir dos anos 90, com foco para o serviço

Realização:



Organização:



Apoio:



da atividade turística, principalmente no que se refere à composição e constituição dos meios de hospedagens nesta cidade. A partir dos anos 70, 80 e início dos anos 90 o Brasil passa por um processo em que insere novas atividades econômicas e novos objetos geográficos para mudar sua forma-conteúdo. E na mudança desses serviços o turismo foi um dos que mais relegou, para si, o papel de protagonista nesta reestruturação produtiva brasileira e, conseqüentemente, nordestina.

Objetivamos, assim, neste artigo entender como a reestruturação urbana de Natal esteve atrelada, também, devido a instalação de meios de hospedagens no tecido urbano dessa cidade para a composição de seu setor de serviços e como estes foram peças-chaves para o protagonismo desse setor na economia natalense.

Para tanto, tabulou-se dados secundários da ferramenta CADASTUR, do SEBRAE-RN, da Receita Federal e do Ministério do Turismo. Procurou-se debater, portanto, com o auxílio desses dados tabulados informações referentes ao capital social desses meios de hospedagens, como estes aparelhos imobiliário-turísticos podem ser considerados como um dos agentes de mudança da base econômica de Natal que ocorreu nos últimos 25 anos, tomando por base o ano de inauguração dos hotéis na cidade de Natal, o país de origem e o pertencimento ou não à redes de hotéis, bem como a instituição de políticas públicas visando essa inserção destes meios de hospedagens.

A discussão teórica, partindo de Soja (1993) e Harvey (1996), trouxe elementos chaves do entendimento do que é a reestruturação urbana/produtiva e a mudança do Estado administrativo para o Estado empreendedor. Além disso, na pesquisa bibliográfica foi discutido, principalmente, respeito do Turismo, da geografia histórica da reestruturação urbana do capitalismo e de como as políticas públicas reverberaram no espaço urbano, trazendo alterações a essas áreas, além, claro, de como as cidades do litoral do nordeste sofrem este processo ocasionado, também, pelo turismo.

Observamos, de acordo com Soja (1993), como a reestruturação injeta uma mutação na paisagem geográfica, fazendo com que a composição de determinadas estruturadas sejam alteradas com o tempo e que o capitalismo sempre se recria, buscando a maximização do lucro e fugir das crises. E o Estado, portanto, acaba sendo preponderante para o desenvolvimento da atividade

turística, como bem foi no Nordeste e em Natal, com a construção da Via Costeira, reforma do aeroporto, reformas urbanas e nas praias as quais havia fluxo turístico, bem como investimentos do PRODETUR/NE e do Banco do Nordeste.

Natal, assim, alterou sua composição, adentrou no período da “acumulação flexível”, se integra com outros espaços a partir também do fluxo turístico e está posta perante os desígnios da globalização, principalmente a partir da década de 90. Vários investimentos se fazem presentes, um destes são as cadeias hoteleiras e os próprios meios de hospedagens que se instalam principalmente no bairro de Ponta Negra, alterando a infraestrutura do espaço urbano natalense, seja por intermédio da valorização de porções do território ou mesmo por causa da criação de empregos nesses locais. São, hoje, mais de 200 meios de hospedagens em Natal/RN, totalizando 9.667 unidades de hospedagem e, praticamente, 28.000 leitos. Conseguiu-se tabular dados de 157 meios de hospedagens. Estes investimentos têm início nos anos 80 com a construção da Via Costeira, sendo que, nessa década, foram construídos 17 meios de hospedagens e um pertencente a uma rede espanhola. Tais investimentos se intensificam nos anos 90, apresentando a construção, em Natal/RN, de mais de 39 meios de hospedagens, com investimentos de capital advindo de países como Estados Unidos, Itália e Portugal. Dessa maneira, a atividade turística na referida cidade tem seu auge até o ano de 2008, uma vez que, durante esse período, foram mais de 69 meios de hospedagens construídos, dos quais 53 em Ponta Negra, encontrando-se, assim, investimentos de grandes redes nacionais e internacionais, como, por exemplo, de países como Noruega, Itália, Gibraltar e Portugal. De 2009 até o ano de 2016 houve a construção de mais 32 meios de hospedagens, os quais haviam investimentos de redes nacionais, bem como de países como Espanha, Itália e Líbano.

No trabalho completo apresentar-se-á tais dados e quais são as cadeias presentes, bem como a tipologia desses meios de hospedagens, os investimentos internacionais e o capital social desses empreendimentos.

Portanto, a cidade de Natal reestruturou o seu urbano também a partir do Turismo, em especial o bairro de Ponta Negra que conta com um contingente de meios de hospedagens considerável, além, claro, de restaurantes e agências de viagens. Nas últimas décadas, a partir da chegada dos hotéis, o serviço do turismo que era

Realização:



Organização:



Apoio:



incipiente, torna-se representativo na paisagem urbana e muda, consequentemente, sua estrutura econômica, ocasionando-se assim como um elemento chave no entendimento do que era Natal até os anos 80 e o que Natal é hoje, para o estado do Rio Grande do Norte, do Nordeste e do Brasil, a partir deste processo que insere a capital potiguar no chamado espaço de fluxos mundial do período da “acumulação flexível”.

Dessa forma, a discussão referente à urbanização de Natal, e principalmente do bairro de Ponta Negra, tendo como um elemento chave da chamada reestruturação urbana os meios de hospedagem é, nesse caso, imprescindível no entendimento que é o turismo nas cidades litorâneas e evidentemente o que é turismo para a cidade de Natal. A urbanização turística exerce, assim, um papel central nas cidades em que o turismo sol e mar é preponderante, e Natal não escapa a isso. A mudança de estrutura econômica em que o setor terciário passa ser o grande protagonista e, destes, o turismo apresenta-se como um fator de geração de renda traz à tona discussões referentes a como a atividade turística ascende e torna-se representativa, reestruturando o urbano de áreas próximas as praias e, com isso, modificando toda a estrutura até então vigente. Assim sendo, este artigo traz discussões importantes para a urbanização turística e, mesmo, para a produção e consumo do espaço litorâneo.

Palavras-chave: Reestruturação Urbana, Meios de Hospedagem, Turismo, Natal/RN, Internacionalização.

Cabo Frio na década de 1940: uma análise do Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento e sua relação com a cidade (Karla Macedo; Vera Rezende)

Cabo Frio, cidade litorânea do Estado do Rio de Janeiro, sétima mais antiga do país com 402 anos de fundação, tem uma trajetória marcante no cenário econômico nacional. Antes mesmo que viesse a se tornar um destino turístico de forte apelo (inter)nacional a partir da década de 1950; quando o sal ainda era a principal atividade econômica do município, as referências à beleza de suas praias, e paisagens já se faziam ouvir. Vasconcelos (1922) aponta a contribuição

de Cabo Frio na economia nacional e cita a beleza da cidade mostrando“(…) Que admirável estação balneária seria Cabo Frio, - que a 120 kilometros de Niteroy, pode ser alcançada por trem de ferro, em menos de duas horas.”

Uma década antes da cidade começar a desenvolver o seu potencial turístico, foi apresentado o Plano de Urbanização dos Irmãos Coimbra (1940) que tinha por objetivo transformar profundamente a estrutura urbana da cidade. Esse trabalho tem como fio condutor, além de buscar identificar quais foram as intervenções propostas pelo plano no que se refere à atividade turística em Cabo Frio, analisar uma série de modificações referentes à instalação de uma infraestrutura que, ainda que não tenha sido desenvolvida com a intenção de fomentar diretamente o turismo, apresentou-se como aliada ao desenvolvimento da cidade. Dentre os equipamentos, temos: a construção da estação Cabo Frio da Estrada de Ferro Maricá – a Estação do Sal – em 1937, a rodovia Amaral Peixoto na década de 1940 e a criação da Cia. Nacional de Álcalis em 1943 .

Na década de 1940 o Decreto-lei 125/1940 criou o plano de urbanização para várias cidades do Estado do Rio de Janeiro, dentre elas Cabo Frio (Azevedo et. al, 2012, p1), data daí uma série de projetos de intervenções urbanas voltadas para o setor turístico. No caso de Cabo Frio o projeto de urbanização ficou a cargo do escritório dos Irmãos Coimbra e Bueno, que contaram com assessoria do urbanista francês Donat Alfred Agache, que já havia feito o plano urbanístico do da cidade do Rio de Janeiro – “Cidade do Rio de Janeiro, Extensão, Remodelação, Embelezamento” – conhecido como “Plano Agache”, entre os anos 1927 a 1930.

O Plano de Urbanização proposto pelos Irmãos Coimbra era ambicioso, propondo alterações em toda a cidade, inclusive em espaços que até então não haviam sofrido nenhum tipo de intervenção. No Plano de Zoneamento a cidade ficou dividida em bairros: Comercial, Industrial, Portuário, Residencial, de Turismo, Popular, e Área Reservada. Sendo previsto como bairro turístico toda a orla da cidade.

Segundo as declarações de Abelardo Coimbra e Bueno (Azevedo 2012, p.193), o objetivo estético dos planos era um aspecto importante, mas não suficiente. Sob o título “Paisagem não basta” o Jornal do Brasil publicou “Por outro lado, a aplicação do urbanismo em larga escala no Estado do Rio de Janeiro contribuirá para que sejam as suas cidades e vilas, as suas serras e as suas praias, o refúgio natural e

Realização:



Organização:



Apoio:



preferido de quantos vivem na Capital da República e precisam de repouso periódico em asilos amenos e pitorescos”(Jornal do Brasil 9/08/1942). Em outras palavras o Plano propunha um incentivo do fluxo turístico para o interior do Estado.

Outra reflexão relevante sobre o Plano é que o mesmo propunha a construção de bairros populares para as partes mais distantes e alagadiças da cidade, como foi o caso do bairro do Jacaré, uma área pantanosa que inundava e que até os dias atuais ainda sofre nos períodos de chuva.

Os caminhos metodológicos são análise iconográfica e a história oral. Para a análise do objeto – Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade – foram utilizadas as imagens do Plano, fotografias da cidade à época e entrevistas. Para Barreto (1994, p.33) a fotografia é um instrumento importante para auxiliar na construção da memória urbana, através das fotografias é possível observar e analisar determinado aspecto da realidade social. A história oral é um método de pesquisa que é realizada a partir da gravação de entrevista com pessoas que possam contribuir para resgatar a memória sobre instituições, história de vida, conjunturas, cidades.

No trabalho realizou-se entrevista com Warley Sobroza, filho de Wolney Teixeira, um dos mais importantes fotógrafos da cidade de Cabo Frio e da Região dos Lagos. A entrevista com o sr. Warley Sobroza foi feita de forma conjunta com a pesquisa iconográfica feita em parte no acervo do entrevistado e utilizando as imagens do Plano de urbanização da cidade, fazendo um paralelo entre o antes e depois do plano. Kossoy (2001) ressalta a importância das fontes orais, dos depoimentos e entrevistas com descendentes dos fotógrafos e junto às pessoas da comunidade que possam ajudar a identificar os cenários e personagens retratados na imagem.

Algumas considerações sobre o trabalho

Cabo Frio até a década de 1940, não havia sofrido grandes intervenções urbanas. O sal e a pesca eram atividades importantes para economia da cidade e o turismo ainda não havia apresentado grande relevância.

Pode-se fazer algumas reflexões acerca do Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade, pois foi a primeira iniciativa de produção do espaço

sobre o viés turístico; sendo que no plano zoneamento o bairro turístico era uma área que estava ainda preservada à época.

Deve-se lembrar que no período do projeto o mundo estava passando pela 2ª Guerra Mundial, época de grande fragilidade política, financeira e de recessão; o que torna o plano ainda mais ambicioso para aquela ocasião. Talvez também por isso, não tenha sido implementado.

Outro ponto de reflexão é que há fortes indícios da influência do plano nos projetos que vieram a ser realizados em Cabo Frio posteriormente, tendo em conta, que elementos do plano estão presentes ainda hoje na cidade, como: a praça da bandeira e o estádio municipal.

Palavras-chave: Cabo Frio, Década de 1940, Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade.

Pajuçara - da primeira moradia a cartão-postal: a urbanização turística em Maceió e a criação de um novo olhar para a cidade (Rubens de O. Duarte; Adriana Capretz B. S. Manhas)

Maceió faz parte do rol dos lugares reconhecidos pela beleza e exuberância das paisagens naturais, e vem consolidando o imaginário de “paraíso das águas”, apoiando-se na forte presença do mar como apelo turístico. Para Bastos (1998), o modelo de turismo de massa é o modelo adotado em Maceió, em consonância ao que se pratica na região Nordeste. O mar, neste caso, representa “o ‘Paraíso tropical’, onde vegetação abundante, sol e mar azul são os ingredientes ressaltados para a composição de um dos cenários de lazer mais conhecidos do país e amplamente divulgados como um dos nossos melhores produtos turísticos” (SILVA, 2004, p.63).

Essa compreensão da cidade - a partir da valorização do mar como elemento designativo da imagem turística local, encontrou na década de 1970 condições favoráveis para a sua real efetivação pelas seguintes motivações: (a) a urbanização da praia da Pajuçara em 1974; (b) a implantação da Salgema Indústrias Químicas S/A na região sul da cidade e a implantação do Projeto Dique-Estrada na Laguna Mundaú, a partir de 1976; (c) a expansão da urbanização da costa marítima nas décadas seguintes.

Realização:



Organização:



Apoio:



Este artigo faz parte da pesquisa da Tese de Doutorado em desenvolvimento e tem como objetivo analisar como a urbanização turística implantada em Maceió a partir da década de 1970 fez crescer os investimentos em toda a região marítima, dinamizou o espaço em relação ao seu uso e ocupação e provocou efeitos morfológicos, sociais, econômicos e ambiental na produção e consumo do espaço da cidade. Para a análise destas questões foram escolhidas a pesquisa bibliográfica e a documental como procedimentos metodológicos, conforme Sá-Silva; Almeida; Guindani (2009).

A importância da urbanização da Pajuçara a partir de 1974 evidencia a intenção de se inserir Maceió como destino turístico no cenário nacional, fazendo expandir a apropriação da costa marítima em direção ao litoral norte da cidade, e possibilitando investimentos públicos e privados no seu entorno (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, 1975). Esta função turística utilizada como “argumento social” (BARROS, 1998), contribuiu para o fortalecimento da cultura da praia, o que fez distanciar sistematicamente o olhar de Maceió para o seu interior, materializando-se o turismo marítimo como expressiva identidade local.

Desta forma, a percepção e valorização da paisagem marítima torna-se um elemento diferencial para o turismo da cidade, consoante o pensamento de Urry (1990) que afirma a atração do turista por paisagens que o seu olhar não encontra habitualmente em outros lugares no seu dia-a-dia.

A Pajuçara é o loci da primeira moradia em Maceió, ainda em 1609, quando ainda era porta de entrada dos contrabandistas estrangeiros para a exploração de madeira (CARVALHO, 2015), período em que o mar ainda estava associado ao que Corbin (1989) define como “lugar de repulsa” quanto a uma aproximação e convivência dos homens. Passou pela apatia da população até o século XIX, comum em todo o litoral brasileiro, segundo Azevedo (2004). No final deste século, no entanto, despontou como um “arrabalde ‘marítimo’, bastante habitado”, como prática de famílias abastadas (Pedrosa, 1998, p.58).

Apesar de a primeira orla marítima urbanizada de Maceió ter acontecido a partir de 1927 (DIÉGUES JÚNIOR, 1981) com a abertura e urbanização da Avenida da Paz, na praia de mesmo nome, e Veras Filho (1991) creditar o início do turismo na cidade ao período compreendido entre o final do século XIX e a década de 1920, a urbanização da Pajuçara significou o ponto de inflexão do turismo local. O autor

explica que o turismo começou mesmo a ser sistematizado em Maceió a partir de 1958, quando uma lei municipal estabeleceu mecanismos de controle para esta atividade. A década de 1970, por sua vez, consolidou então o incremento do turismo local, por meio da inauguração do Estádio Rei Pelé, o Trapichão - na região da laguna, e a criação da Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR); destacando-se a urbanização da praia da Pajuçara. Neste contexto, não só o mar, mas também a laguna Mundaú e a região lagunar faziam-se presentes no imaginário turístico local (LAGES et al, 1979; SARMENTO, 2002; MAJELLA, 2016).

O investimento na urbanização da orla da Pajuçara como a propulsora do turismo da cidade levou aos seguintes efeitos na produção e consumo do espaço local: (1) morfológico: houve uma alteração significativa da paisagem costeira da cidade, com o objetivo de se demarcar um contorno e um melhor acesso à praia, com aterros, asfaltamento da avenida beira-mar, e por exemplo, a construção do Alagoas late Clube - edificação sobre pilotis no mar; (2) sociais: a Pajuçara que era inicialmente formada por sítios, e depois foi bairro de pescadores, com casas porta-janela, passa a receber os hotéis na orla e pousadas no interior do bairro, alcançando um “status” de bairro turístico, transformando a sua ocupação; (3) econômicos: investimentos e valorização da orla em detrimento da laguna e uma grande especulação imobiliária do bairro; (4) ambientais: alterações no desenho natural da orla, descaso com o patrimônio histórico, desmatamento, impactos ambientais causados pelos aterros; (5) na produção do consumo do espaço da cidade: foi o momento em que a “geografia espacial” foi delimitada claramente em Maceió, tendo a orla marítima como lugar desejado para moradia e investimentos de alto padrão, contrariamente a todo o restante da cidade que não é revelado durante o city tour propiciado pelas agências de turismo e onde os “reais” problemas da cidade acontecem devido à falta de infraestrutura urbana.

Por fim, esta urbanização como produto turístico possibilitou um novo olhar para a cidade, que direcionou uma nova reestruturação urbana a partir da década de 1970. Com a implantação da Salgema e a abertura de vias de acesso a Maceió, a laguna Mundaú perdeu a sua função de transporte, principal atividade desenvolvida com as cidades vizinhas (DUARTE, 2010), criando um

Realização:

Organização:

Apoio:



distanciamento da população e do poder público em relação aos seus problemas, e consolidando-a como lugar desvalorizado e marginalizado.

Palavras-chave: Urbanização turística, Maceió, Pajuçara, Laguna Mundaú, Paraíso das águas.

O projeto de venda da cidade carioca e o desenvolvimento do turismo nas favelas: O Morro Cantagalo (Lorene Monteiro Maia)

O Rio de Janeiro é considerado o “portal de entrada” para o turismo no país que representa um importante elemento na economia, ainda que modesto se comparado aos índices mundiais da atividade (BACKER, 2001).

De acordo com o Ministério do Turismo (2013), o Estado do Rio de Janeiro é o destino mais procurado pelos turistas estrangeiros, só a capital recebeu 29,6% dos 5,67 milhões de turistas que estiveram no Brasil apenas em 2012. O Estado possui ainda mais três cidades, entre as mais visitadas por turistas estrangeiros, Armação de Búzios, Angra dos Reis e Paraty, o que reforça sua imagem tipicamente difundida como destino de “Sol e Praia”.

Contudo, em 1990, sob um crescimento desordenado da atividade turística, a cidade se viu atingida pela forte deterioração de sua imagem, principalmente por questões ligadas a segurança (BACKER, 2001) o que afetou profundamente o turismo na cidade e no país. A reportagem do Jornal O Globo revela a violência que incidia sobre o Rio “Vivendo no Rio de Janeiro, sempre se aprende alguma coisa. Recentemente, o carioca começou a adquirir uma certa competência auditiva para distinguir entre tiros de fuzil, pistola, metralhadora, escopeta e armas mais sofisticadas [...]” (O GLOBO, 1994 apud RODRÍGUEZ, 2003). Destacando a situação de confinamento que os moradores da cidade passavam em meio à violência crescente observada neste período.

Essa violência influenciou diretamente a prática da atividade turística, repercutindo em veículos internacionais como o Site Loney Planet, um dos principais guias de viagem na internet, que descreveu o Rio de Janeiro como uma cidade privilegiada por belezas naturais e pelo povo, mas ressaltando que um terço da população carioca habitava favelas (retratadas como espaços que não possuíam escolas,

saúde e empregos e onde a violência policial seria comum), conforme CASTRO (1999).

Em contrapartida, nessa mesma década, inicia-se o desenvolvimento de um segmento turístico ainda não explorado na cidade: o turismo em favelas, que algumas agências de viagens passaram a explorar e a chamar de turismo de realidade (MENEZES, 2008). Assim, apesar de improvável naquele contexto, as favelas foram promovidas a destinos turísticos e passaram a integrar cada vez mais o imaginário dos visitantes, sendo corriqueiramente vinculadas a diferentes produtos culturais e midiáticos. Se a cada dia um maior número de turistas passava a frequentar a favela, “cada vez mais a favela vai ao encontro de potenciais visitantes por meio de produções cinematográficas e televisivas” (FREIRE-MEDEIROS, 2009 p.20).

Vale ressaltar, neste contexto, que a busca pela favela enquanto destinação e/ou atrativo turístico se deveu a mudança dos gostos, preferências e expectativas por parte de uma demanda turística. Urry (2001) destaca que as ideias do viajante estão atreladas também a exposição a propagandas e formas de comunicação que conseguem influenciar na realidade e nas escolhas dos destinos, o que, portanto, permite concluir que a superexposição das favelas, no cenário nacional e internacional, possibilitou a fixação de sua imagem no imaginário de potenciais turistas, desenvolvendo e aguçando a sua curiosidade.

Nesse sentido, um paradoxo se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro: enquanto o crime ou a violência constituíram uma das grandes preocupações e, portanto, afetariam a escolha do turista em relação ao seu destino final (BRÁS e RODRIGUES, 2011), a paisagem, a estrutura, a cultura e o cotidiano nas favelas cariocas passaram a compor uma motivação para o turismo nesses territórios que apresentam atrativos turísticos que podem ser observados, consumidos e experienciados também pelos turistas.

Sob esse contexto, há a necessidade de destacar as intervenções realizadas ao longo de décadas nessas favelas: remoções, Favela-Bairro, PAC, operações policiais, programas e projetos, dentre outras, que compuseram a história e as características intrínsecas em cada uma dessas favelas no cenário urbano carioca, podendo-se afirmar que todos esses agentes, personagens, planos e ações, atrelados às características ímpares dos morros cariocas – cultura e

Realização:



Organização:



Apoio:



cenários paisagísticos – convergiram em um cenário potencialmente propício ao desenvolvimento da atividade turística.

Contudo a violência na cidade e principalmente nas favelas ainda era uma questão a ser respondida no processo de retomada do desenvolvimento do turismo na cidade e, por outro lado, nas favelas cariocas. Nesse sentido, foi a partir do plano de produção de uma cidade vendável ao capital turístico transnacional, que o Governo do Estado e a Prefeitura implementaram a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) em algumas favelas cariocas localizadas nas zonas mais valorizadas econômica, turística e comercialmente da cidade. Buscando, dessa maneira, aguçar o sentimento de segurança na cidade e, em paralelo, fomentar o turismo também nas favelas cariocas, garantindo que o Rio de Janeiro estivesse apto a receber os megaeventos mundiais, tais como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Inúmeras favelas foram, assim, alçadas a destino turístico: seja por meio dos tours de realidade, das festas e eventos, ou dos meios de hospedagens que se reproduziram nesses espaços, tal como na Favela Cantagalo, Zona Sul da cidade carioca, localizada em Copacabana e Ipanema, onde se proliferaram meios de hospedagem, eventos e locais potencialmente turísticos, além de grupos explorando a atividade.

Dessa forma, este trabalho analisa como o projeto de produção de uma cidade vendável ao capital turístico transnacional acabou por propiciar que algumas favelas na cidade do Rio de Janeiro se destacassem enquanto destino turístico e/ou de hospedagem e como a favela se tornou uma alternativa para o turismo dentro de uma cidade litorânea reconhecida pelo segmento “sol e praia”, tendo como objeto de estudo a Favela Cantagalo e o desenvolvimento de uma estrutura turística neste espaço, tal como os meios de hospedagem, sem deixar de enfatizar os efeitos sociais e econômicos da atividade nesses espaços.

Para fins de construção, a pesquisa foi realizada em duas etapas: inicialmente a pesquisa bibliográfica e, por fim, o estudo de caso, com o objetivo de identificar, nesta favela, como o turismo se desenvolveu dentro do contexto de produção da cidade. Nesta etapa, foi utilizada a entrevista semi-estruturada como técnica de coleta de dados, além da observação participante através do acompanhamento de atividades promovidas no Cantagalo pela autora enquanto gestora territorial do programa UPP Social.

Palavras-chave: Favela, Megaeventos, Turismo, UPP.

Pousadas na Vila de Ponta Negra – Natal/RN: interfaces referentes aos dois circuitos da economia urbana (Hugo Aureliano da Costa)

O presente artigo procura analisar como, a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana, do Milton Santos (2008) e atualizada por SILVEIRA (2007), as pousadas hoje estão inseridas no contexto do turismo na cidade de Natal, com foco para a Vila de Ponta Negra. Nosso estudo se objetiva, portanto, a discutir como está composto o setor de hospedagens do turismo na cidade de Natal, mais especificamente das pousadas, apresentando suas características e dados de sua composição, principalmente no bairro de Ponta Negra. Além disso, atentando a contrariedade intrínseca da desigualdade e complementaridade que o turismo exerce com seus diversos modos de atendimento da extensão dessa atividade. Por isso, apresentará, como cerne central, a especificidade do fenômeno turístico na Vila de Ponta Negra, para, então atingir o objetivo proposto de discussão acerca dessas pousadas.

Para atingir esses objetivos, far-se-á uma discussão conceitual acerca dos elementos que a compõe à luz da teoria dos dois circuitos da economia urbana do Milton Santos, com uso de dados secundários do SEBRAE a respeito dos meios de hospedagens em Natal/RN, do IBGE, do Ministério do Turismo e, também, dados primários coletados em campo.

Para a coleta dos dados primários das pousadas, localizadas na Vila de Ponta Negra, foi realizada aplicação de questionário nas pousadas da referida área, onde se procurou colher dados referentes à estrutura física dos empreendimentos, aspectos referentes à financeirização desses meios de hospedagens, o nível de informatização dessas pousadas e da capacidade da contratação da mão de obra, além, claro, do fluxo de turistas. Das 14 pousadas localizadas na Vila de Ponta Negra, conseguimos informações referentes a 11 em campo.

A partir disso buscou-se estabelecer nexos entre a teoria dos dois circuitos da economia urbana, os elementos dos circuitos superior marginal, superior “puro” e inferior e sua relação com as pousadas localizadas na Vila de Ponta Negra. Apresentando, assim, a complexidade desta atividade. De acordo com SILVEIRA

Realização:



Organização:



Apoio:



(2009), a diferenciação entre os setores superior e inferior da economia urbana se dá, principalmente, pelo grau, hoje, de concentração dos elementos aos quais podemos elencar, como, por exemplo, capacidade de investimento, quantidade de empregos gerados com carteira assinada, vinculação com o setor financeiro e capital gerado pelo empreendimento. Isto é, maximiza-se o grau de complexidade da atividade e, portanto, torna-se extremamente difícil de classificar, mas a leitura de uma atividade pode demonstrar, então, o grau de complexidade desta atividade na urbanização e composição do tecido urbano de um determinado bairro. No campo, atentando a isso, procurou-se elencar elementos que correspondessem com tal complexidade, apresentando, dessa forma, as pousadas e a sua importância, tanto para a Vila de Ponta Negra, bem como sua caracterização.

Dessa forma, foram colhidos dados, em campo, referentes à capacidade dos meios de hospedagens pesquisados (quartos e leitos), evidenciando, desta forma, o grau de importância desses meios, em comparação aos outros tipos de meios de hospedagem em Natal/RN. Além disso, coletou-se dados no que diz respeito à financeirização, isto é, empréstimos em bancos e formas de pagamento (aceitação de cartão de crédito); dados relacionados à informatização, como, por exemplo, qual o site da pousada e em quais aplicativos para smartphone está aquela pousada; a quantidade de funcionário e quais os bairros de origem destes; o fluxo turístico existente e quais são as regiões e de que país os turistas internacionais mais vêm.

Com isso, conseguiu-se demonstrar os diferentes níveis de concentração desses fatores das pousadas na Vila de Ponta Negra, apresentando, assim, como 2 das 11 têm uma quantidade considerável de funcionários e um grau técnico-informacional elevado; 5 das pousadas apresentam um grau menor de concentração de investimentos, funcionários e, mesmo, de capacitação; enquanto que as outras 4 apresentam uma organização considerável, porém não se destacam como as já citadas. Por fim, refletiu-se acerca desse processo de uso do território pelo turismo e como essas pousadas têm características que pertencem a ambos os circuitos, principalmente as divisões do circuito superior. Destarte, sendo imprescindíveis para a atividade turística em Natal/RN, e, obviamente, a importância que tem para a Vila de Ponta Negra, que faz parte do bairro mais proeminente do turismo na capital potiguar.

Dessa maneira, este artigo trata, como em meio preponderância do capital para a constituição de determinadas atividades com altos graus de investimentos, há ainda elementos, como as pousadas, com menor grau de capital investido e que se apresentam como protagonistas de determinadas atividades, a turística como um exemplo. No Brasil a estadia, hoje, melhor caracterizada e, com as devidas transformações, chamada de hospedagem é um elemento crucial para a dinamização da atividade turística. Pensar o turismo atualmente exige refletir acerca de como os dois setores da economia urbana usam e mudam a composição do tecido urbano das cidades em que é eminentemente forte o turismo de sol e mar. E as cidades litorâneas se urbanizaram, também, em parte devido ao turismo, partindo do princípio que o turismo foi um dos elementos principais na reestruturação urbana, com instalação de elementos do circuito superior, e produtiva que existiu no Brasil, principalmente a partir dos anos 90.

Sendo assim, para o entendimento da “urbanização turística”, sessão temática a qual este artigo está sendo submetido, é necessário, também, entender como os dois circuitos da economia e, mesmo, as pousadas estão inseridas e são importantes para o turismo, mesmo em áreas consideradas menos atraentes, como, por exemplo, é a Vila de Ponta de Negra. O bairro de Ponta Negra, da cidade de Natal, se urbanizou, principalmente, devido ao turismo e/ou investimentos consequentes desta atividade, por isso que este protagonismo presente desse bairro na capital potiguar. Destarte, este artigo vem contribuir com a percepção de como meios de hospedagens “menores” estão inseridos no âmbito do turismo e da globalização, inseridos no mercado e com o fluxo de turistas nacionais e internacionais, contribuindo para a dinâmica de Natal/RN com a atração de fluxos e são importantes para o tecido urbano da capital do Rio Grande do Norte, vistos à luz da teoria dos dois circuitos da economia urbana, do Milton Santos.

Palavras-chave: Pousadas, Vila de Ponta Negra, Economia Urbana, Economia Espacial, Turismo.

Territórios turísticos e produção do espaço: reflexões teóricas acerca do papel e impactos das transformações espaciais em função do turismo
(Luciano Muniz Abreu)

Realização:



Organização:



Apoio:



No Brasil, o turismo tem ganhado cada vez mais força como setor capaz de contribuir para o crescimento de economias locais e regionais, fato que tem justificado sempre mais investimentos públicos na provisão de infraestrutura para o desenvolvimento de suas atividades correlatas. As estatísticas sobre o setor têm dado cabo de compor os principais argumentos do discurso oficial para as ações governamentais, especialmente no que diz respeito ao potencial de geração de emprego e renda, em escala local, e, portanto, nas oportunidades sociais que podem advir do incremento do setor.

As ações governamentais englobam o planejamento e a formatação de políticas específicas para o turismo, que culminam na criação de linhas especiais de crédito (para o setor público, privado e para os consumidores dos produtos turísticos), incentivos fiscais e provimento de infraestrutura, em montantes de recursos públicos bastante expressivos. Ao longo das últimas décadas tem sido montada toda uma engrenagem para prover o desenvolvimento desta atividade setorial.

O litoral, por sua vez, e por apresentar atrativos naturais que propiciam uma grande diversidade de atividades de lazer, contemplação e recreação, tem sido um dos principais palcos de destinos dos turistas contemporâneos e de investimentos no setor. Caribe, Mediterrâneo, Sudeste asiático, Nordeste brasileiro e outras regiões litorâneas em escala global têm destaque na preferência de turistas no mundo inteiro.

A globalização tem transformado as cidades em atores econômicos atuantes na disputa de mercado para vender a si mesmas, buscando, a todo custo, formas de redescobrir e/ou reinventar atributos de suas identidades e tradições para atrair compradores.

Esta tendência é verificada mais fortemente onde é marcante a atividade turística. A ocorrência, nas últimas décadas, da melhoria da qualidade e da expectativa de vida, das revisões de leis trabalhistas com redução das horas de trabalho, do incremento do setor terciário, do aumento e integração de rotas de transportes e da melhoria do nível de renda de grande contingente populacional tem possibilitado, a muitos, a utilização do tempo livre com lazer, viagens e consumo, fazendo com que muitas cidades se apoiem na atividade turística como a tábua de salvação para arrecadação municipal e geração de empregos.

Considerando que a maior parte das localidades turísticas consolidadas ou em consolidação tem sua dinâmica e forma urbana precedente ao turismo (o fenômeno urbano é muito anterior ao advento do turismo), a introdução da nova atividade chama para si uma infinidade de esforços e transformações neste meio urbano, especialmente quando feita em escala e induzida por políticas públicas que aceleram e “organizam” o processo.

Os investimentos são bem-vindos e necessários para o desenvolvimento do setor, mas não bastam para garantir os efeitos sociais pretendidos, especialmente ao tratar de atividades econômicas que, em grande medida, dependem do consumo do espaço e da paisagem, e que, por isso mesmo, exigem transformações e reestruturações espaciais que acabam por alterar toda a dinâmica social e econômica dos locais onde tais investimentos são aplicados.

Neste sentido este trabalho procurar trazer algumas discussões e reflexões teóricas a respeito do papel e impactos das transformações espaciais realizadas em função da atividade turística no meio urbano das localidades onde se inserem. As reflexões e discussões estão amparadas na literatura relacionada ao turismo e à produção capitalista do espaço, bem como em estudos e pesquisas anteriores relacionadas a projetos de intervenção urbana realizados no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), muito embora não se faça uma análise deles. A argumentação considera que a distinção e a diferença como requisitos para a atividade turística delimitam territórios e estabelecem regras específicas em sua apropriação.

Partindo das categorias analíticas de Renda Monopolista e Renda Real de Harvey, e do conceito de valor de uso da terra (localização) trabalhado por Villaça (2001), o trabalho procura discutir e ajudar a compreender parte do fenômeno que faz com que as transformações espaciais empreendidas nas localidades turísticas em função da atividade, na forma como vem sendo desenvolvida no Brasil, tem resultado em processos excludentes, pelo menos, sob ponto de vista espacial e social.

Harvey (2005) aponta que a renda monopolista está baseada no poder que alguns proprietários privados possuem sobre determinadas porções do planeta. Esse poder, monopólio, por ser exclusivo, é capaz de gerar fluxo de renda por muito tempo ao seu detentor, seja baseado no fator localização ou de singularidade.

Realização:



Organização:



Apoio:



Como a atividade turística e seus produtos prezam pela diferença, a busca desmesurada pela renda monopolista impõe critérios de singularidade, especialidade, originalidade, fazendo com que tais características sejam impressas no território por meio da cisão, separação e segregação espacial. Assim, a criação de singularidades e localizações, por meio de alterações espaciais, não apenas gera a diferença que impulsiona o turismo, como também possibilita a extração de renda monopolista.

Tais processos de transformações espaciais no contexto urbano, realizados em função do turismo (e não apenas em função dele, mas também de outros grandes projetos urbanos) refletem ainda, diretamente, no poder de comando sobre os recursos da comunidade (Renda Real). O espaço urbano possui dinâmica própria e contínua de distribuição de recursos. A forma como os recursos estão alocados, seus arranjos espaciais, determinam também a diversidade de oportunidades das pessoas dentro do mesmo espaço. Isto é, a disponibilidade e acessibilidade aos recursos no contexto urbano determinam uma distribuição de renda desigual entre as pessoas.

As mudanças na forma espacial da cidade e nos processos sociais, que nela operam, implicam, assim, em alterações na renda do indivíduo, na medida em que altera a forma como os recursos estão alocados, seus arranjos espaciais e, portanto, as oportunidades de acesso. Decorre destes fatos, os recorrentes processos de valorização, gentrificação e expulsão branca em áreas transformadas que, desterritorializam práticas sociais e econômicas originais, alijando a população local de mais baixa renda dos benefícios dos investimentos. O resultado, no intraurbano, é a intensificação do processo de segregação e do desenho de cidade cindida, muitas vezes, incentivado, promovido e intensificado por políticas e recursos públicos.

Palavras-chave: turismo, território, transformações espaciais, produção do espaço.

Turismo e processos espaciais urbanos (Maria Aparecida Pontes da Fonseca; Ramón Garcia Marín; Daniel Moreno Muñoz)

A vinculação entre turismo e mercado imobiliário tornou-se bastante evidente nas últimas décadas. A associação entre turismo e dinâmica imobiliária assume maior relevância e magnitude, originando grandes e complexas urbanizações com fins turísticos e não apenas ao longo de do litoral, mas também adentrando para áreas mais interioranas. A partir do princípio do século atual, o modelo de urbanização turística verificado na Espanha se difunde para outros países e continentes, tais como o Norte da África, América Central, Caribe e Brasil (ALEDO, 2016).

O Nordeste brasileiro passa a receber investimentos procedentes da Europa (portugueses, espanhóis e noruegueses) que, por sua vez, introduz novas tipologias habitacionais e padrões urbanísticos não verificados até então na costa nordestina (SILVA, 2010; SILVA, FERREIRA, 2012).

Há uma quantidade significativa de estudos sobre a bolha imobiliária associada ao turismo, no entanto não se verificam trabalhos que exploraram suficientemente a natureza do espaço urbano produzido com a expansão do turismo e suas atividades correlatas, particularmente a atividade imobiliária. A proposta deste estudo é contribuir para este debate, procurando identificar os processos espaciais urbanos decorrentes da expansão do turismo nas áreas litorâneas.

A investigação focará o processo de urbanização originado pelas práticas do lazer e turismo, a partir da análise da expansão do segmento imobiliário na produção de segundas residências verificado nas localidades turísticas, a partir de duas distintas realidades: Costa Cálida/Espanha e Polo Costa das Dunas/Brasil. Nestas duas áreas o desenvolvimento do setor imobiliário associado à atividade turística ocorreu de forma intensa nas últimas décadas, através da construção de urbanizações fechadas destinadas as segundas residências para fins turísticos e de lazer. Os procedimentos metodológicos contaram com revisão da literatura, levantamento de dados em instituições governamentais e, para análise dos investimentos internacionais no segmento imobiliário verificado no Polo Costa das Dunas, foram coletados ainda dados no cartório de imóveis em seis municípios localizados na porção norte do polo turístico no período compreendido entre 2000-2013.

Na última fase do capitalismo se verifica enorme expansão da urbanização e particularmente a atividade turística potencializa de forma muito significativa o

Realização:



Organização:



Apoio:



processo de expansão urbana e/ou a redefinição de áreas urbanas pré-existentes, seja na sua função, forma e significado.

Mas, sem dúvida, a enorme expansão da atividade turística potencializou e dirigiu a produção imobiliária destinada as segundas residências, particularmente nas áreas costeiras. Como resultado, temos uma urbanização retilínea ao longo das áreas turísticas costeiras e inclusive adentrando para áreas mais interioranas, na medida em que ocorre saturação da primeira linha de praia.

A produção de imóveis destinados às segundas residências aumenta a partir dos anos setenta, justamente quando ocorre a crise do modelo de produção fordista, baseado na produção de bens de consumo materiais. Lefebvre (2013) e Harvey (1980; 2005) trazem valiosas contribuições para a compreensão da relevância assumida pelo setor imobiliário a partir deste período, observando que na medida em que a produção de bens que caracterizou o regime de acumulação fordista deixa de ser rentável, parte do capital migra do segmento industrial para o imobiliário. Assim, o circuito secundário (especulação e construção) assumiu o papel do circuito primário (industrial) na acumulação do capital.

Analisando a dinâmica espacial do capital na evolução do capitalismo, Harvey (2011) observa que o capital excedente está sempre à procura de novas possibilidades de valorização e novos espaços que proporcionem lucros extraordinários. É nesta perspectiva que é possível compreender a difusão espacial dos investimentos turísticos-imobiliários no mediterrâneo europeu e posteriormente seu transbordamento em direção ao Nordeste brasileiro. O capital disponível encontrou nestas regiões novas oportunidades para realização de negócios lucrativos e que propiciavam grande rentabilidade.

Aledo; Mazón; Mantecon, (2007), Aledo (2016) vem trazendo importantes contribuições na análise das urbanizações associadas ao turismo, observando que o principal objetivo do turismo residencial é comprar solo, construir residências e vende-las. Ou seja, os agentes envolvidos não estão preocupados em atrair turistas e oferecer serviços, mas sim em produzir solo urbano, através da produção e venda de bens imobiliários.

Associado a este fator explicativo de ordem econômica, devemos mencionar a existência de fatores de ordem sociocultural, isto é, novos hábitos e comportamentos emergentes com as facilidades proporcionadas pelo meio técnico

que tem impulsionado as viagens através de seu barateamento e maior rapidez. Trata-se das novas modalidades de migração que não são impulsionadas por fatores de ordem econômica ou política, mas sim pela busca de localidades dotadas de amenidades naturais, com clima agradáveis e beleza paisagística: são as imigrações por amenidades ou ainda migrações climáticas. Vários estudos vêm destacando estas novas formas de mobilidades que foram possibilitadas pelo avanço técnico e os novos estilos de vida (lifestyle migration), conforme apontam Benson; O'Reilly (2009) e Janoschka; Haas (2014), dentre outros. Estas novas formas de mobilidade demandam novas residências e incrementam o mercado de imóveis nas zonas costeiras ou em suas proximidades.

A partir da literatura que vem refletido sobre a relação entre turismo e o urbano e do estudo desenvolvido é possível identificar alguns processos espaciais nas áreas turísticas litorânea enfocada no estudo, dentre os quais destacamos: diferenciação, homogeneização, segregação, fragmentação, dispersão, gentrificação, valorização.

Palavras-chave: Turismo; Urbanização, Processos Espaciais.

Turismo e produção do espaço no Litoral Sul pernambucano: o caso de Porto de Galinhas (Jessica de Oliveira Roosen; Cristina Pereira de Araujo)

A formação e expansão de um território são resultantes de diversos fatores cuja atribuição das responsabilidades encontra-se entre os atores hegemônicos, Estado e a iniciativa privada, e não hegemônicos, caracterizado pela sociedade civil. O turismo constitui-se como um importante agente atuante na produção do espaço urbano interferindo na dinâmica de sua estruturação ao propor a instalação de novos sistemas de objetos (elementos construídos) e/ou (re)adequação de usos. No litoral sul pernambucano, destaca-se o município de Ipojuca, cuja praia Porto de Galinhas é reconhecida internacionalmente pela sua beleza exaltando-se o modelo de turismo ancorado no binômio sol e mar. Ipojuca apresenta o 2º maior PIB do Estado, ao mesmo tempo em que ocupa a 43ª posição no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Diante do contexto apresentado, este trabalho tem por objetivo proporcionar um olhar reflexivo acerca das influências da atividade turística na produção do espaço

Realização:



Organização:



Apoio:



do Município de Ipojuca, mais precisamente no povoado de Porto de Galinhas. De ocupação portuguesa, a Vila de Porto de Galinhas teve seu perfil rural transformado na década de 1970, quando passou a experimentar a abertura de loteamentos e de casas de veraneio. A partir da década de 1990 observa-se uma intensificação da produção do espaço pelo turismo, capitaneado pelas políticas públicas de incentivo ao turismo, mais especificamente o Prodetur/NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), consolidando a Vila de Porto de Galinhas como destino turístico internacional.

É nesse cenário que o turismo se constitui como um agente importante na produção do espaço da Vila interferindo nas dinâmicas de ocupação pré-existentes ao readequar os usos à sua lógica. É a partir da dinamização da atividade, portanto, que Porto de Galinhas passa por um intenso processo de produção do espaço pelo e para o turismo sendo possível identificar: de um lado a “Porto de Galinhas do turista”, na qual a aglomeração de usos e suportes para estes visitantes se fazem presentes; e do outro a “Porto de Galinhas dos moradores”, caracterizada pelos bairros de Socó, Salinas e Pantanal, áreas excluídas das melhorias nos investimentos e de caráter morfológico precário.

A metodologia utilizada partiu de referências bibliográficas a fim de adentrar sobre definições e conteúdos importantes para a estruturação desse estudo investigativo. Foi também realizada uma compilação de dados socioeconômicos tais como: população, renda, faixa etária, situação domiciliar, produto interno bruto, índice de gini, para a elaboração do perfil do município e dos setores censitários da área de estudo. Para tal fim, foram utilizadas informações disponíveis no IBGE, banco de dados do Estado, dentre outros.

Adicionalmente foram feitas visitas em campo, buscando captar a peculiaridade de cada localidade a fim de vivenciar os problemas e potencialidades de cada região, buscando identificar as horizontalidades (as relações endógenas ao lugar) e verticalidades (as relações exógenas ao lugar) existente no lugar, à luz do conceito definido pelo geógrafo Milton Santos. Ao longo dessa pesquisa, observou-se pelos dados fornecidos que o setor que mais fornece subsídios na arrecadação do PIB é o de serviços, em harmonia com a consolidação e crescimento do segmento turístico nas praias de Ipojuca, principalmente em Porto de Galinhas.

Entretanto, o desenvolvimento da atividade não é repassado em melhorias na qualidade de vida dos ipojuquenses. Foi verificado então que a forma como o turismo se inseriu na produção do espaço de Ipojuca gerou um modelo perverso de crescimento, cuja base centrada na geração de renda ignora os impactos à população residente permitindo uma expansão urbana desordenada e sem dispor de infraestrutura básica.

Constatou-se neste trabalho disparidades que demandam a emergência de políticas públicas condizentes com as necessidades e expectativas de toda a sociedade. Investimentos realizados no decorrer dos anos em Porto de Galinhas foram caracterizados por uma política de engajamento e incentivo ao produto turístico. Desprende-se dessa informação a exaltação e valorização da mercadoria-paisagem de sol e mar e a implantação de equipamentos e/ou redefinições de usos a fim de atender os desejos dos turistas.

Do outro lado a Porto de Galinhas dos moradores permanece à margem, tendo em vista, a falta de suporte das necessidades básicas, juntamente combinada com o processo de migração, que inflam a expansão desordenada, condicionam o aumento de estruturas habitacionais precárias e a superlotação. Apesar de toda a legislação existente fica clara a prioridade dada ao setor turístico em detrimento à população residente.

Quem se encontra na Vila, detém um padrão de acessibilidade melhor, tendo em vista que compartilha dos meios e equipamentos fornecidos ao usufruto turístico, contudo os bairros periféricos de Socó, Salinas e Pantanal margeiam essa situação ao receber um tratamento diferenciado. Os resultados dessa produção espacial é o aumento da segregação, onde as territorialidades são nitidamente marcadas e corroboram em um arranjo altamente segregacionista. Como descreve Mascarenhas (2004 apud França, 2007 pg. 125): “[...] exclui o pobre da paisagem, tornando-o adequadamente invisível”.

A partir desse estudo conclui-se pela necessidade de um olhar mais crítico acerca do processo de produção espacial pelo turismo para que esse possa gerar não somente o desenvolvimento econômico como também contribuir efetivamente para a melhora dos indicadores sociais do município onde se instala, gerando menos retalhos urbanísticos e maior coesão morfológica.

Realização:



Organização:



Apoio:



Palavras-chave: turismo, produção do espaço, políticas públicas, Porto de Galinhas.

Turismo, Sol, Praia e território(s) na cidade de Maceió-Alagoas Brasil (Daniel Arthur Lisboa de Vasconcelos; Lindemberg Medeiros de Araujo; Silvana Pirillo Ramos)

O turismo é um fenômeno eminentemente urbano, que também depende de urbanitas que se deslocam, atualmente, principalmente para as cidades (HENRIQUES, 2003). Já as relações territoriais entre turismo e cidade são muito mais antigas do que os campos de estudo que procuram sintetizar análises entre os fenômenos ligados ao tour e à urbe. Dessa forma, os modernos fenômenos de urbanização e de turistificação tornaram-se interdependentes, espaço-territorialmente, no decorrer da história.

Considera-se, ainda, que o turismo tem capacidade de modificar o espaço geográfico (CRUZ, 2000; RODRIGUES, 1997), e que a (re)organização de espaços urbanos, para o consumo turístico, pode trazer diversas consequências territoriais. Também, consideramos, que não se pode compreender o turismo de massa, independentemente de contextualizá-lo perante o espaço urbanizado, e dos seus elementos componentes, sejam eles, materiais, ou abstratos, naturais ou culturais. Nesse sentido, evocamos o conceito de turistificação para explicar processos espaciais de territorialização pelo/para o turismo.

Aqui, nossa proposta contempla a perspectiva turismo/espaço urbano, sob o viés qualitativo de um estudo descritivo de caso, que analisou a evolução turística de um território urbanizado e turistificado, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, observação de campo e realização de entrevistas semiestruturadas com representantes do trade turístico e agentes públicos ligados a essa atividade, em uma capital litorânea do nordeste brasileiro.

Com uma população atual de aproximadamente um milhão de habitantes, e recebendo em torno de 1,8 milhões de visitantes no ano de 2015, a cidade de Maceió-Alagoas teve seu desenvolvimento turístico fomentado a partir da década de 1970. Apesar de ter um amplo potencial para o desenvolvimento de uma variedade de atrativos turísticos, naturais e culturais, a forma pela qual a

urbanização turística desse destino ocorre(u) está ancorada, quase exclusivamente, em uma oferta turística de sol e praia (ou sun and sand mas tourism, na terminologia de Claver-Cortes; Azorin e Moliner, 2007) não obstante a natureza ter contemplado essa destinação, de clima tropical, com uma planície costeira repleta de ambientes naturais atrativos, como restingas e mangues e lagunas.

Nossa problematização buscou esclarecimentos para a seguinte indagação: como a urbanização, ocorrida à luz do segmento de sol e praia, fomentado pelo poder público e agentes do mercado de turismo de Maceió, se relaciona com a construção e a reconstrução socioespacial dessa cidade como destinação turística?

O objetivo geral desse trabalho foi analisar a organização espacial da destinação turística Maceió-AL, focada no turismo de sol e praia, a fim de explicitar relações entre a formação do espaço urbano de Maceió e suas territorializações relacionadas à atividade turística. São os objetivos específicos: 1) explicitar os processos de urbanização e turistificação de Maceió; 2) identificar influências de agentes de turistificação (do mercado turístico, e promotores de políticas públicas de turismo) na construção dos territórios turísticos dessa destinação; 3) explicitar as relações entre as territorializações ocasionadas pelo turismo contemporâneo e a espacialização urbana, gerada pelos territórios turísticos em Maceió. Assim, este trabalho se apoia na proposição no que a territorialização urbana é uma faceta da turistificação das destinações, quer o urbano seja anterior, concomitante ou posterior ao turismo.

Nos resultados, evidenciou-se que a turistificação de Maceió seguiu um dos padrões de turistificação descritos por Cruz (2000), quando essa autora menciona que, em muitos casos, o turismo surge em áreas anteriormente urbanizadas.

Além disso, observou-se que o crescimento urbano do território turístico do destino Maceió se deu, em grande parte, sustentado pelas demandas do segmento de “sol e praia”, o que fez com que o turismo, nessa destinação, se concentrasse ao longo da orla marítima da cidade, negligenciando outros territórios urbanos, a exemplo de sua orla lagunar.

Este trabalho constatou, também, que as iniciativas governamentais voltadas ao setor turístico, em Maceió, desde a década de 1970, privilegiaram criar uma base

Realização:



Organização:



Apoio:



institucional para a gestão turística e promoção da destinação, assim como uma melhor qualificação urbana da orla marítima da cidade, buscando torná-la mais atrativa. Embora tais políticas sejam necessárias e básicas em uma destinação, evidenciou-se uma certa negligência em relação à questão ambiental, a ponto de que a demanda turística por Maceió enfrentou forte declínio no início da década de 1990, motivado, em parte, pelos problemas ambientais presentes na orla marítima da cidade.

Após entrevistarmos agentes sociais diretamente ligados à recente e atual gestão pública do destino Maceió, que atuaram e atuam no período histórico de 1970 até agora, destacamos de suas falas o reconhecimento de limitantes urbanos ao desenvolvimento do turismo nessa destinação, como esgoto a céu aberto nas ruas, poluição das praias urbanas, pobreza, residentes locais em situação de fragilidade social, especulação imobiliária, etc.

Além dos fatores diretamente ligados à questões de urbanização, os resultados logrados também apontaram a presença de empecilhos de ordem cultural e mercadológica, que historicamente dificultam a diversificação espacial da oferta turística de Maceió. Essa oferta é constituída essencialmente, como já afirmamos, de atividades ligadas ao turismo de sol e praia. Então, no caso estudado, evidencia-se a persistência de processos de urbanização e turistificação que tem gerado territórios em que dominam recursos e interesses atrelados a uma persistente oferta de turismo do tipo “sun and sand mass tourism”.

Palavras-chave: Turismo, Sol, Praia, territórios, Maceió-AL-BR.

CATEGORIA PÔSTER

Distribuição urbana: território, poder e violência (Lauro Celso Rodrigues da Costa; Joicy Carolyn Do Vale Ponath)

Este trabalho contribui para a construção do referencial teórico do projeto de pesquisa intitulado “Os Discursos de Desenvolvimento Turístico e Contenção da Violência no Uso do Espaço Público nas Capitais Nordestinas”, em desenvolvimento pelo Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília. Propõe discutir a relação entre violência e conflitos de interesse e poder

em cidades turísticas. Parte da compreensão do território como palco de embates de poder, para se aprofundar na compreensão das raízes da violência nestes espaços.

Em um primeiro momento, levantou-se que a mercantilização do espaço urbano levou a graus altíssimos de desigualdade. A ocupação informal do solo, permitida apenas onde não interessa ao mercado, é agravada com o exílio nas periferias, imposto aos pobres (SANTOS, 1990), sendo ao mesmo tempo causa e efeito da violência. A transformação das cidades em negócios - buscando seguir as verticalidades de expansão de riqueza e renda - se mostra diretamente relacionada ao aumento violência. Dados secundários das capitais nordestinas corroboram esta tese. Assim, é importante se aprofundar nessas questões.

As corporações globais ditam a agenda do Estado contemporâneo, assim impondo os valores da modernização, e faz com que o governo das cidades reflita os interesses do capital (SANTOS, 2013, p. 117). Uma consequência observada é a de que os processos de modernização autoritária tendem a ser seguidos de violência (ESCOBAR 1995), revelando uma busca incessante pelo poder, e abandonando a ideia de que “a cidade deve ser vista como uma representação da consolidação humana” (CASTROGIOVANNI, 2000), a qual representa e contém toda uma diversidade dos indivíduos.

Por esse viés pode-se pensar no fenômeno da violência, enquanto instrumento de acumulação, reduzindo as relações a meras mercadorias, como aponta Milton Santos (2000), ao destacar que as periferias são reservatórios de mão de obra barata para o capital. Se por um lado a violência pode ser vista enquanto dominação, ela também apresentará a face da resistência, mostrado por Foucault (CHEONG; MILLER, 2000).

Esta pesquisa defende que a mitigação da violência passa pela distribuição da cidade, da satisfação e dos desejos como fator para o controle ou redução da violência, como apontado por Jacobs (2000), que elege a diversidade como antídoto para resolução dos males urbanos, em que o uso e a ocupação das áreas públicas são eficazes na prevenção da violência no ambiente urbano.

As cidades de Natal e Recife, foco deste trabalho, viveram situações distintas no período de 2006 a 2016, conforme apontam nossos dados. Enquanto a primeira apresenta níveis crescentes dos índices de violência, a segunda mostra

Realização:



Organização:



Apoio:



diminuição em muitas variáveis de violência até 2014. Aqui, argumentamos que as razões do relativo sucesso de Recife se deve à execução de políticas de redistribuição da cidade, indicando que possivelmente as relações verticais de poder, ampliam a violência, enquanto relações mais horizontais tendem ao movimento oposto (SANTOS, 2000).

Percepção da violência em cidades turísticas litorâneas (Juliana Leite Rodrigues; Lorraine Cardoso Dias)

Este estudo é parte do referencial teórico do projeto de pesquisa “Os Discursos de Desenvolvimento Turístico e Contenção da Violência no Uso do Espaço Público nas Capitais Nordestinas”. É um esforço teórico para se aprofundar o entendimento do fenômeno da violência em cidades turísticas, e parte do pressuposto de que as razões que levaram às variações nas taxas de criminalidade na última década, na maioria das capitais nordestinas, e as medidas para melhorar este quadro são mais profundas do que simples ações de polícia. Nossos estudos apontam para a importância de se estudar a percepção da violência através do comportamento individual dentro do convívio social. Karli (2002) defende que cada sujeito porta uma maneira particular de lidar com situações cotidianas, o que influencia no seu modo de vida, assim cada um possui um comportamento diferente em situações similares. A percepção da violência nas cidades está relacionada à percepção que as pessoas têm dos lugares da cidade, compostos por ‘atributos físicos’, ‘atividades’ e ‘concepções’ que os indivíduos fazem destes (CANTER, 1977).

Assim, a personalidade, vida e convívio social do sujeito inserido nas metrópoles nordestinas contemporâneas pode influenciar a probabilidade de se ter um comportamento violento diante alguma situação. O seu comportamento é influenciado também pela forma com que ele é tratado dentro do espaço em que se encontra, o que a sociedade fornece (ou não) de instrumentos e oportunidades para que o mesmo possa ter um desenvolvimento humano pleno. O sujeito pode se utilizar da violência como modo de expressão de seu desacordo com o mundo em que está inserido (KARLI, 2002).

A maioria das cidades nordestinas promove o comportamento violento pela ausência ou omissão do Estado, principalmente nas periferias, gerando exclusão social, desigualdades, e casos de extrema pobreza. Já o mercado cria os serviços que preenchem as necessidades da sociedade afetada pelo medo, como blindagem de carros, seguranças particulares, condomínios fechados, tirando do exercício da cidadania nos espaços públicos, a capacidade de dar segurança (JACOBS, 2014). Ao se buscar a solução em ações de polícia, o estado cria conflitos: Estado X Traficante; Traficante X Traficante; Traficante X Viciado, etc. Estado e mercado, em harmonia, pintam uma luta contra a segurança, mas na realidade a estimulam.

Para Freire (1970), a libertação dos oprimidos seria a solução para a violência. Esta libertação vem a partir do conhecimento, primeiramente do reconhecimento crítico de como o oprimido é tratado de forma desumana na sociedade de classes, e em seguida o conhecimento de que também é humano e merece ter espaço na sociedade para que haja a liberdade a partir da luta. Portanto, a humanização, conscientização e liberdade viriam a partir da educação. Educação como forma de produzir igualdades de liberdades individuais (SEN, 1999). Assim, este trabalho defende que a solução para a violência nas cidades turísticas passa por uma revisão da contribuição do turismo para o desenvolvimento humano, que transcenda a ideia de indústria (HIGGINS-DESBIOLLES, 2006) e o entenda em seu potencial pedagógico e de resgate do afeto das pessoas aos seus lugares.

Projetos de reabilitação em zonas históricas portuárias: o caso do Recife, Brasil (Inês Domingues Maia e Silva)

Para as cidades litorâneas, as zonas históricas portuárias são áreas urbanas de extremo valor. São zonas industriais que utilizaram – ou, ainda, utilizam - uma rota de transporte pelo mar. Elas têm um grande legado de histórias, ricas e representativas, e possuem um papel muito importante no desenvolvimento e no crescimento urbano. Logo, mesmo na ausência de uma natureza arquitetônica excepcional, estas áreas, além de terem sido palco de histórias urbanas, consolidam uma paisagem significativa, que as fazem parte do patrimônio das cidades. Nas últimas décadas é observado, tanto no Brasil quanto na Europa, uma

Realização:



Organização:



Apoio:



tendência crescente das administrações públicas na recuperação do patrimônio mais antigo das suas cidades, e autoridades têm dado, cada vez mais, atenção para essas áreas, que geralmente constituem uma barreira entre a cidade, os seus habitantes e o mar. Se hoje, essas áreas são consideradas lugares com grande potencial de valor econômico, não foi sempre o caso: abandonadas e degradadas, várias dessas zonas portuárias tornaram-se espaços perigosos, propensos a inundações, ocupados por populações vulneráveis e sujeitos às condições ambientais e de saúde deploráveis. Além disso, elas estão sob a constante ameaça de destruição devido à especulação imobiliária. Em uma tentativa de atrair investimentos do capital público e privado estas áreas são objetos de projetos de reabilitação, que nem sempre são tratados adequadamente. Elas estão sujeitas a intervenções invasivas e mutiladoras que danificam profundamente sua integridade arquitetônica. Com base nas experiências patrimoniais do Recife, este trabalho tem o objetivo de identificar, compreender e analisar os projetos de reabilitação na área histórica portuária da cidade do Recife para saber quais são os problemas que atingem o seu patrimônio portuário. Para isso, pesquisas bibliográficas foram feitas para realizar um contexto teórico da pesquisa, a fim de caracterizar a área de estudo principal e os seus bens patrimoniais, bem como, para analisar a sua gestão sobre o seu patrimônio e suas paisagens culturais. Para tanto, experiências internacionais de reabilitação do patrimônio portuário europeu foram analisadas, a fim de estabelecer uma comparação entre as propostas implementadas no Recife e em cidades europeias litorâneas estudadas: Londres e Liverpool, Inglaterra; Hamburgo, Alemanha; Gênova, Itália; Marselha, França. Os resultados mostram que em grande parte dos projetos europeus há o mesmo problema social associado aos projetos serem destinados às classes mais altas. No entanto, a grande diferença é observada na percepção europeia de que estruturas portuárias também são componentes da história da cidade. Não há casos de demolições arbitrárias, como ocorre no Recife, e na maioria dos casos, a arquitetura escolhida muda o mínimo possível das edificações, o que representa um grande respeito ao patrimônio portuário existente. O sucesso dos projetos europeus também existe em decorrência da participação popular e da preocupação dos seus gestores em elaborar uma cidade, de fato, para as pessoas.

Palavras-chave: gestão, patrimônio, paisagem cultural, área portuária, Recife.

Turismo e a produção do espaço na Costa Verde fluminense: padrões de ocupação e a privatização da orla em Angra dos Reis/RJ (João Paulo Noronha Moreira; Luciano Muniz Abreu)

O presente trabalho é fruto de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Iniciação Científica Voluntária da UFRRJ vinculado ao projeto de pesquisa “Turismo, Integração e Fragmentação Socioespacial no Litoral da Costa Verde Fluminense”, que busca: (i) apresentar um panorama da produção do espaço urbano nos municípios litorâneos que compõem esta região de governo; (ii) compreender em que medida a atividade turística tem contribuído para fragmentar ou integrar o espaço, a partir da identificação dos diferentes padrões de uso e ocupação do solo à beira-mar. Ao entender a praia como um espaço público garantido pela Constituição e regulamentações específicas, e sua privatização como um problema de esfera nacional, podemos perceber as diversas consequências negativas da prática na região da Costa Verde fluminense, evidenciando, aqui, o município de Angra dos Reis. A atividade turística na cidade, que se desenvolveu com pouco controle por parte do poder público e interferindo no contexto socioeconômico e na paisagem da região, privilegiou os empreendimentos turístico-imobiliários preterindo direitos básicos da população, incluindo o de ir e vir. Busca-se, compreender os fatores que têm permitido o avanço dessa situação e mapear os meios utilizados para a dominação do espaço público pelo privado. Utilizando-nos de tentativas presenciais de acesso, imagens de satélite, fontes secundárias, e do acervo online de propagandas da prefeitura e empreendimentos turísticos, pôde-se perceber como o cerceamento do direito de livre entrada em determinadas praias é uma prática naturalizada no município. Ao longo de toda a costa, percebe-se a presença de barreiras físicas e/ou simbólicas, com a conivência do poder público – ora por mostrar-se propositalmente ausente, ora por agir como um promotor da privatização. Desse modo, evidencia-se um determinado padrão de ocupação das praias pelas construções, já que estas quase sempre estão relacionadas de alguma forma ao turismo, por se tratarem de hotéis, pousadas, condomínios de veraneio ou até mesmo residências de

Realização:



Organização:



Apoio:



moradores locais que oferecem aluguéis informais de quartos, e sempre adicionando a presença das "praias particulares" como benefício em suas propagandas. Este padrão geral de dominação na região se mostra, morfologicamente, muito visível, caracterizando pequenos conglomerados isolados no contexto do município. As ferramentas arquitetônicas para a privatização são as mais simples: grades, muros, guaritas. Um cadeado em um portão e uma placa de "acesso negado" bastam para cercar uma via de acesso ao litoral e deixar o visitante sem meios de protestar. Alguma esperança se estabelece quando há um fator humano: a presença de um porteiro ou caseiro pode significar uma possibilidade de diálogo para apresentação de condicionantes para acesso, que, quando permitido, podem ser desde uma breve identificação oral até a exigência de documentos ou comprovação de intimidade com algum inquilino. Esses mapeamentos se destinam à compreensão da fragmentação socioespacial e suas consequências no cenário urbano da região da Costa Verde fluminense.

Palavras-chave: urbanização, litoral, Costa Verde, Rio de Janeiro, privatização.

SESSÃO TEMÁTICA 2 - Políticas de turismo e território

CATEGORIA COMUNICAÇÃO ORAL

A expressão econômica do turismo em sistemas alternativos de mensuração da geração direta e indireta de emprego e renda: um estudo empírico sobre o Litoral Norte Gaúcho do Rio Grande do Sul (Maximilianus Andrey Pontes Pinent; Carlos Águedo Nagel Paiva)

O princípio da geração de emprego e renda, na análise do turismo como fator de desenvolvimento distingue as investigações científicas e conduz políticas públicas e investidores para compreensão da expressão do turismo na economia. As atividades turísticas ganham dimensão crescente enquanto atividade econômica em todo o mundo na medida em que: 1) os custos de transporte aéreo, terrestre e marítimo persistem em trajetória de queda; 2) o trânsito de pessoas (para além de cargas e mercadorias) em atividades comerciais, científicas e culturais num mundo crescentemente integrado e globalizado avança de forma acelerada; 3)

eleva-se a expectativa de vida e o período de usufruto ativo de aposentados e pensionistas; 4) retarda-se o ingresso no mercado de trabalho do jovem que conclui o ensino médio e o ensino superior ao mesmo tempo em que se estimula o intercâmbio estudantil em diversos níveis de graduação e pós-graduação. Este acelerado crescimento do turismo vem induzindo uma crescente demanda de estatísticas com vistas à mensuração da contribuição das atividades turísticas para a economia. A primeira proposta de avaliação é tomar as Atividades Características do Turismo – ACT – como empregos gerados pelo Turismo. Quais são estas? Serviços de alojamento, serviços de alimentação, transporte rodoviário de passageiros, transporte aquaviário, transporte marítimo, transporte aéreo, transportes ferroviário e metroviário, serviços auxiliares dos transportes, atividades de agências e organizadores de viagem, aluguel de automóveis e, cultura e lazer. O problema – evidente – é que nem todos os empregos nestas atividades são gerados pela demanda de “turistas” em sentido estrito. Por exemplo, o garçom que serve em um bar ou restaurante também atende um morador do município que, eventualmente, usufrui do serviço de gastronomia local. A solução padrão é diferenciar a demanda “externa” da “interna” e definir a percentagem do emprego nas ACT que é rigorosamente derivada do turista. O presente trabalho tem por objetivo analisar as Atividades Características do Turismo e os Quocientes Locacionais como medidas da relevância socioeconômica das atividades turísticas para o desenvolvimento territorial (e/ou para a geração de emprego e renda), delimitando o objeto a partir da concepção de indicadores que dimensionem a produção e especialização do turismo na conurbação Tramandaí – Imbé – Osório – Xangri-Lá – Capão da Canoa, no Litoral Norte Gaúcho. Através de análise de dados secundários e documentais de abordagem quantitativa delimitou-se a interpretação da expressão econômica do turismo, incidindo inclusive na abordagem do que é turista para comparar e elucidar onde ocorre superestimação ou subestimação no uso de um único recorte de atividades econômicas e ou pela expressão demonstrada por todas as atividades agrupadas em setores e cadeias produtivas. Quanto ao Instrumento de coleta de dados esta pesquisa tem como meta classificar e mensurar a expressão das atividades “turísticas”, de acordo com os dois sistemas: Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho do Setor Turismo, do IPEA/MTur, que mensura a expressão econômica do turismo a partir

Realização:



Organização:



Apoio:



de indicadores construídos pela análise das Atividades Características do Turismo (ACT) e os Quocientes Locacionais (QL), que medem a relevância do turismo na economia local a partir de indicadores construídos pela análise de toda economia dos municípios (Teoria da Base de Exportações). A partir da identificação e hierarquização das cadeias produtivas da região compara-se os resultados para identificar as peculiaridades em cada uma delas e se seguem um padrão estável de diferenças condicionadas pelo tipo de mensuração do "turismo", de forma tradicional ou pelo grau de especialização do município nestas atividades. Portanto, a Coleta de Dados foi realizada através de pesquisa secundária com sistematização das informações. Para sua elaboração foram utilizados dados secundários obtidos junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, os quais foram desagregados conforme as definições das cidades selecionadas. Buscou-se, através de uma pesquisa exploratória, interpretativa e descritiva, analisar as perspectivas do desenvolvimento regional no território-foco vislumbrando a importância socioeconômica do turismo, demonstrando ao fim e ao cabo que há um viés de subestimação demonstrado pela estimativa possível das Atividades Características do Turismo (ACT) vis-à-vis à comprovação da especialização da conurbação do Litoral Norte Gaúcho no turismo por meio da observação de atividades econômicas propulsivas e reflexas demonstradas pela Teoria da Base de Exportação e dos Quocientes Locacionais (QL). Além disso, pelos QL se evidenciou que o sistema ONU de estatística econômica mantém um viés de subestimação, primeiramente, por considerar necessário determinar um recorte de uso no consumo específico do turista. Viés este ampliado ao não considerar tantas outras atividades possíveis e demonstradas como demandadas por visitantes tanto quanto (ou mais) que meios de hospedagem, agências de viagens, transportadoras e demais ACT, como farmácias, serviços médicos, comércio em geral. Ao minimizar a subjetividade predominante neste tipo de diagnóstico, critérios como os adotados pelo Ministério do Turismo para distribuição de recursos para o desenvolvimento e melhorias dos destinos turísticos poderão ser mais apurados e com argumentos que garantam maior acuidade, justiça e eficácia à política pública de promoção do turismo. Conclui-se, então, que das distintas medidas da relevância socioeconômica das atividades turísticas para o

desenvolvimento territorial se observa que as ACT são relevantes para definir a expressão econômica do turismo, principalmente em ambientes macroeconômicos, mas na aproximação à base local, em nível municipal ou regional, o uso dos quocientes locacionais agrega melhores definições e aproxima as estatísticas atuais do turismo com as definições identificadas para toda a cadeia produtiva do turismo. Esta comparação é relevante para garantir maior acuidade, justiça e eficácia à política pública de promoção do turismo em nível nacional e deve ser objeto de atenção das municipalidades e territórios que não vem sendo adequadamente contemplados com o padrão de avaliação de seu potencial e contribuição efetiva ao turismo nacional na atualidade, tanto para análises das políticas públicas de turismo e suas contribuições com o território quanto em suas interseções para com outras atividades, como a construção civil no Litoral Norte Gaúcho.

Palavras-chave: Regionalização do Turismo, Desenvolvimento Regional, Especialização Econômica Regional, Atividades Características do Turismo e Quocientes Locacionais.

A participação ativa da iniciativa privada e comunidade local no planejamento e políticas públicas de turismo (Leylane Meneses Martins)

O Turismo é uma atividade socioeconômica constituída de grandes investimentos dos poderes públicos e privados, que vem atingindo cada vez mais destaque. Para ocorrer a gestão e o desenvolvimento de forma sustentável do destino turístico a necessidade de convívio da comunidade autóctone nas tomadas de decisões é fundamental. Em vista disso, pode-se afirmar que a gestão de um destino turístico deve ser uma gestão participativa, um processo que requeira o espaço e o comprometimento da comunidade nos processos decisórios e estratégicos do turismo, colaborando com a execução do planejamento dos programas que envolvam a atividade. Este comprometimento é uma das características da gestão participativa, orientando a atuação individual de cada pessoa, estando consciente do seu papel e responsabilidade para atingir resultados satisfatórios com os demais envolvidos.

Realização:



Organização:



Apoio:



Para ter o desenvolvimento sustentável (HALL, 2001) e a vantagem competitiva (GETZ, 1986; DIAS, 2008; VIGNATI 2012) da atividade turística em um destino é essencial ter todos os agentes (público, privado e comunidade local) envolvidos, de forma participativa e integrada em busca da execução do planejamento turístico, ordenamento, incremento de ações de marketing e inovações, para assim atingir objetivos comuns: o desenvolvimento organizado do turismo, beneficiando todos os envolvidos. E como descreve Vignati (2012, p. 16) “o sistema turístico é resultado de uma ampla cooperação e articulação de estruturas privadas, sociais e públicas orientadas para melhorar a rentabilidade e a atratividade de um destino turístico”.

A partir desta premissa, pretende-se mostrar a importância dos papéis que devem desempenhar poder público, iniciativa privada e comunidade local, com atenção as práticas das políticas públicas de turismo em favor do desenvolvimento e crescimento do turismo em um destino, dando suporte de execução em todas as esferas (sociais, ambientais ou econômicas), através da inserção de uma gestão participativa, contínua e sustentável.

A pesquisa será caracterizada como exploratória (DENCKER, 1998), tendo como base o levantamento bibliográfico nos pensamentos de autores brasileiros e estrangeiros. Além de livros, meios eletrônicos com leitura de artigos, periódicos e trabalhos acadêmicos para aprofundamento sobre os temas planejamento turístico, gestão participativa, políticas públicas de turismo e gestão de destinos turísticos, com análise detalhada acerca dos papéis desempenhados pelo setor público, privado e comunidade local.

Para atrair visitantes, a atividade turística necessita ser organizada e proporcionar qualidade nas suas destinações, envolvendo uma gama de agentes para executá-la, são eles públicos, privados e comunidade local, que muitas vezes com interesses específicos, atuam sem a preocupação de compromisso com a geração de alternativas reais, de políticas para o crescimento do turismo na localidade, não gerando bons resultados na gestão por estar concentrada apenas com um agente social, resultando em um desenvolvimento de forma desorganizada, trazendo uma separação visível de riquezas para poucos e pobreza para muitos.

“A falta de autoridades responsáveis pelo desenvolvimento turístico tem mostrado que as autoridades locais e o setor privado muitas vezes ficam confusos diante do

processo de desenvolvimento e planejamento turístico” (HALL, 2001, p. 117). Isso implica dizer que iniciativa privada e até mesmo a comunidade local não sabem o que fazer já que o governo não insere eles nos processos de tomadas de decisão. A inclusão e participação da comunidade local na gestão do destino turístico é de fundamental importância pois conhecem a realidade do local, podem ajudar a identificar oportunidades, desenvolvendo ações para salvaguardar os atrativos naturais e culturais existentes, bem como podem obter soluções e êxito na execução de políticas públicas de turismo para ganharem junto com poder público e privado os benefícios do turismo e sua relação direta com o território (destinação).

O Turismo possui uma enorme capacidade de gerar riqueza e bem-estar para todos os envolvidos e para que isso continue no presente e no futuro, a gestão atual dos destinos turísticos precisa de mudança o mais rápido possível, passando a ser executada com planejamento integrado e participativo entre os agentes públicos, privados e comunidade local, com políticas públicas de turismo exequíveis. O planejamento do turismo precisa envolver iniciativa privada e a comunidade local na tomada de decisões (KRIPPENDORF, 1982), incluir e integrá-los em uma gestão compartilhada do turismo, procurando implantar um desenvolvimento sustentável na atividade turística (PETROCHI, 2008). A participação, integração e união de três agentes sociais (poder público, privado e sociedade) possuem papéis fundamentais para a execução de uma gestão turística organizada, voltada para o desenvolvimento sustentável. O poder público, responsável pela elaboração de políticas de turismo, pelos principais investimentos em infraestrutura básica e turística e pela fixação de regulamentos para os serviços e instalações turísticas, deve buscar trabalhar com o poder descentralizado, com a união com outros setores relacionados ao meio ambiente, educação, emprego, saúde, economia, para apoio às atividades voltadas para o turismo. O setor privado, deve contribuir direta e indiretamente na cadeia produtiva do turismo, mediante a geração de emprego e renda, volume de negócios, além de oferecer serviços com qualidade aos turistas e visitantes na comunidade receptora. A pesquisa mostra que é possível desenvolver o Turismo de forma sustentável colocando em prática um planejamento turístico com etapas de execução, acompanhamento e controle de forma organizada, tendo políticas

Realização:



Organização:



Apoio:



públicas coordenadas para que o Turismo possa prosperar e caminhar de forma harmônica sob a gestão compartilhada e participativa do poder público, da iniciativa privada e da comunidade local, a fomentar renda, trabalho e o desenvolvimento sustentável, priorizando o bem-estar da comunidade local, respeitando sua qualidade de vida e a do turista.

A finalidade da análise empreendida não é de mostrar ações impossíveis, mas sim de demonstrar que a inserção da presença da iniciativa privada e da comunidade local unidas ao poder público na execução das políticas públicas de turismo, assim como em todos os processos de gestão da atividade turística colaboram para o desenvolvimento sustentável do turismo através de uma gestão participativa com contribuições em prol do desenvolvimento do destino turístico.

Palavras-chave: Turismo, planejamento turístico, políticas públicas de turismo, desenvolvimento sustentável.

O arranjo produtivo local de turismo Costa dos Corais, Alagoas, e suas implicações territoriais (Gearlanza Alves Galdino; Lindemberg Medeiros de Araujo)

O turismo é um fenômeno que está profundamente interconectado com as cidades. Na realidade, as atividades turísticas ocorrem principalmente nas cidades ou dependem delas para se materializar. Há, por exemplo, grande número de destinos turísticos urbanos, tanto em países desenvolvidos (Paris, Barcelona, Miami etc.) quanto nos países em desenvolvimento (cidade do México, Manila, Natal etc.). Uma das consequências da turistificação das cidades tem sido uma profunda transformação espacial nos destinos turísticos e nas regiões localizadas no seu entorno imediato e áreas de influência.

Devido a sua complexa e extensa cadeia produtiva, o turismo territorializa o espaço por meio de uma ampla rede de atividades ou artefatos, tais como resorts, hotéis, aeroportos, bares, restaurantes, atrativos e diversificados equipamentos de lazer, em íntima relação com o capitalismo contemporâneo. Ao comentar a produção do espaço no capitalismo, Paiva (2016, p. 33) argumenta que “[...] diversas práticas sociais (econômicas, políticas e cultural-ideológicas), em conjunto e constante interação, é responsável pela produção do espaço”. Essa

proposição se aplica diretamente ao turismo, atividade altamente consumidora de espaço (CRUZ, 2003), responsável, inclusive, por parte significativa dos processos de urbanização contemporâneos em grande número de destinos (MULLINS, 1991).

Um aspecto marcante do turismo é a sua capacidade de movimentar a economia e de gerar empregos e ocupação, atrair investimentos externos e, conseqüentemente, contribuir potencialmente para o desenvolvimento (EDGE, 2015). Os lugares nos quais o turismo se insere normalmente passam por um ciclo de evolução (BUTLER, 1980), trazendo implicações ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas (PANOSSO NETTO, 2010), que levam a uma reorganização dos territórios turistificados. Normalmente, quando o turismo se desenvolve em regiões economicamente deprimidas observam-se o crescimento da indústria da construção civil, transportes, alimentos, hospedagem e ampla rede de serviços, formais e informais.

Não é por acaso que no Brasil o governo federal e seus congêneres estaduais e municipais têm criado diversos tipos de políticas públicas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do turismo e, como consequência, aproveitar o potencial do turismo em contribuir para o desenvolvimento social e econômico. Dentre essas políticas, tem destaque os Arranjos Produtivos Locais (APLs). APLs são aglomerados de múltiplos agentes em um território que compartilham uma atividade econômica e agem de forma cooperada (CASSIOLATO; LASTRES, 2003). No Estado de Alagoas, por exemplo, existe um Programa de Arranjos Produtivos Locais (PAPL/AL) que articula diversas atividades econômicas (movelaria, fruticultura, apicultura, turismo, etc.). Existem em Alagoas três APLs de turismo, dentre os quais o APL de Turismo Costa dos Corais.

O objetivo deste trabalho é analisar como tem se dado a turistificação da área formada pelo APL de Turismo Costa dos Corais, no litoral norte alagoano, buscando compreender as mudanças territoriais ocorridas nas cidades envolvidas e nas suas áreas de influência.

O trabalho fundamenta-se nos conceitos de cidades, espaço, território e arranjos produtivos locais. Foi utilizada uma abordagem de natureza qualitativa, incluindo uma estratégia de triangulação, pela qual foram empregados diferentes formas de coleta de dados: entrevistas abertas, análise documental, e levantamento

Realização:



Organização:



Apoio:



fotográfico de campo. Os documentos analisados foram coletados junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR/AL) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/AL). A análise de dados também foi realizada de forma qualitativa, buscando-se priorizar aspectos relevantes aos objetivos do estudo.

Em grande parte do litoral nordestino o turismo tem se desenvolvido com base em políticas públicas, mas, contraditoriamente, sem a adoção de um efetivo processo de planejamento e gestão (DUDA; ARAUJO, 2014). Mesmo quando são criados e operacionalizados os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) o turismo ainda tende a ocorrer de forma não controlada. Como consequência, tem havido consequências negativas, de natureza social, cultural, ambiental e política (ARAUJO; MOURA, 2007). Em parte isso ocorre porque frequentemente não há uma percepção de interdependência entre os vários agentes envolvidos com o desenvolvimento do turismo na zona costeira nordestina.

No caso da turistificação da área de abrangência do APL de Turismo Costa dos Corais, cuja metodologia difere substancialmente da estratégia empregada para a criação dos PDITS, verificou-se a existência de um processo gradual de transformação do território, com base em interesses locais. Nos anos iniciais, as ações foram focadas no conhecimento do próprio destino, assim como de capacitação de mão de obra com a realização de palestras e treinamentos específicos (LUSTOSA, 2010). Durante o período de consolidação desse APL (2008-2011), surgiu a necessidade de se proporcionar um maior conhecimento da sua área de abrangência, tanto para os turistas quanto para os residentes. Para tanto, foram realizadas as seguintes ações: elaboração de mapa turístico da região; criação de passeios e roteiros turísticos; educação ambiental; sinalização turística; acesso; e descarte de lixo. Em um período mais recente (2012-2015) foi constatada uma significativa autonomia e aprendizado no âmbito do APL Costa dos Corais. Se verificou que os participantes trabalham de forma articulada e conseguiram diversos benefícios coletivos para sua área de abrangência.

A criação, implementação e governança do APL de Turismo Costa dos Corais de forma colaborativa, com a participação do governo como indutor inicial, mas com o protagonismo de micro e pequenas empresas do setor privado, bem como de

participantes das comunidades locais, resultou em um processo de turistificação local cujas consequências territoriais são mais incluídas. Como consequência, as ações implantadas refletem mais de perto os interesses coletivos, e não os interesses de grandes empresas ligadas ao turismo, muitas delas normalmente originárias de outras regiões. Entendemos que os resultados empíricos até aqui alcançados pelo APL de Turismo Costa dos Corais são relevantes para a temática do I Cilitur-2017 uma vez que a turistificação decorrente de ações oriundas desse APL difere substancialmente do desenvolvimento turístico espontâneo ou com base na política dos PDITS. Além disso, os APLs de turismo têm diversas implicações para o território na sua área de influência.

Palavras-chave: política pública, APL, turismo, território, participação.

O Turismo e a Produção do Espaço: a cooptação econômica, política e social dos dez maiores hotéis no Município do Ipojuca (Tiago Delacio de Oliveira e Silva)

Este artigo tem por finalidade analisar os impactos dos incentivos fiscais no setor hoteleiro no Município do Ipojuca a partir dos agentes que atuam no processo de produção do espaço urbano. Para tanto, toma-se os 10 (dez) maiores empreendimentos do trade turístico dessa região com o objetivo de estudar, de maneira a compreender de forma crítica, a reprodução do capital no qual pode produzir, modificar ou destruir espaços e identidades.

Com uma população estimada pelo IBGE em quase 93 mil pessoas, Ipojuca está localizada no litoral sul de Pernambuco, a 52 km de distância da capital Recife e está no ranking dos dez destinos brasileiros mais procurados pelos turistas do mundo inteiro. A região também se destaca pela instalação do setor industrial e portuário do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS).

Para fins desse estudo, abordaremos o papel do Estado através das deduções fiscais para o setor empresarial de hotelaria no qual interfere bruscamente em novas configurações da divisão territorial do trabalho. O Estado é um importante agente na produção das cidades, pois tem a presença marcante na produção, distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivos necessários à vida

Realização:



Organização:



Apoio:



urbana. Em Ipojuca, lei e decretos esparsos concediam incentivos a determinado contribuinte.

Tanto no setor do turismo como no portuário-industrial, observa-se uma forte participação estatal no sentido de induzir a partir de uma política de fomento a atração do capital privado fazendo com que o Município se destaque no ranking de arrecadação dos impostos diretos e indiretos. O PIB de Ipojuca em 2014 foi o terceiro maior do Estado com participação de R\$ 8 bilhões e lidera com R\$ 80.814,45 o PIB per capita no Estado (IBGE, 2010). Entretanto, apesar do forte trade turístico, da alta taxa de urbanização e da industrialização acelerada pelo Porto de Suape, a cidade não elevou o padrão de vida da população e possui ainda estrutura fundiária

extremamente concentrada e apresenta apenas na 51ª colocação na incidência de pobreza (Índice de GINI) do Estado. (IBGE, 2010).

Partindo dessas considerações iniciais, o presente trabalho pretende investigar o que era pra ser uma política geral para estimular a entrada de novos agentes econômicos no setor do turismo no município do Ipojuca, observou-se a tomada de decisão sem critérios objetivos e sem estudos de impactos econômicos, ambientais e urbanísticos para concessão desses incentivos. Dessa forma, os 10 (dez) maiores hotéis do Município foram beneficiados com 10 anos de redução do ISS e IPTU.

Ipojuca tem registrado 51 hotéis, sendo 16 com três, quatro e cinco estrelas, 5 apart-hotéis, 6 motéis, 5 alojamentos, 102 serviços de hospedagens. Com 13 mil leitos distribuídos entre esse hotéis, pousadas e resorts, apenas 10 hotéis são beneficiados demonstrando o viés concentrador da renúncia fiscal. São eles: Enotel, Nannai (Meira Lins), Summerville (Paulista Praia Hotel), Serrambi Resort (HL Hoteis), Ocaporã (Razoni Hoteis), Hotel Armação, Marulhos Resort, Porto de Galinhas Praia Hotel (PGA Administração), Beach Class (Nobile Gestão), Best Western Plus (Port-Gali).

Ao analisar a arrecadação própria deste Município contata-se que se o pagamento do tributo fosse de 5% (cinco por cento), conforme prevê a regra geral da tributação brasileira, nesses últimos 5 anos, o Município do Ipojuca iria recolher a mais na ordem de quase R\$ 83 milhões (oitenta e três milhões de reais) ao cofres municipais.

Assim, mesmo verificando aumento essa urbanização na cidade, o aumento na mão de obra de serviços de hospedagem e os investimentos públicos na orla e em seu entorno, renunciar por parte do Ente público quase R\$ 83 milhões de reais para contribuintes que possuem grande capacidade econômica não deve ser tratado como incentivo fiscal, mas sim renúncia tributária, imposto deixado de recolher ao Erário do Município e revertido em serviços básicos de saneamento, saúde pública ou educação primária.

Essa captura do agente público e os problemas advindo cooptação do privado sobre o público, quando a administração pública concede incentivos fiscais aos 10 maiores contribuintes do imposto sobre serviço resultado da falta de planejamento tributário como raiz da renúncia fiscal, não sendo capaz de resistir ao imenso poder dos agentes econômicos vinculados ao setor hoteleiro, o Município passa a atuar em favor dos interesses destes últimos. Ou seja, a Prefeitura converte-se praticamente em um legítimo representante dos interesses das empresas do setor regulado, em detrimento dos usuários dos serviços, bem como em detrimento do próprio Estado em si. Afirma-se, então, que resta ineficaz o objeto deste ente, uma vez que não se encontra mais uma de suas características basilares: a sua autonomia.

Para atingir seu objetivo, a pesquisa encontra-se organizada em três partes: i) a estruturação do turismo no espaço urbano brasileiro; ii) a captura por parte dos agentes econômicos sobre o estado; iii) estudo da arrecadação tributária dos dez maiores hotéis do Município do Ipojuca.

Palavras-chave: produção do espaço, turismo, Ipojuca, Porto de Galinhas, incentivo fiscal.

Planejamento: a ferramenta para o crescimento ordenado do Turismo (Leylane Meneses Martins; Rosangela Vilela S. Lima; Eliane Avelina Azevedo)

A atividade turística tem a sua evolução muito rápida e às vezes de forma desordenada, mas que é responsável por uma grande parte do crescimento da economia mundial, transformando as destinações para receber cada vez mais fluxo de visitantes e aumentar sua vantagem competitiva em oferta de equipamentos e serviços turísticos. Para que o turismo continue crescendo,

Realização:



Organização:



Apoio:



visando a redução dos impactos negativos e a maximização dos positivos, o planejamento turístico é a ferramenta indispensável para este processo, para elaborar e implementar ações e estratégias que beneficiem a todos os agentes sociais: comunidade local, gestão pública, iniciativa privada e turistas. As organizações, sejam elas públicas ou privadas, não desenvolvem suas atividades na base do improvisado ou do imediatismo. Todas precisam de planejamento para sua operacionalidade, principalmente na atual conjuntura com mudanças aceleradas na economia, política, cultura, tecnologia, etc com ambientes dinâmicos, incertos, complexos e competitivos. O planejamento é uma responsabilidade indispensável para qualquer perfil de Organização, independente da sua atividade. É uma ação contínua que abrange fundamentos de análise, comunicação, antecipação, direção e controle de mudanças. O planejamento é a primeira tarefa para quem quer fazer algo com desempenho e eficácia. Durante décadas o planejamento indicou uma maneira de engajar atividades através de uma estratégia cuidadosamente projetada para resultados bem escolhidos e para melhorar a efetividade e a eficiência (VAN WOERKUM et al, 2011). Na área da Administração, é a função inicial que fundamenta as demais: Organização, Direção e Controle, tornando-se a principal para qualquer processo, cujo significado é prever o futuro e projetar os planos de ação (SOBRAL; PECL, 2012). É mister executado no presente com resultado focado no futuro. No planejamento “não se trata simplesmente da previsão das decisões que deverão ser tomadas no futuro, mas da tomada de decisões que produzirão efeitos e consequências futuras” (CHIAVENATO, 2014, p. 190), onde caminhos serão traçados para construção de atividades que serão desenvolvidas em curto, médio e longo prazo, sempre tendo em vista aprimorá-las.

O turismo é uma atividade complexa que integra tanto a produção como o consumo, que operam juntos de forma estruturada ou muitas vezes de forma desorganizada, mas motivando pessoas a se deslocarem de suas residências para o lazer, descanso, negócios, contemplação, conhecimento histórico e cultural entre outros motivos.

Há uma grande carência de planejamento no turismo. A maioria das destinações turísticas, principalmente no Brasil, a atividade turística se desenvolveu de forma espontânea, sem uma opção [...]. Através da realização de um

planejamento para o setor, as localidades poderão buscar um redirecionamento para a atividade em seus domínios (ROSE, 2002, p. 55).

Para viabilizar o turismo de forma crescente, é primordial uma composição participativa e compartilhada da prática contínua de planejamento, onde ações de execução de médio e longo prazo se combinam para proporcionar o desenvolvimento e a consolidação do Turismo nos âmbitos Regional, Estadual e Nacional. Dar atenção a atividade turística em uma localidade é importante para perceber os seus reflexos negativos e positivos nas esferas social, econômica e ambiental, sendo fundamental maximizar os impactos positivos e reduzir os negativos, através de um planejamento que viabilize orientar a destinação do cenário atual para o desejado futuro, haja vista que

os constantes deslocamentos de pessoas criam a necessidade da organização do núcleo receptor, o que gera a demanda do planejamento turístico [...] não só no que diz respeito à acomodação dessas pessoas, mas como forma de maximizar os recursos e minimizar os impactos negativos na busca do desenvolvimento harmônico da atividade (ASHTON; GARCIA, 2008, p. 187).

Faz-se necessário ter a preocupação com os impactos ambientais gerados pelo turismo, reduzindo ao máximo seus efeitos negativos e aumentando os positivos através da elaboração, implementação e controle de um planejamento turístico organizado, participativo e sustentável, conduzindo o turismo para futuras gerações. A elaboração de um planejamento turístico é para impedir a exploração de espaços naturais e urbanos de forma desordenada, e visa inserir o turismo preservando a identidade do local. Por isso “deve converter recursos naturais em recursos turísticos, ordenando o território e melhorando as infra-estruturas, equipamentos, serviços, promoções e preservação do ambiente físico, natural e urbano” (PETROCCHI, 1998, p. 72). O desenvolvimento do turismo precisa ser complementado de um trabalho detalhado e integrado de planejamento, respeitando as singularidades e características do produto turístico, com o intuito de obter um resultado bem-sucedido, exitoso e benéfico para todos os agentes sociais envolvidos (poder público, iniciativa privada, comunidade local e turistas). Lugares com desenvolvimento cuidadosamente planejado são suscetíveis de

Realização:



Organização:



Apoio:



experimentar o sucesso em termos de alto nível de satisfação do turista, benefícios econômicos e impactos negativos mínimos nos ambientes sociais, econômicos e físicos locais (TIMOTHY, 1999).

Deste modo, este artigo tem como objetivo mostrar a conceitualização e importância do planejamento para as áreas da Administração e do Turismo. E baseado na expansão da sua prática apresentar as funções das políticas públicas de turismo utilizando como exemplo empírico o atrativo turístico Orla Pôr do Sol, localizado em Aracaju-Sergipe, com a finalidade de apresentar as primeiras incursões encontradas deste objeto de estudo. Referente a metodologia, pesquisou levantamento de referencial teórico das áreas de Administração e de Turismo em livros, monografias, artigos científicos e em dados disponibilizados pela internet. Foi realizada também, pesquisa de campo no setor público de Aracaju, nos órgãos Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo-SEMICT e Empresa Municipal de Obras e Urbanização-EMURB e no setor privado, nas agências de receptivos de Aracaju para análise documental e compilação de dados referentes à Orla Pôr do Sol. Para tal finalidade, a pesquisa será apresentada em três partes. A primeira se ocupa da contextualização, características e importância do planejamento nas áreas da Administração e do Turismo. Em seguida, descreve as funções e gestão das políticas públicas de turismo no Brasil e em Aracaju, voltadas a Orla Pôr do Sol, exemplo de estudo empírico, apresentando os dados coletados. E por fim as considerações finais acerca da ferramenta planejamento para uma gestão integrada, participativa e sustentável do turismo, principalmente para execução das políticas públicas de turismo no atrativo Orla Pôr do Sol.

Palavras-chave: Turismo, planejamento do turismo, políticas públicas de turismo, Orla Pôr do Sol.

Políticas de Turismo e território: uma análise da experiência brasileira com foco no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) (Luciano Muniz Abreu; João Paulo Noronha Moreira)

O turismo é um fenômeno de grande crescimento em todo o mundo. As estatísticas sobre o setor aparecem como principal justificativa para formatação de

políticas públicas e ações específicas, especialmente, no que se refere ao seu potencial de geração de emprego, renda e inclusão social. No Brasil, esse crescimento vem ocorrendo, de maneira mais intensa, nas últimas décadas, incentivado pelo Estado, com investimentos diretos, notadamente, em regiões periféricas como a Nordeste. Os argumentos do discurso oficial consideram que o desenvolvimento do setor de turismo será revertido em ganhos sociais e contribuirá para diminuição das desigualdades regionais, desconsiderando que, entre o crescimento do setor, a dinamização econômica baseada nesse crescimento e sua transformação em benefícios sociais, há uma luta pela apropriação dos benefícios gerados. Este trabalho busca oferecer reflexões sobre os contextos e cenários que levaram à formulação de tais políticas, bem como o papel das intervenções espaciais realizadas em função do turismo no contexto brasileiro, tendo como referência estudos anteriores, de natureza multiescalar, sobre ações e projetos empreendidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (PRODETUR/NE), que tem no litoral a concentração de seus investimentos. Objetiva-se realizar um balanço do que o PRODETUR/NE representou para o litoral nordestino e para a experiência brasileira de planejamento turístico integrado em suas diferentes escalas.

A escolha do PRODETUR/NE como objeto de análise recai sobre sua importância e significado dentro das políticas públicas de turismo em contexto nacional: (i) foi o primeiro grande programa de financiamento ao setor público, em escala regional, estruturado para o desenvolvimento da atividade turística, contando com recursos públicos e financiamento externo; (ii) tem no litoral da região Nordeste a concentração de seus investimentos com a montagem de uma rede que permitiu a inserção das capitais e pequenas comunidades litorâneas no mapa do turismo internacional; (iii) serviu como laboratório e modelo, não apenas, para a estruturação de um programa de desenvolvimento/financiamento do turismo em escala nacional, com o desenvolvimento de metodologia e instrumentos de planejamento próprios, como também para a consolidação de uma Política Nacional de Turismo; (iv) a abrangência regional e o curto espaço de tempo entre sua estruturação e implementação que permitiu a observação concentrada de seus impactos em termos temporais e espaciais, evidenciando seus resultados mais imediatos. Foram mais de US\$ 1 bilhão em recursos aportados em mais de

Realização:



Organização:



Apoio:



100 municípios litorâneos ao longo de 20 anos, que trouxeram não apenas a dinamização da atividade turística, mas também uma série de outros impactos de ordem econômica, social, ambiental e espacial.

O ano de 2017 é o 25º aniversário do início das negociações para implementação do PRODETUR/NE, o 22º do início de sua execução e o 5º aniversário de seu encerramento, o que possibilita uma análise mais consolidada sobre o seu significado em seu contexto regional e nacional. Este ano também foi proclamado pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Neste sentido, a reflexão aqui proposta mostra-se oportuna dentro do eixo temático Políticas de Turismo e Território.

Por meio de uma abordagem descritiva e analítica o trabalho contextualiza, historicamente, o PRODETUR/NE dentro das ações e políticas públicas de turismo no Brasil, bem como analisa, de modo global, as principais ações e impactos advindos da implementação do Programa em suas duas fases (PRODETUR/NE I e II) no litoral nordestino.

No que se refere aos impactos gerados, verifica-se que sua concretização tem atuado no ordenamento e reordenamento de territórios litorâneos, com intervenções sucessivas e, às vezes agressivas, sobre a paisagem. Centralizadas nas capitais dos Estados, tais ações organizam-se no território formando corredores e polos, que têm nestas capitais os portões de entrada de turistas.

Cidades inteiras ou trechos litorâneos de cidades se transformam e se estruturam em nome do turismo, numa intenção clara de constituição de territórios turísticos, que muitas vezes, desestruturam formas típicas de apropriação dos espaços e excluem a população autóctone do usufruto da nova organização.

Os resultados apontam que, os benefícios das ações recaem sobre um ou dois dos três agentes envolvidos (esfera pública, iniciativa privada e população local). Para a esfera pública, os resultados são quase certos, já que com as inversões e melhorias urbanas realizadas promove-se um aumento das arrecadações (com valorização dos terrenos, aumento do IPTU, por exemplo). Para a iniciativa privada, a transformação de áreas em novos territórios turísticos gera retorno como o aumento do fluxo de turistas e seus gastos nos empreendimentos hoteleiros, bares e restaurantes, isto quando as transformações urbanísticas, de fato, funcionam como atrativo para os turistas. Ainda que não gerem, os riscos do

capital próprio investido são menores, já que se pode contar com uma rede de financiamento e incentivos a custos baixos.

Para a população residente, especialmente a de baixa renda, os benefícios são menores. Quando beneficiadas em função da localização, não repercute em grandes alterações no padrão de vida.

Com ressalvas, deve-se reconhecer no PRODETUR/NE uma importante iniciativa no contexto das políticas públicas setoriais brasileiras. O Programa foi capaz de convergir ações e integrar instâncias governamentais e legislativas em função de um objetivo comum: dinamização do turismo e economia regionais. A própria continuidade do Programa, que sobreviveu a quatro mandatos federais, é um indicativo do alinhamento de forças, interesses e esforços, materializados aqui, no reconhecimento do turismo como importante atividade econômica para a economia nordestina.

As ações realizadas pelo Programa, entretanto, não têm impactos exclusivos sobre a atividade econômica do turismo e a dinâmica econômica regional, como parece ter sido pensado por seus gestores. Os resultados apontam para uma falta de olhar sobre as implicações das transformações espaciais que não apenas aquele referente às melhorias para o turismo (aumento de receita, fluxo e equipamentos turísticos). Faltou encarar o fato de que a disputa pela apropriação das melhorias espaciais advindas com os investimentos já se inicia de forma desigual, e que, sem dispositivos distributivos capazes de reverter tal situação, essa luta sempre será iniciada com o anúncio dos, já conhecidos, vencedores.

Palavras-chave: turismo, território, políticas públicas, litoral, PRODETUR/NE.

Políticas públicas de revitalização urbana: uma abordagem no turismo e lazer da cidade de Natal/RN (Aylana Laissa Medeiros Borges; Luana Dayse de Oliveira Ferreira; Wilker Ricardo de Mendonça Nobrega)

Como parte do lazer e do consumo das cidades, o turismo participa da política pública de gestão urbana em diferentes níveis. Mais do que um potencial patrimonial, o turismo possibilita a reflexão de questões simbólicas nos projetos de revitalização de áreas centrais, destacando a interface entre cidade, sociedade e turismo.

Realização:



Organização:



Apoio:



O entendimento acerca das características das políticas públicas de revitalização, sejam de âmbito federal, estadual ou municipal, e seus aspectos de desenvolvimento local carecem de atenção e debate. As cidades vivenciam um rápido e exigente processo de transformação estrutural, fazendo-se necessário questionar como as comunidades estão sendo consideradas em meio a estas alterações e se os valores históricos e culturais de cada lugar estão sendo de fato apreciados em tais políticas.

Assim, investigar e analisar as políticas neoliberais que podem influenciar a revitalização de áreas urbanas, compõe o tema central deste estudo. Delimitou-se para esta pesquisa a cidade do Natal/RN, capital do Rio Grande do Norte, com população estimada de 877.662 hab., e uma área de 167,264 Km². (IBGE, 2016). Conhecida pela sua extensão de faixa litorânea com mais de 400 Km. Natal possui elementos de valor histórico e cultural passíveis de inclusão em políticas públicas propostas pelo Estado, uma vez que esses são meios motivadores de deslocamentos para a prática do turismo e do lazer.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica e a análise de documentos que abrangem as políticas e programas implantados na cidade do Natal. Pressupõe-se que a investigação acerca das políticas públicas locais, em especial, relacionada a revitalização de áreas urbanas, permite que sejam realizadas ponderações quanto a efetividade das propostas, além de ser possível identificar os documentos que necessitariam ser revistos e modificados, em termos de planejamento ou gestão, dada a busca por alcançar os objetivos estabelecidos de maneira mais eficaz.

A definição e existência de políticas públicas sugerem influências nos aspectos econômicos, ambientais e sociais, uma vez que se discute a partir dessas as possíveis inter-relações entre o Estado e os elementos que envolvem o viver coletivamente, considerando aspectos, como a cultura, o espaço urbano, o meio ambiente e as relações humanas. Tem-se que as intervenções dos governos apresentadas por meio de políticas públicas visam e são justificadas, em sua maioria, pela contribuição dada ao desenvolvimento local e regional de um lugar. Bahia e Figueiredo (2013) destacam que a política pública como um campo do conhecimento que procura orientar o governo para realização de ações, destacando a necessidade de analisá-las, para propor mudanças coerentes em

meio ao andamento de determinada ação. Dessa maneira, cabe uma reflexão sobre como as políticas públicas se enquadram e interferem no processo de ordenamento urbano, e como a revitalização desses espaços caracteriza a formação da sociedade, bem como, a promoção de lazer para a população.

Percebeu-se que as políticas públicas destinadas para garantia do acesso ao lazer em Natal-RN não se encontram necessariamente relacionadas ao planejamento e desenvolvimento do conceito de lazer, podendo ser encontradas nas políticas de democratização a cultura, esporte, turismo, lazer, saúde, e, até mesmo, nas políticas de criação e manutenção de espaços públicos.

Entende-se que o lazer, com suas particularidades, contribui de forma prazerosa no processo de valorização e preservação do patrimônio, além de cumprir um relevante papel na revitalização dos espaços e equipamentos, tornando fundamental a consideração de patrimônios artísticos, arquitetônicos e urbanísticos, que fazem parte da memória das cidades e valorizam paisagem urbana.

Algumas das políticas públicas de revitalização urbana, a nível municipal, propostas para serem realizadas na cidade do Natal, serão apresentadas a seguir, no Quadro 1. Foram destacadas as secretarias que planejaram as políticas (planos, programas, ou projetos); o objetivo de tais documentos e/ou as ações pretendidas, bem como a situação destas propostas.

Quadro 01: Políticas Públicas de Revitalização Urbana

Secretaria / Órgão	Plano/Programa/ Projeto	Objetivo
Meio Ambiente e urbanismo	Plano de ordenamento, gestão e fiscalização integrada da Orla de Ponta Negra/RN (Em andamento)	Melhorar a qualidade ambiental, paisagística e as condições de uso da Praia; Ampliar a atratividade turística.
	"Nossa Cidade Mais Limpa" (Em andamento)	Limpar os monumentos públicos; retirar as publicidades ilegais.
Serviços Urbanos	Recuperação dos banheiros públicos da Orla de Ponta Negra (Em andamento)	Reparação de danos causados pela depreciação desses equipamentos públicos.

Realização:

Organização:

Apoio:



	Reurbanização da Praça Largo Djalma Maranhão – Av. do contorno (Em andamento)	Tornar a área de abrangência da Praça em um ponto de atração turística da cidade.
Conselho Municipal de Turismo	Plano de Gestão Municipal de Turismo (Em andamento)	Propor ações para fortalecer a Área Turística do Natal como importante indutor de inclusão social; além da requalificação, ampliação e diversificação da oferta.
Estado da Infraestrutura	Projeto de reestruturação da Avenida Engenheiro Roberto Freire (Em andamento)	Reestruturação de quatro quilômetros, entre a BR-304 e a Rota do Sol (RN-063).

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Observou-se que as políticas de revitalização da cidade do Natal/RN foram instituídas por diferentes secretarias municipais, mas que existe a tentativa de realizar um trabalho de forma intersetorial, levando em consideração diferentes necessidades da localidade; e que as políticas e programas são planejados com o intuito de proporcionar melhorias na qualidade ambiental e paisagística do lugar, assim como promover reestruturação e ordenamento das áreas da região litorânea e urbana.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Revitalização, Turismo, Lazer, Natal/RN.

Produção do espaço e políticas públicas federais de turismo no litoral pernambucano (Cristina Pereira de Araujo)

Esta pesquisa propõe discutir os efeitos da indústria turística na produção do espaço costeiro pernambucano, com foco nos meios de hospedagem, tomando-se como recorte de tempo o período de 1991 a 2013. Para tanto, parte do pressuposto que o avanço da atividade turística, no tocante ao segmento meios de hospedagem, tem forte relação com a liberalização financeira decorrente do período econômico que ficou conhecido como globalização e que, ao lado de seu par aparentemente dialético, o desenvolvimento sustentável, busca dar uma nova sobrevida ao sistema de produção capitalista. Neste ínterim, sob a roupagem do desenvolvimento sustentável, a indústria turística entra com toda força no cenário

mundial oferecendo-se como uma indústria limpa, não poluente e, portanto, condizente com o novo regime de acumulação.

No Brasil, as consequências deste fato podem ser observadas seja pelo crescente avanço dos números relacionados ao turismo doméstico e receptivo internacional pós anos 1990, seja pela proliferação de meios de hospedagem, sobretudo ao longo da zona costeira brasileira, com destaque à construção de resorts e condomínios associados a estes – os empreendimentos turísticos imobiliários. Na região Nordeste do país, com destaque aos Estado de Pernambuco, Bahia e Ceará, verificou-se o avanço deste tipo de empreendimento, notadamente no litoral norte baiano, litoral oeste cearense e litoral sul pernambucano. Parte-se da hipótese que estes equipamentos têm concorrido com os demais usos do território nesta faixa litorânea em acordo com os interesses da sociedade de elite local. Elite esta que, imbricada ao setor imobiliário, tem reforçado o processo de fragmentação e segregação socioespacial – através da expulsão da população autóctone.

Observa-se que frente à crescente inversão de capitais para o setor turístico, associado ao incremento de divisas gerado pelo aumento do receptivo internacional, coube ao Estado brasileiro a estruturação do setor, através da consecução de políticas públicas, o que aconteceria de uma forma mais contundente a partir dos anos 1990, tendo como principais marcos: o Prodetur, a criação do Ministério do Turismo e a promulgação da Lei 11.771/08 que consolida a Política Nacional de Turismo. O Programa de Desenvolvimento do Turismo para o Nordeste (Prodetur/NE) foi criado em 1991 e sua principal meta é o fortalecimento do turismo no Nordeste, promovendo a consolidação da região como importante destinação turística nacional e internacional. Trata-se de um programa de longo prazo, com vencimento neste ano de 2017 e que conta com financiamentos gerados pelo Banco do Nordeste do Brasil através de recursos repassados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de contrapartidas estaduais. São financiados projetos prioritários de infraestrutura nos setores de saneamento, transportes, administração de resíduos sólidos, proteção e recuperação ambiental, recuperação do patrimônio histórico e melhoramento de aeroportos.

Realização:

Organização:

Apoio:



Já o Ministério do Turismo criado em 2003, na primeira gestão do Governo Lula, possibilitou a consecução dos Planos Nacionais de Turismo (PNT) 2003 – 2007 e 2007 – 2010 bem como a promulgação da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010, que prevê concatenação destes com as metas orçamentárias de Governo expressas através dos Planos Plurianuais, reforçando, desta forma, a importância da atividade enquanto geração de divisas e empregos para o País. Em relação à Lei 11.771/2008, é esta quem define a Política Nacional do Turismo. Trata-se do primeiro diploma legal que procura disciplinar a matéria de forma mais abrangente criando, inclusive, mecanismos para o cadastro dos prestadores de serviços turísticos, o que possibilita finalmente, a compreensão da dimensão da oferta turística no País. Importante salientar que o Prodetur é recepcionado pelos Planos Nacionais de Turismo, passando a fazer parte de seus macroprogramas e metas.

Diante do quadro apresentado, qual seja o de estruturação de políticas públicas efetivamente direcionadas para a dinamização da atividade turística, interessa-nos avaliar como tal ação tem repercutido na dinâmica intraurbana dos municípios que compõem o litoral pernambucano: procurando compreender se houve a criação de novos eixos estruturantes e como se dá a relação entre primeiras e segundas residências e consequente introdução de verticalidades – no conceito de Milton Santos, a partir da introdução de novos objetos técnicos estranhos ao lugar, notadamente as redes hoteleiras, resorts e empreendimentos turísticos imobiliários.

Assim, em última análise, o objetivo da pesquisa é compreender os conflitos entre valor de uso e valor de troca, inerentes à dinâmica da apropriação do território pela atividade turística e para tanto apresenta um mapa síntese de níveis de turistificação dos municípios litorâneos (graduados de muito fraco, fraco, médio, forte e muito forte) que permita a comparação entre pares, a partir das variáveis: meios de hospedagem, origem do capital, segundas residências, primeiras residências, PIB e renda per capita. Esses dois últimos indicadores permitem avaliar a relação existente entre o nível de turistificação e o nível de exclusão social presente em cada município.

Para se chegar aos resultados esperados, foi realizado um inventário dos meios de hospedagem na base Cadastur, disponibilizada pelo Ministério do Turismo e

compilados os dados socioeconômicos disponibilizados pelo IBGE no tocante à natureza dos domicílios, renda per capita, educação, produto interno bruto e índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM). Acredita-se que o mapa síntese gerado possa fornecer um panorama da atuação da atividade turística no litoral pernambucano bem como gerar elementos que facilitem a análise para construção de políticas públicas que façam uso da atividade turística enquanto dinamizadora da qualidade de vida da população autóctone e consequentemente resulte na melhora dos indicadores sociais do município.

Palavras-chave: turismo, litoral, produção do espaço, políticas públicas de turismo, empreendimentos turísticos imobiliários.

Turismo e Participação Social em Maragogi/AL (Artemísia dos Santos Soares)

Este estudo focaliza os aspectos referentes à formação dos processos de participação e busca contribuir com o debate sobre a efetivação de políticas públicas para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, sobretudo às ligadas ao turismo no município de Maragogi/AL. Trata-se de um município litorâneo, localizado no extremo Norte do estado de Alagoas, equidistante 125 km de duas capitais nordestinas, Maceió e Recife. Configura-se como o segundo polo receptor de turistas do estado e possui quase quatro mil leitos disponíveis em hotéis e pousadas de vários níveis, de resorts a pousadas rústicas administradas pelo próprio dono (SEDETUR, 2014), condição conquistada pela junção de dois fatores principais: apreciável patrimônio paisagístico e o investimento privado com estímulo de incentivo fiscal. Historicamente, duas políticas federais são emblemáticas no contexto da adoção do turismo como uma estratégia de desenvolvimento na escala regional no Brasil. Tratam-se da Política de Megaprojetos (década de 1980) e do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE (década de 1990). A Política de Megaprojetos teve como objetivo atrair equipamentos turísticos, principalmente da rede hoteleira, através de incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo governo dos respectivos estados nos quais se esperava que os projetos fossem implantados (CRUZ, 2002). Ao aderir ao Programa de Regionalização de Turismo (durante o PRODETUR/NE II), o governo de Alagoas, por meio da Secretaria

Realização:



Organização:



Apoio:



Estadual de Turismo (SETUR), definiu cinco regiões turísticas como prioritárias: região Metropolitana, região Costa dos Corais, região Caminhos do São Francisco, região Lagoas e Mares do Sul e região dos Quilombos, em seguida, definidas como polos de desenvolvimento. Dentre os municípios envolvidos, o MTUR elegeu dois para que figurassem entre os 65 destinos indutores, sendo eles: Maceió, representante da Região Turística Metropolitana e Maragogi, representante do Polo Costa dos Corais. A região turística Costa de Corais é composta pelos seguintes municípios: Maragogi, Japaratinga, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe, Barra de Santo Antônio e Paripueira (SEPLAG, 2015). Vale salientar que a costa litorânea de todos os municípios inseridos na Região Turística Costa de Corais, inclusive Maragogi, está inserida, também, na Área de Proteção Ambiental Costa de Corais (APACC), a maior Unidade de Conservação (UC) federal marinha do Brasil (BRASIL, 1997). Nota-se, portanto, uma iniciativa de descentralizar a gestão pública de turismo por meio do PRT. A descentralização é aqui concebida como uma medida política ligada à participação da sociedade civil nas decisões, acompanhamento e/ou avaliação e fiscalização das políticas públicas. (LOBO, 1990). Portanto, nesse entendimento a descentralização da gestão pública implica necessariamente numa redistribuição do poder na alocação das decisões. (TOBAR, 1991). Sob esta perspectiva, a estrutura de gestão do turismo no Brasil permite que a elaboração das políticas nacionais seja subsidiada pela participação e pela integração de uma variedade de atores, quer sejam públicos ou privados, tanto no âmbito nacional, quanto regionais, estaduais e municipais. Não obstante, seu funcionamento apresenta aspectos que têm circunscrito, e por vezes travado, seus resultados, pois verifica-se que muitas das ferramentas de participação encontram-se ainda no âmbito discursivo, resultando em uma reduzida participação cidadã e na recriação de um poder desconectado da expressão política dos cidadãos. Em muitos casos, os espaços públicos participativos se limitam ao atendimento constitucional e legitimação das ações do Estado, com baixa, e até mesmo inexistente, participação social. Por exemplo, o estudo de ALENCAR et al. (2013) que ao analisar conselhos nacionais, inclusive o Conselho Nacional de Turismo, sugere um tipo de representação elitizada da sociedade nos espaços de participação. Adicionem-se a isto, indícios da baixa participação social no âmbito

das instâncias de gestão estadual e municipal (SOARES, EMMENDOERFER, MONTEIRO, 2013; ARAÚJO, 2013; COUTINHO, 2015). Participação, portanto, pressupõe a articulação social entre os diversos agentes locais, públicos e privados. Por conseguinte, quando há ausência de participação cidadã no processo de construção de respostas às demandas sociais, inúmeras consequências ocorrem: (1) diminui as chances de melhoria da condição de vida para uma maioria desassistida; (2) aumenta a possibilidade de grupos de interesse que tenderão a beneficiar-se mutuamente para adquirirem a manutenção do poder e do status quo; (3) fortalece o padrão patrimonialista brasileiro, onde os interesses privados invadem e atropelam o interesse público e (4) gera inúmeras ações negativas que debilitam a república através do enfraquecimento da ação do indivíduo e de uma possível representação civil organizada (TENÓRIO et al., 2010). Seguindo esta prerrogativa, este artigo objetiva apresentar uma pesquisa em andamento que adota uma análise das relações entre os diferentes agentes nos processos participativos do turismo em Maragogi/AL, e para tanto, considerar-se-á o período entre 1994 e 2018, para fins de investigação deste processo, período este marcado pela implantação do PRODETUR/NE no ano de 1994 e, pela implantação do Programa de Regionalização do Turismo em 2004, por estes se apresentarem como um “moderno gerenciamento que supõe planejamento participativo e estratégico” (PAIVA, 2010, p. 198). A questão é que, mesmo com uma estrutura fundada sob a prerrogativa de uma gestão descentralizada e participativa, com dados que apontam resultados de contínuo desenvolvimento regional constata-se que a população local não participa de forma ativa (ALIÓ, 2013) das discussões, decisões e ações relacionadas ao turismo praticado no lugar; nem de forma passiva (ibid.), na forma de acesso aos benefícios socioeconômicos decorrentes deste. Assim, como cerne da pesquisa se fará uso da metodologia participativa para obtenção dos resultados, definida como Pesquisa-Ação Participativa (PAP). A pesquisa-ação participativa, a PAP, tem suas origens na confluência de um conjunto de escolas de investigação social e de escolas de pedagogia social e se pode definir como um método de estudo e ação que procura obter resultados confiáveis e úteis para melhorar as situações coletivas, embasando a pesquisa na participação dos próprios coletivos a investigar. Assim, passam de “objeto” de estudo a sujeito protagonista da

Realização:



Organização:



Apoio:



pesquisa, controlando e interagindo ao longo de todo processo investigativo e, para tanto, necessitando um envolvimento e convivência do investigador externo na comunidade a estudar (ALBERICH, 2002). Para tanto, pretende-se contar com a população afetada e não somente com perspectiva fundamentada em especialistas da investigadora. Assim, não anulando o papel da ciência, objetiva-se que a população participe ativamente do processo investigativo propondo novas expectativas para o desenvolvimento do lugar, especialmente os aspectos ligados à prática do turismo.

Palavras-chave: turismo, participação social, Maragogi/AL, metodologia participativa.

CATEGORIA PÔSTER

Políticas públicas e potencialidade turística do bairro do Seixas em João Pessoa-PB (Claudete Martins Costa; Clerisante Martins Vianna Neto; Francisco Coelho Mendes)

As transformações em curso no desenvolvimento político, social, econômico e ambiental implicam em repensar o contexto onde as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável do turismo procuram se adaptar ao novo cenário, mas quase sempre de forma global e às vezes não atendendo às especificidades locais ou regionais. O presente estudo tem como objetivo caracterizar as contribuições relacionadas as políticas participativas, as práticas de planejamento e identificar a potencialidade turística do Bairro do Seixas em João Pessoa na Paraíba. A metodologia adotada foi do tipo pesquisa qualitativa e descritiva, de caráter exploratório, com base no levantamento bibliográfico, consulta documental e pesquisa de campo (por meio de visita técnica, observação direta e entrevista), realizada no período de fevereiro a junho de 2017. A amostra da pesquisa foi composta por colaboradores dos estabelecimentos, como: associação de restaurantes, bares e barracas de praia (Restaurante Peixada do Amor, Estaleiro Restaurante, Lolla's Lounge Bar e Restaurante, Rosa Refeições, Feijoada da Adélia, Peixada do Cabral, Careka Rock Bar, Bar Oca do Índio e Bar Cantinho dos Amigos); associação de pescadores do Seixas e transporte marítimo

(embarcação 100% lazer, com passeios para as piscinas naturais do Seixa, piscinas naturais de Picãozinho, Ilha de Areia Vermelha e Por-do-Sol na Praia do Jacaré em Cabedelo); associações e sindicatos de servidores públicos federais, estaduais e municipais (como Associação dos Servidores Federais em Transportes-ASDNER, Associação dos Auditores Fiscais do Estado da Paraíba-AFRAFEP, Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário da Paraíba-SINJEP, Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Município de João Pessoa-SINTEM e Sindicato dos Corretores de Imóveis da Paraíba-SINDIMÓVEIS); além de meios de hospedagens e ambientes de recreação e lazer (como os Chalés nas associações e sindicatos, Pousada Praia do Seixas, Holanda Camping e Aquário Paraíba) situados no Bairro do Seixas. Os resultados mostram a potencialidade turística do local e a existência de alguns atrativos, com ênfase nas áreas de lazer e recreação. Porém, o bairro necessita de investimento em infraestrutura, como ordenamento urbano, pavimentação e saneamento básico. O mesmo é afetado pela precariedade de alguns estabelecimentos turísticos; pelo difícil acesso ao sistema de comunicação, educação, transporte e saúde pública; pela carência de segurança pública e de mão de obra qualificada; e pela ausência de planejamento em políticas públicas participativa. Isso, requer planejamento, estratégias, ações e projetos em parceria público-privada que possam ajudar a desenvolver o ordenamento territorial e o turismo de maneira criativa, responsável e sustentável, pensando-se no bem-estar da comunidade local, no bem receber o turista e na sustentabilidade do meio ambiente e dos recursos naturais.

Palavras-chave: Políticas públicas, planejamento, turismo, sustentabilidade.

Inventário turístico: potencialidades e atrativos em Lucena-PB (Mitalo Henrique Mateus dos Santos; Kaicy Ravena Pires Santos; Francisco Coelho Mendes)

O município de Lucena tem como potencial o turismo de sol e mar, distribuídos em quinze quilômetros de belíssimas praias, como Costinha, Fagundes, Gameleira, Ponta de Lucena, Lucena, Camaçari e Bonsucesso. Além da qualidade das praias, destaca-se por sua importância histórico-religiosa e histórico-cultural (por meio de cambiadas brilhantes, coco de roda e coral meninos de Lucena). Suas

Realização:



Organização:



Apoio:



apresentações, geralmente, são na Igreja Nossa Senhora da Guia, Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso e nas embarcações marítimas, que são usadas para o transporte de turistas, visitantes e moradores. O presente estudo tem como objetivo identificar as potencialidades e atrativos turísticos do município de Lucena na Paraíba. Por isso, foi realizado um inventário, com base na Matriz de SWOT, visando analisar os ambientes interno (Forças e Fraquezas) e externo (Oportunidades e Ameaças). A metodologia adotada foi do tipo pesquisa qualitativa e descritiva, de caráter exploratório, com base no levantamento bibliográfico, consulta documental e pesquisa de campo (por meio de visita técnica e entrevista com funcionários dos meios de hospedagens, servidores públicos, turistas e moradores), realizada no período de agosto a dezembro de 2016. Os resultados mostram que Lucena possui pontos fortes relevantes (atrativos turísticos), apesar da precariedade de alguns estabelecimentos turísticos. Apresenta difícil acesso ao sistema de comunicação, educação, transporte e saúde pública; carência de segurança pública e de mão de obra qualificada; ausência de planejamento em políticas públicas participativa; infraestrutura deficitária, como ordenamento urbano, pavimentação e saneamento básico. A falta de investimento em parceria público-privada afeta o crescimento turístico, devido a precariedade de pavimentação nos acessos às praias, dificultando o trajeto dos transportes e pedestres; não possui uma estrutura adequada para comportar uma grande demanda de pessoas, causando falta de água e energia no município. Isso, requer planejamento, estratégias, ações e projetos em parceria público-privada que possam ajudar a desenvolver o turismo de maneira criativa, responsável e sustentável, pensando-se no bem-estar da comunidade local, no bem receber o turista e na sustentabilidade do meio ambiente e dos recursos naturais. Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para o desenvolvimento dos atrativos, fortalecimento do turismo regional e conscientização quanto a responsabilidade socioambiental, cultural e econômica.

Palavras-chave: Turismo, inventário, planejamento, matriz SWOT.

Turismo e percepções sobre legibilidade e identidade da Barra de Camaratuba em Mataraca-PB (Ranieryson Viana Freitas; Priscilla Helen Medeiros Detmering; Francisco Coelho Mendes)

Identificar e compreender um espaço ou área geográfica como potencial turístico que propicie oportunidades para os moradores (residentes) e visitantes (turistas) requer sensibilidade quanto a legibilidade que caracteriza o lugar por meio da sua cultura, patrimônio e sociedade, mediante a inclusão social no espaço geográfico, em prol da hospitalidade e do desenvolvimento local. Diante desse contexto, procuramos ressaltar a legibilidade e a identidade do distrito de Barra de Camaratuba em Mataraca na Paraíba, localizado no litoral nordestino, entre João Pessoa-PB e Natal-RN. O distrito é contemplado por uma exuberante natureza (fauna e flora preservada), uma considerável área de Mata Atlântica, praias desertas, rios, lagoas e áreas de proteção ecológica. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa e descritiva, através de revisão bibliográfica, consulta documental e pesquisa de campo (visita técnica e entrevista), realizada no período de fevereiro a junho de 2016. A amostra da pesquisa foi composta por moradores (que vislumbram o turismo como oportunidade de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida e redução do êxodo rural) e turistas (que percebem Barra de Camaratuba como oportunidade de lazer, contato com a fauna e flora, e harmonia com a natureza). Os resultados mostram a potencialidade turística do local e a existência de alguns atrativos, como praias apropriadas à prática de esporte (kitesurf), dunas, rios, reserva ecológica apropriadas ao ecoturismo. Destaca-se também, pela gastronomia local, principalmente, ao apreciar o camarão de água doce. Quanto a legibilidade, observou-se a existência de símbolos e imagens (igrejas, praias, dunas e rios), que funcionam como espaços de pertencimento e encontro entre a comunidade local e o turista. Quanto a referência de identidade, observou-se também, a existência de torres de geração de energia eólica, restaurante de comida regional, cartório de registro civil e o mirante com vista paisagística do distrito; bem como atores que contribuem para o resgate das tradições indígenas, por meio do artesanato (feitos a partir das folhas de bambu, coco e piaçava) ou produção de mandioca (casa de farinha); outros trabalham para abolir a pesca predatória do caranguejo-uçá em favor da gastronomia regional e preservação ambiental. Por fim, espera-se que a hospitalidade com ênfase na legibilidade e identidade da Barra de Camaratuba possa se fortalecer

Realização:



Organização:



Apoio:



para bem-receber os turistas, e oferecer oportunidades e qualidade de vida aos moradores.

Palavras-chave: Hospitalidade, legibilidade, identidade, Barra de Camaratuba.

Transporte city tour como meio de integração entre os atrativos turísticos da região metropolitana de João Pessoa-PB (Michael Bruno de Sousa; Clerisante Martins Vianna Neto; Francisco Coelho Mendes)

A cidade de João Pessoa foi fundada em 5 de agosto de 1585, é considerada a terceira capital mais antiga do Brasil, dispõem de belas praias, piscinas naturais, reservas florestais, centro histórico, cultural e arquitetônico, variados atrativos turísticos e infraestrutura apropriada ao desenvolvimento do turismo. O presente estudo tem como objetivo caracterizar as práticas de planejamento e desenvolvimento do transporte turístico como meio de integração entre os pontos turísticos da região metropolitana de João Pessoa na Paraíba. A metodologia adotada foi do tipo pesquisa qualitativa e descritiva, de caráter exploratório, com base no levantamento bibliográfico, consulta documental e pesquisa de campo (por meio de visita técnica e aplicação de questionário), realizada no período de fevereiro a junho de 2017. A amostra da pesquisa foi composta por turistas e visitantes dos atrativos que compõe a rota turística do City Tour: Mercado de Artesanato de Tambaú, Hotel Tropical Tambaú, Busto de Tamandaré, Estação Cabo Branco: Ciência, Cultura e Artes (Farol do Cabo Branco), Centro de Convenções, Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto em Bayeux, Terminal Rodoviário Severino Camelo, Parque da Lagoa Sólón de Lucena, Praça dos Três Poderes, Centro Cultural São Francisco (Igreja São Francisco), Hotel Globo, Forte de Santa Catarina em Cabedelo, Pôr do Sol do Jacaré em Cabedelo. O City Tour pela região metropolitana de João Pessoa terá uma vista panorâmica, onde o turista terá acesso ao ônibus em qualquer ponto de partida disponível, terá também um guia de turismo que informará sobre a história, a cultura, a arquitetura e as belezas naturais da região metropolitana. Os resultados mostram o interesse dos visitantes e turistas por um meio de integração entre os principais atrativos turísticos com as principais vias de acesso a João Pessoa (Aeroporto e Rodoviária). O City Tour oferece um passeio com duração de três horas, podendo

acessar o ônibus a qualquer hora e nos pontos disponíveis, desde que dentro do prazo de validade do seu passaporte para o City Tour. O passaporte poderá ser adquirido no Aeroporto, na Rodoviária ou no Centro de Atendimento ao Turista (em Tambaú). O roteiro integrado funcionará de terça-feira a domingo das 08:00 às 18:00 horas, com intervalo de uma hora entre as saídas do ônibus para o passeio. O projeto do transporte turístico facilita o acesso a alguns pontos turísticos, ao Aeroporto e a Rodoviária. Isso requer planejamento, estratégias, ações e projetos em parceria público-privada que possam ajudar a desenvolver e melhorar o turismo e integrar os pontos turísticos para bem receber o turista e os visitantes, facilitando a mobilidade urbana.

Palavras-chave: Planejamento, transporte turístico, City Tour.

SESSÃO TEMÁTICA 3 – Turismo e conflitos socioespaciais

CATEGORIA COMUNICAÇÃO ORAL

A análise cartográfica dos lugares do Vidigal (Fausi Kalaoum)

Esse trabalho tem como objetivo principal a análise cartográfica dos lugares e seus respectivos usos no bairro do Vidigal (considerado até 2011 como um Aglomerado Subnormal pelo poder municipal da cidade do Rio de Janeiro). Localizado na nobre Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, entre os bairros do Leblon e de São Conrado, o Vidigal, juntamente com outras favelas e “ex favelas” cariocas, vem se estabelecendo como destino turístico da cidade. Especificamente no Vidigal, o fluxo de visitantes e turistas se intensificou após a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP Vidigal) que ocorreu em janeiro de 2012. Após a execução e a manutenção dessa política estadual de segurança pública, se pode notar um aumento considerável da oferta estritamente turística (como o caso de meios de hospedagens, sobretudo albergues), como também os de estabelecimentos que auxiliam na formação da infraestrutura turística (espaços para eventos e lazer, empreendimentos de alimentos e bebidas etc). Partindo da afirmação de que as relações instauradas através da atividade turística modifica ou remodifica os territórios, podendo resultar em processos de

Realização:



Organização:



Apoio:



reterritorialização e/ou multiterritorialização, esse trabalho se propôs a elaborar uma análise cartográfica dos locais que apresentam uma maior intensidade de fluxo e uso tanto de moradores, como de turistas e excursionistas. Tendo como base desse trabalho a técnica de análise cartográfica, foi utilizado como norteador da pesquisa realizada, o mapa independente criado por um designer gráfico alemão – que atualmente reside no Vidigal- e que está em sua quinta edição, o Vidigal 100 segredos. O Vidigal 100 segredos retrata de maneira bem consistente a geografia do morro, bem como sua divisão territorial, que inclui ruas, ruelas, becos, além dos nomes das subáreas ou sub-bairros, respeitando tanto o nome oficial, como o nome popular adotado pela comunidade. Além da representação geográfica, o mapa apresenta os empreendimentos locais, categorizando por meio de uma legenda a tipologia desses, por exemplo: farmácias, restaurantes, meios de hospedagens. A confecção do mapa contou com a ajuda do Instituto Pereira Passos e a contribuição de moradores para a nomeação dos locais. O mapa que já chegou a ser comercializado pelo valor de R\$ 2,00 (dois reais), é hoje, disposto nas principais ofertas do morro e pode ser adquirido de maneira gratuita, e seu financiamento conta apenas com a colaboração dos empreendedores locais, sem nenhum tipo de verba governamental.

A escolha e a análise dos locais (esse trabalho, apesar de considerar os usos, não trata os trata, ainda, como territórios, por entender que é necessário o aprofundamento e a compreensão das relações e como elas impactam e modificam diretamente os espaços onde ocorrem), aconteceram pela junção de dois fatores: em primeiro lugar, pela indicação dos próprios moradores que consideram esses locais relevantes por motivos variados – que não se restringe apenas a visitação - ; em segundo lugar, pelo conhecimento prévio do morro que permitiu identificar alguns pontos com maior fluxo e uso tanto de turistas, como de moradores, como é o caso de áreas quase que integralmente de uso domiciliar, onde há disponibilidade de empreendimentos, sendo eles turísticos ou não, reduzida ou nula. Os locais selecionados para esse trabalho foram visitados em dias e turnos diferentes, e em suas descrições foram levados em consideração tanto os aspectos físicos e geográficos, como os múltiplos usos neles observados. A importância dessa pesquisa se dá pela ausência de estudos sobre os usos e desusos dos locais do Vidigal. A partir dessa análise, é possível, em um momento

posterior, dar prosseguimento a essa pesquisa com a finalidade de compreender como ocorrem os processos de multiterritorialização pela atividade turística e como esses processos resultam em impactos que podem ser positivos ou negativos para os autóctones. Para o alcance desse trabalho se utilizou as seguintes ferramentas de pesquisa: a) análise cartográfica do mapa Vidigal 100 segredos com o objetivo principal de identificar os empreendimentos que compõem o trade turístico, bem como a sua localização; b) visitas em campo com o objetivo de observar os usos e desusos dos locais selecionados, sendo que alguns locais foram visitados mais de uma vez em dias e turnos distintos; c) consulta a dados secundários, como por exemplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); d) consulta a websites como fonte de informações complementares na elaboração dessa escrita. O resultado alcançado por essa pesquisa conclui que apesar da difícil distinção de usos entre moradores, turistas e excursionistas, há locais onde a predominância de uso quase que integralmente de moradores, outros com predominância de uso de visitantes e por fim, locais de uso misto ou flutuantes, onde turistas e moradores podem fazer o uso de maneira conjunta ou com o uso distinto que é resultante de algum fator antrópico (como o caso de realização de festas e eventos com o público alvo de visitantes). Esse trabalho é o primeiro capítulo da dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que prosseguirá doravante para a análise de impactos e conflitos socioespaciais e do território. A escrita apresentada contribui para o eixo temático escolhido no sentido de ser um trabalho pioneiro que tenta não apenas descrever os locais, mas também os usos desses locais por meio de uma interpretação, produto da observação em campo.

Palavras Chaves: Vidigal; Turismo; Vidigal 100 segredos; Análise cartográfica.

Análise e perspectivas sobre o desenvolvimento turístico e ecoturístico no estuário do rio Paraíba, PB (Antonio Rafael Barbosa de Almeida)

Os recursos ambientais, históricos e sociais presentes no estuário do rio Paraíba e em seu entorno, tornam este espaço de relevante interesse turístico e ecoturístico. Apesar da visitação turística já existir, trata-se de uma atividade que pouco se

Realização:



Organização:



Apoio:



integra às necessidades e anseios das comunidades locais e com as práticas de conservação deste ambiente. Assim sendo, o trabalho apresentado objetiva visualizar como o turismo tem sido desenvolvido na região estuarina do rio Paraíba e quais os potenciais e os entraves para a articulação desta atividade a partir das premissas do ecoturismo e do turismo sustentável. O estudo faz uso da pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, utilizando-se do levantamento bibliográfico e da pesquisa de campo. Para coleta de dados em campo foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas junto aos moradores das comunidades visitadas, bem como, fez-se uso da observação participante.

Introdução

O estuário do rio Paraíba, sistema ambiental complexo e dinâmico, recortado por canais de baixa vazão, sujeito direto ao regime das marés e envolto por manguezais degradados e parcialmente preservados (ALVES, 2011; STEVENS, 2014), está localizado na área de maior adensamento populacional e dentre as de maior concentração empresarial e industrial do estado da Paraíba - a região metropolitana de João Pessoa. Neste contexto, o predomínio de atividades produtivas que entram em conflito com os aspectos de conservação daquele ambiente faz por ampliar a necessidade em suscitar alternativas econômicas que permitam não somente resguardar a biodiversidade de perturbações, mas que possam ainda ser fator de desenvolvimento social e geração de renda.

Nesse ambiente, as potencialidades turísticas têm sido destacadas, já que se trata de um espaço com singularidades paisagísticas, culturais e históricas que já vem atraindo fluxo de visitação pontos específicos. Assim, entende-se que a atividade turística, especialmente àquela baseada no mínimo impacto e na conservação ambiental, poderia conduzir a um cenário propício para o uso responsável dos recursos naturais e culturais, bem como no desenvolvimento equilibrado do lugar.

O ecoturismo surge para a região estuarina do rio Paraíba como uma via alternativa para a promoção da conservação e do bem-estar dos povos locais através dos princípios do turismo sustentável (CHRIST et al., 2003). Todavia, Lindberg e Hawking (2002), Andreu e Albert (2012), Wearing e Neil (2014), dentre outros, enfatizam a complexidade que envolve o estímulo a esta atividade, bem como, na necessária ação de planejamento para que a mesma consiga ser guiada pela sustentabilidade.

Esta pesquisa busca visualizar como o turismo tem sido desenvolvido na região estuarina do rio Paraíba e quais os potenciais e as perspectivas na articulação desta atividade, sobretudo a partir de sua abordagem sustentável, para que ela possa se constituir enquanto uma atividade-chave para a conservação daquele ambiente.

Metodologia

Na primeira etapa deste estudo o autor reuniu pesquisas em livros e periódicos e realizou análises de documentos que se referiam a área de estudo, bem como, com a temática abordada - turismo sustentável, ecoturismo e conservação. Já num segundo momento, foi-se a campo para o reconhecimento e a análise do espaço estudado. Para a realização da pesquisa de campo foram selecionadas, por critério de conveniência, as seguintes localidades: praia do Jacaré (Cabedelo), Prainha/rio da Guia (Lucena), Forte Velho e Ribeira (Santa Rita).

A partir de uma abordagem qualitativa, foram colhidos depoimentos por meio de entrevistas semiestruturadas com moradores das localidades visitadas, sobretudo, com agentes com interface com o turismo e lideranças locais. Além disso, o uso da observação participante permitiu um contato mais amplo com as comunidades visitadas e contribuiu para a caracterização do turismo no espaço analisado.

Resultados e discussão

O espaço analisado agrega um conjunto singular de ilhas e praias fluviomarinhas, pequenos afluentes, 'gamboas', croas e mangues, consorciados a pequenos fragmentos de mata atlântica que, mesmo degradados, ainda mantêm parte da biodiversidade local. Além do patrimônio natural, recursos culturais e históricos, materiais e imateriais, despontam como potenciais a serem incluídos na visitação turística a localidade.

Apesar da possibilidade do desenvolvimento da prática de visitação turística e ecoturística, a exemplo da utilização de trilhas interpretativas, passeios náuticos, atividades de observação da vida silvestre e realização de roteiros que integrem os espaços verdes e o próprio estuário, não se tem ações estruturadas e contínuas voltadas ao recebimento de turistas e visitantes articuladas a medidas de planejamento e conservação do meio ambiente.

A baixa mobilização e integração dos governos locais e das próprias comunidades locais em favor do desenvolvimento turístico, comprovada a partir de relatos de

Realização:



Organização:



Apoio:



moradores ouvidos durante a etapa de campo deste estudo, foram vistas como forças contrárias a qualificação do espaço para o recebimento de visitantes. Soma-se a esta constatação a deficiência na estrutura e nos serviços básicos, que não prejudica apenas o turista, mas, sobretudo, as comunidades carentes inseridas no entorno do estuário.

A partir deste cenário observa-se que as potencialidades e recursos turísticos presentes na área estuarina não são aproveitados e o turismo não exerce seu papel no que tange a conservação do ambiente local e da integração comunitária. O turismo é uma atividade presente em pontos específicos do estuário, como é o caso da praia do Jacaré ou da localidade conhecida como “prainha”, contudo, trata-se da visitação sem qualquer apelo ecológico ou de promoção da conservação ambiental e que a curto ou médio prazo pode ser um agente de degradação do meio ambiente.

Considerações finais

Consciente das limitações e dificuldades que envolvem a aplicação dos princípios que norteiam o ecoturismo e o turismo sustentável, esta pesquisa observou a estrutura voltada para o turismo na perspectiva de compreender os a dinâmica da visitação realizada a região estuarina do rio Paraíba, bem como, nos conflitos existentes naquela localidade que incidem sobre a prática turística. Nesta direção, visualizou-se um cenário de grande potencialidade natural, histórica e cultural, que inclui atrativos já visitados, que, no entanto, não é totalmente articulada e integrada a atividade turística que já ocorre em seu entorno.

Palavras-chave: ecoturismo, turismo sustentável, estuário do rio Paraíba.

Arquitetura + Design + Urbanismo como ferramentas de elaboração de políticas públicas colaborativas e inclusivas (Ana Beatriz da Rocha; Paulo Reis)

As políticas neoliberais vigentes desde 1990 consolidaram o “modelo Barcelona”, cujo foco são os processos de regeneração urbana fortemente calcados na transformação (física e simbólica) de áreas (centrais, litorâneas e/ou portuárias) degradadas e na criação de novas identidades para as cidades – impulsionando um novo ciclo de investimentos/especulação. Aliadas à inserção de arquiteturas

espetaculares, estas políticas de transformação urbana promovem uma completa ressignificação dos espaços públicos, que passam a ser identificados como “bens de consumo”, avidamente consumidos por um público cada vez maior e mais diversificado. Um dos principais aspectos deste fenômeno é a (re)invenção das cidades através do (re)desenho de suas áreas vazias, onde novas arquiteturas (espetaculares) e a ressignificação dos espaços públicos degradados visam alterar a imagem do lugar. Estes “novos” espaços reconfigurados passam a atrair um novo público e, conseqüentemente, inicia-se um novo ciclo de circulação de capital. De forma a impulsionar o consumo destes “novos” lugares, surge uma série de rótulos como “capital cultural”, “cidade criativa”, “cidade inteligente”, etc... que passam a ser bastante disputados, gerando uma grande competitividade entre as cidades.

Edificações de uso cultural foram importantes na construção e consolidação deste “modelo” de intervenção e regeneração urbana. Entretanto, elas não são capazes de sustentar uma constante oferta/produção de produtos (culturais), geralmente subsidiados pelo Estado, a ponto de manter esta lógica de consumo dos espaços, das arquiteturas e, de certo modo, das cidades indefinidamente. Com a crise mundial em 2008, os subsídios para se investir nestes projetos urbanos e arquitetônicos de grande porte, assim como para se incentivar o turismo, a gentrificação e a especulação imobiliária nestas áreas revitalizadas sofreram o impacto da recessão econômica – levando, conseqüentemente, a uma gradual perda de investimentos para manter estas áreas atrativas e vibrantes, tanto para visitantes quanto para moradores.

Por serem oriundas de políticas de especulação, de caráter impositivo, a maioria destas áreas revitalizadas se tornaram enclaves exclusivos para uma parcela da sociedade que pode arcar com os custos de se viver ali. Esta ausência de “diferenças” (de classes sociais, de modos de vida, de perfis socioeconômicos etc..) induz a uma apropriação dos espaços, de forma mais contundente e homogênea, por um determinado segmento social. Assim, o que se vê é uma série de espaços públicos e arquiteturas muito similares, cujo público-alvo é aquele que pode consumir a “cultura local” sob forma de commodities. Por outro lado, ainda que obras e a reestruturação de espaços públicos sejam um dos principais vetores para a transformação física e simbólica de lugares degradados, é importante

Realização:



Organização:



Apoio:



perceber que a revitalização de uma região não é feita apenas de grandes gestos arquitetônicos e urbanísticos. Há de se olhar mais para a “vida real” nas cidades, para suas particularidades e dinâmicas próprias, ao invés de simplesmente replicar “fórmulas de sucesso” – que tendem ao fracasso, por serem homogeneizantes.

Neste sentido, a Operação Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, vem buscando conciliar ações e visões aparentemente contraditórias sobre processos de regeneração urbana. Idealizada como uma das grandes apostas para as Olimpíadas Rio-2016, servindo como impulso para o processo de revitalização da zona portuária da cidade, a operação consorciada responsável pelo “projeto” teve como principal foco a transformação física e simbólica de uma área que vem passando por um processo de esvaziamento desde dos anos 1960. A partir dos anos 1980, uma série de estudos, projetos e ações foram desenvolvidos, com o intuito de “regenerar”, “requalificar” e “revitalizar” não só o espaço urbano, mas também o rico, ainda que negligenciado, patrimônio material e imaterial da região – visto que abriga uma parcela significativa da história da diáspora Africana na cidade e no Brasil, cujo reconhecimento recente do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO consolidou sua relevância, inclusive turística.

Certamente, o “modelo Barcelona” – i.e. de provisão de arquiteturas espetaculares e grandes transformações urbanísticas – foi o parâmetro para as intervenções na zona portuária do Rio de Janeiro. Entretanto, ainda que completamente independente e distante da proposta inicial de transformação física da região, ritos, tradições, culturas e histórias locais vêm sendo gradativamente apropriados e incorporados ao discurso do “projeto” Porto Maravilha. Esta mudança de orientação se deu, basicamente, por dois motivos: o primeiro, econômico, tendo em vista que a crise mundial de 2008 afetou, ainda que tardiamente, a oferta de investimentos e incentivos fiscais no país; o segundo, de ordem cultural, levou a um resgate, também tardio, da importância e relevância da diáspora Africana na formação da identidade cultural carioca e brasileira. Com isso, elementos característicos do local foram incorporados aos discursos oficiais e transformados em políticas públicas culturais e urbanas – onde a criação de um “Circuito

Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana” visa resgatar elementos históricos importantes, outrora esquecidos.

Esta mudança de parâmetros indica a necessidade de se repensar, equilibrar e promover ajustes nas estruturas que moldam os centros urbanos – uma vez que o modelo atual de urbanização cria enclaves socioeconômicos e estimula o aumento das desigualdades sociais, além de promover um sistema de especulação imobiliária e fundiária e, por que não dizer, turística. Portanto, é fundamental propor equipamentos, formas, processos, sistemas e organismos que, mesmo oriundos de uma estrutura urbana consolidada e orientados para o consumo da cidade como “espetáculo”, possam se configurar como “inovações” urbanas – i.e. ações/interações coletivas e/ou inter-institucionais que buscam, de forma efetiva, contribuir para a transformação dos espaços, das pessoas, das instituições, das políticas e das estruturas de uma cidade/sociedade. Estas inovações têm uma importância significativa devido ao caráter transformador de suas intervenções: seus impactos na imagem das comunidades, no crescimento econômico local e no desenvolvimento global podem contribuir para a transformação dos espaços, das pessoas, das instituições, das políticas e estruturas de uma cidade/sociedade.

O intuito aqui é discutir como processos “regeneradores”, como verificados na Zona Portuária do Rio de Janeiro, poderiam se utilizar de ideias, conceitos e/ou subsídios “inovadores” conectando, de forma consistente e integrada, a Arquitetura, o Design e o Urbanismo – que se tornariam instrumentais e fundamentais na proposição de alternativas mais sustentáveis, solidárias, colaborativas e participativas, sobretudo no que tange a elaboração de espaços urbanos mais inclusivos e interativos e de políticas urbanas mais justas e equilibradas.

Configuração espacial e repercussões do turismo de segunda residência na Ilha de Itamaracá, Pernambuco (Josiane Nascimento Andrade)

Esta pesquisa propõe discutir os efeitos do turismo de segunda residência na produção do espaço da orla marítima da Ilha de Itamaracá, município da Região Metropolitana do Recife. Inicia-se o recorte temporal no ano de 1990, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE começou a contabilizar os

Realização:



Organização:



Apoio:



domicílios particulares de uso ocasional, encerrando-se em 2016. Parte-se do pressuposto de que o avanço desta atividade relaciona-se diretamente com as configurações de uso e ocupação da orla itamaracaense, visto que é neste município em que se concentram a maioria destes equipamentos no estado de Pernambuco. Embora tenha figurado como destino preferido para veraneio na RMR entre as décadas de 1980 e 1990, atualmente grande parte das residências encontra-se desocupadas. Como o município não atraiu grandes empreendimentos hoteleiros para seu território, a atividade turística é caracterizada, basicamente, pelas segundas residências.

Embora esta seja uma atividade observada em toda a extensão da orla, há uma maior concentração de condomínios ao norte do Rio Jaguaribe, que parece figurar como um eixo que divide as elites do restante da população. Por ter tanta representatividade nos usos do território deste município, muitas das unidades avançam sobre a faixa de areia, limitam o acesso livre às praias e reforçam processos de segregação socioespacial. Observa-se ainda que a grande população flutuante tem influência nos hábitos e relações de trabalho, configurando-se a Ilha de Itamaracá como um município essencialmente voltado para o setor terciário.

Por suas características geográficas, a Ilha de Itamaracá figura como um município incomum nas Regiões Metropolitanas brasileiras. Com grandes áreas de reserva ambiental e outras ocupadas por grandes equipamentos prisionais, sua urbanização concentrou-se em sua orla marítima, aonde se concentram, também, grande parte de seus condomínios voltados para a prática do turismo de segunda residência, com alto valor de troca. As áreas ocupadas pelas unidades condominiais de alto padrão destacam-se como as mais caras e menos adensadas do município, enquanto as áreas com residências unitárias têm maior grau de ocupação, reconhecendo-se que os moradores do município se concentram nelas.

Observa que este comportamento é incentivado pelos agentes imobiliários e seu discurso de venda de “paraísos habitacionais”, reforçando a essência elitista de se privar do convívio com os diferentes. Assim, pode-se considerar que a construção de muros e cercas sobre a faixa de areia pode ser não apenas uma anomalia na área de estudo, mas uma prática naturalizada pela dualidade capitalista. Ao passo

que se “protegem”, os usuários destas áreas estão privando que outros acessem um espaço público e esta imobilidade pode despertar (e reforçar) a imagem fetichizada destes locais, mantendo à distância física e social entre as pessoas que têm e as que não têm condições de manter esse status.

Assim, interessa-se em discutir como o turismo de segunda residência tem repercutido espacial e socialmente na dinâmica do município, buscando compreender a relação entre o Rio Jaguaribe e as formas observadas ao norte e ao sul do mesmo, considerando os condomínios, privês e demais configurações identificadas ao longo da orla marítima. Para tanto, utiliza-se como referência o trabalho de Flávio Villaça (2001), que traz à compreensão de eixos nas cidades, separando as camadas de alta renda das populares. Discute-se ainda a questão do espaço urbano enquanto mercadoria e fetiche, utilizando-se, entre outros, o trabalho de Haug (1997).

Devido ao dinamismo da produção e reprodução do espaço nas cidades litorâneas brasileiras, devem-se compreender quais são seus principais agentes e como estes atuam na construção social deste espaço. A partir destas observações, esta pesquisa tem como objetivo compreender as repercussões das segundas residências na dinâmica espacial da orla marítima da Ilha de Itamaracá, analisando como estas se configuram e se especializam no município. Para tanto, se faz necessária uma discussão acerca dos processos de valorização e valorização dos municípios litorâneos, com foco na criação de raridades e áreas de fetiche impulsionadas por diversos agentes produtores do espaço, que se associam conforme sua necessidade para manutenção de status dos detentores dos capitais econômico e cultural.

Para obter os resultados desta pesquisa foi realizado um levantamento dos dados disponíveis no IBGE, com a finalidade de que se compreendesse a dinâmica socioeconômica do município. Foi realizada, ainda, pesquisa exploratória para embasar a comparação entre as características das residências disponíveis ao longo da orla marítima. Desta forma, foi possível especializar os dados e gerar um mapa síntese, identificando as áreas em que se concentram cada um dos diversos tipos de segundas residências encontrados. Pôde-se, então, relacionar a configuração destas unidades aos avanços de construção sobre faixa de areia e dificuldades no acesso das praias pelos não moradores ou usuários das

Realização:



Organização:



Apoio:



residências, ampliando-se a discussão sobre a segregação socioespacial provocada por tais equipamentos. Acredita-se que este mapa será importante para a compreensão desta atividade turística no contexto do município, com possibilidade de se visualizar prováveis padrões de ocorrências, facilitando a discussão de diretrizes que minimizem suas repercussões mais negativas.

Palavras-chave: turismo, produção do espaço, segunda residência, segregação socioespacial.

Entre imagens, práticas e reconstrução de significados urbanos: O caso da Praça Mauá-RJ (Marília Chaves Lima)

Este artigo investiga a dimensão do imaginário em distritos culturais (SELDIN, 2017, p.66; ZUKIN, 2000) na contemporaneidade, tendo como objetivo expor contrastes entre dimensões de imagens projetadas e práticas do espaço na Praça Mauá-RJ. Para tal fim, tomou-se como base as discussões sobre turismo cultural, capitais de cultura e cidades criativas (SELDIN, 2016; ZUKIN, 2000); E utilizou-se como método pesquisas documentais no acervo do Iphan RJ e em reportagens online, para montar um panorama da construção da imagem do lugar através do tempo, além de observações in loco através do método etnotopográfico desenvolvido no LASC-UFRJ como forma de mapear os usos e apropriações do território na praça.

O recorte foi escolhido por pertencer a um dos mais relevantes projetos de revitalização dos últimos anos no Brasil (o projeto porto maravilha) cuja principal estratégia para atratividade de públicos foi a inserção do museu do amanhã, equipamento-ícone projetado pelo renomado arquiteto Santiago de Calatrava . Essa estratégia é um padrão global nas reformas de zonas centrais e portuárias e tem cumprido seu papel no caso da Praça Mauá, pois o museu do amanhã foi o que mais atraiu visitantes no Brasil no ano de 2016 (FOLHA ONLINE, 2017).

Entretanto, foi um projeto controverso por desviar recursos destinados à reformas na favela do Morro do Pinto, além de ser uma parceria público-privada com 3 empreiteiras citadas como corruptas na mais importante operação fiscal do país (ESTADÃO, 2017), e de 75% de toda a verba pública para a reforma do porto ter sido investido apenas no museu do amanhã e no Museu de Arte do Rio, ambos na

Praça Mauá. O desvio de recursos a estes dois focos reforça o “efeito Bilbao”, a formula de gestão difundida mundialmente para a competitividade de cidades através da reformulação de suas imagens com a construção de ícones arquitetônicos-culturais. (ARANTES, 2008; CARVALHO E DO AMARAL, 2012;)

Essa relevância da imagem das cidades é tema de amplas discussões dentro do campo do turismo, devido ao atrelamento do consumo dos destinos turísticos à veiculação de imagens nas mídias e redes sociais na contemporaneidade. A OMT (organização mundial do turismo) identifica a veiculação de imagem dos lugares como número 1 em um ranking de 5 estratégias de marketing de destinos (OMT, 2001), e já existe um campo de atuação bem estabelecido em gerenciamento de imagens de destinos turísticos, pois considera-se que uma boa construção de imagem turística dos lugares é essencial para a atratividade dos públicos (LEAL, 2002; DAS CHAGAS, 2008).

O contexto desses fenômenos é um processo de diluição de fronteiras entre o real e a imagem, apontado por Baudrillard (1995) como uma das características da pós-modernidade, fruto do encurtamento relativo do espaço-tempo pelas novas tecnologias de comunicação, tendo como consequência fluidez e deslocamento rápido e constante de identidades (PINHEIRO E DUARTE, 2008; SENNET, 2012), além da estetização do cotidiano e das indústrias. Os novos meios de comunicação operam “infinitas aberturas de sentido para a cidade, a partir das suas próprias imagens ou imagens de outras cidades, representadas no espelho da mídia” (DUARTE, 2006, p. 107).

A dimensão do virtual/imaginário pode então ser compreendida como dimensão real - ou real abstrata (SANTOS, 2008, p. 135) – que mesmo em sua virtualidade é capaz de influenciar e reger trocas monetárias. Se ela é composta pelo imaterial (projeções-desejos e memórias), é em meio a estes fatores que surgem fenômenos de relevância das imagens de futuro (projeções e desejos) e imagens de passado (memória), através da voracidade da cultura museal (HUYSSSEN, 2003, p.1), e da obsessiva automusealização através da câmera de vídeo (HUYSSSEN, 2004, p. 14) levando a uma sociedade arquivista como nenhuma outra. (NORA, 1984).

Como consequência destes fatores, muitas das memórias comercializadas são memórias imaginadas e portanto, mais facilmente esquecidas do que as memórias

Realização:



Organização:



Apoio:



vividas (HUYSSSEN, 2004, p.18). O surgimento de lugares dedicados às memórias imaginadas, que Nora (1984) chama de lugares de memória (como os museus-ícone na contemporaneidade), são compreendidos como forma de compensar a perda dos meios de memória do mesmo modo que Lubbe compreende a musealização como fator de compensação da perda das tradições vividas (HUYSSSEN, 2004, p.29)

Se a atividade turística é responsável pela maior movimentação no recorte estudado, foi notável durante as observações a presença de usos outros, não ligados ao museu, mas à baía de Guanabara, e à “vocação” e formação histórica da região como zona portuária, lugar de interação com a água, que em determinadas atividades observadas como a pesca e o mergulho ultrapassa a dimensão contemplativa, visual, atingindo um engajamento corporal, usualmente praticado por corpos negros. Essas práticas subliminares expressam a criação de memórias-vivas, e atestam ser meios de memória (viva) em território reconfigurado para ser lugar de memória (imaginada). Por (r)existirem, expressam a história do lugar, evocada no memorial do projeto, que relembra o Pier Mauá como porto de escravos e associa o museu do amanhã a um grande navio (OLIVEIRA, 2015, p. 2), quando na prática, entretanto, há pouco espaço relativo à vivência desta memória.

Nesse sentido é notável certo descompasso entre a conformação espacial do projeto e diversidade de práticas. Estas percepções evocam o questionamento sobre o quanto há disposição em níveis políticos, sociais e individuais para sacrificar o que fomos e somos em nome da imagem do que queremos ser. Em que medida há lucro social quando se investe na criação de lugares de memória em vez de abrir espaços que permitam o florescimento de práticas de memórias-vivas?

Palavras-chave: Imagem; Práticas urbanas; Memória; Turismo Cultural;

Expansão da função turística em áreas protegidas costeiras: conflitos e busca de consensos (Vanice Selva)

O turismo na modernidade tem se configurado como uma atividade econômica em franca expansão com capacidade de produzir espaços e modificar paisagens com

reflexos nas áreas onde se instala. Cada vez mais espaços turísticos são produzidos de forma espontâneas ou induzidas os quais passam a ter a função turística como a principal, chegando a subverter lugares. Áreas urbanas assim como áreas rurais tem se tornado espaços turísticos com reflexos na sua forma de organização gerando conflitos de diferentes ordens.

Nas áreas urbanas, por já disporem de uma infraestrutura básica, a função turística tem se expandido, mas nem sempre é considerada a capacidade de suporte da infraestrutura existente para o que demanda a atividade turística que, vai na sua espacialização adequando-se às necessidades de abastecimento de água, energia, saneamento básico, serviços bancários, surgimento de novos serviços, mudanças de hábitos da população local e mudando a função dos objetos geográficos (CRUZ, 2001). A espacialização acontece via introdução, multiplicação e concentração espacial de objetos cuja função é dada pela atividade turística (CRUZ, 2001) ou ainda como destaca Rodrigues (1999, p. 56) ao se referir ao turismo enquanto consumidor de espaço, “(...) caracteriza-se pelo uso efêmero do território num processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização”.

Nos ambientes costeiros a expansão do turismo tem se intensificado com o apelo à natureza, a paisagem de sol e mar, ao patrimônio natural, ou seja, a tudo o que exhibe características físicas, biológicas e geológicas distintas, habitats de plantas ou espécies de animais ameaçadas e áreas de grande valor em termos científicos, estéticos ou do ponto de vista da conservação (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 2004).

No caso da região Nordeste do Brasil, o turismo foi impulsionado pelo Programa e Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), com investimentos principalmente voltados para a área costeira, seguindo a lógica da expansão do turismo mundial. Estima-se que 80% dos fluxos turísticos mundiais estejam orientados para ecossistemas existentes nas zonas costeiras, o que contribuiu para um processo de ocupação territorial desordenado, promovendo uma considerável especulação imobiliária e problemas e conflitos socioambientais.

Como medida de minimização dos impactos negativos provocados pela expansão do turismo assim como de outras práticas econômicas, o patrimônio natural nas áreas costeiras tem sido convertido em área protegida (AP), assegurada por

Realização:



Organização:



Apoio:



aparato legal e passa a ter outras formas de uso como a pesquisa científica, educação ambiental, turismo, preservando em algumas delas, atividades tradicionalmente desenvolvidas como definido no marco político, normativo e de contexto nacional do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2007).

Na área objeto desta reflexão, o turismo se caracteriza como de Sol e Mar, com concentração de restaurantes, hotéis e condomínios residenciais ocupando com intensidade as áreas rurais que vão sendo incorporadas ao espaço turístico da área urbana. As práticas turísticas são especialmente desenvolvidas nas áreas de praia e mar com visitação a piscinas naturais e em rios para passeios náuticos.

As práticas turísticas, impôs aos operadores do turismo local que se organizassem em associações para as práticas ou de forma espontânea, ou ainda de forma induzida por Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público. É um turismo sazonal, concentrado nos meses de dezembro a fevereiro.

Com base no exposto, busca-se neste artigo trazer à discussão algumas reflexões sobre a expansão da função turística em municípios costeiros da Região Nordeste do Brasil, nomeadamente no espaço compreendido entre Tamandaré (PE) e Porto de Pedras (AL), evidenciando conflitos socioambientais e apontando a necessidade de envolvimento e participação da população na tomada de decisões, notadamente referente ao uso da água para realização de passeios náuticos.

Para as reflexões tomou-se como referência pesquisas desenvolvidas nos municípios de Tamandaré e Serinhaém, litoral Pernambuco e Maragogi e Porto de Pedras em Alagoas, sobre como se dá a espacialização do turismo desde 2006, os conflitos configurados, a expansão de condomínios de veraneio de pequeno porte (fase inicial), instalação meios de hospedagem e de alimentação e bebidas (fase secundária) e instalação de condomínios residenciais-hoteleiros (fase atual).

As pesquisas realizadas que serviram de referência para as reflexões também se direcionaram ao entendimento da governança na gestão do território turístico, tendo como foco o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental-APA Costa dos Corais, APA Marinha que se estende do litoral de Tamandaré, Pernambuco ao litoral Norte de Maceió, Alagoas, a qual define normas para o uso da área marinha e terrestre com relação direta com a área marinha.

Para elaboração do artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o impactos e conflitos socioambientais e as relações estabelecidas com o turismo. Com base em pesquisa bibliográfica em artigos e dissertações produto das pesquisas desenvolvidas, foram organizados os conflitos e problemas identificados na produção das pesquisas e discutidos e classificados e caracterizados de acordo com os tipos.

Os resultados apontam que a apropriação dos recursos ambientais pelo turismo no espaço compreendido entre Tamandaré e Ponta de Pedras ocorre de maneira desproporcional tanto no que concerne ao uso do solo urbano quanto na faixa de praia, ao uso do rio e do mar; há baixo envolvimento e participação nas discussões e tomada de decisão embora há organizações sociais voltadas para as diferentes práticas do turismo.

Observa-se um processo de exclusão gradativo de grupos sociais (barqueiros) que dependem do uso do rio para pesca ou para passeios turísticos em detrimento de empresas que realizam passeios de catamarã.

Os conflitos identificados na área resultam de um processo histórico de apropriação do espaço, da necessidade de conservação ambiental, de um planejamento turístico sem a participação da população local, somada à sobrecarga humana e as dificuldades sociais enfrentadas pela população o que coloca em risco as condições de vida dos moradores e a integridade do ecossistema (SELVA, 2014). Assim, os conflitos ambientais denunciam contradições nas quais as vítimas não só são excluídas do chamado desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante (Acserald, 2004).

Gestão integrada e planejamento turístico: resultados preliminares do controle das atividades turísticas na área de proteção ambiental Costa dos Corais (Enio Ricardo Gomes Júnior; Lindemberg Medeiros de Araujo)

Um importante instrumento para o ordenamento dos usos e atividades na zona costeira é a criação de Unidades de Conservação (UC) cuja criação busca a proteção da biodiversidade, dos recursos naturais e o ordenamento do território, ou seja, é necessário conciliar a proteção ambiental e as atividades humanas,

Realização:



Organização:



Apoio:



dentre elas o desenvolvimento turístico. A relação entre população e recursos gera conflitos e tem como consequência a existência dos movimentos sociais que reivindicam a participação da sociedade nas discussões através da gestão integrada e participativa. Nesse sentido, na zona costeira nordestina duas políticas públicas são potencialmente conflitantes em si, a saber: políticas de desenvolvimento turístico e a política de conservação ambiental, que podem se beneficiar da criação de UCs. Uma das categorias de UC que visam proteger ecossistemas marinhos e costeiros são as Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Este é o caso da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC). Criada em 1997, a APACC é a maior UC federal marinha do Brasil e foi a primeira unidade de conservação a ser criada para proteger parte dos recifes costeiros da costa nordestina. São mais de 400.000 hectares de área e cerca de 120 km de extensão ao longo da costa, abrangendo os municípios de Pernambuco e Alagoas. Em direção ao oceano, seu limite é a quebra da plataforma continental, distante cerca de 30 km da praia. Os ambientes marinhos da APACC tem atraído significativo fluxo turístico, que representam uma ameaça para esses ambientes. O crescimento das cidades e a expansão urbana ao longo da margem continental da APACC ligados ao turismo, tem gerado conflitos com os objetivos da UC. O turismo tem gerado a ocupação sem planejamento de ambientes litorâneos na região, tem deslocado populações tradicionais, e tem atraído investimentos em condomínios de segundas residências. No conjunto, essas atividades têm repercussões diretas nos objetivos de conservação da APACC. Assim, embora o plano de manejo dessa UC tenha como referência direta o ambiente marinho, as praias e os manguezais, o seu conselho gestor também desenvolve ações buscando influenciar o controle da expansão urbana associada ao turismo na planície litorânea. Outro importante instrumento é o seu Conselho Gestor criado pela portaria do ICMBio nº 62 de 21 de julho de 2011. Este trabalho tem como objetivo principal analisar os resultados do controle das atividades turísticas na zona costeira da APACC, em ambiente marinho e nas áreas urbanas da planície costeira, avaliando a efetividade da atuação do seu Conselho Gestor nessas ações. A metodologia utilizada neste trabalho é de natureza qualitativa, e inclui levantamento de campo, a realização de entrevistas com membros do conselho gestor da APACC, a análise de documentos relacionados à APACC, e

questionários aplicados a diversos outros stakeholders da UC. O trabalho tem como recorte temporal o período de 2013 a 2017. Os resultados preliminares apontam que a APACC se encontra numa situação de manejo regular, atingindo um bom grau de efetividade do seu manejo. Além do controle direto das atividades humanas no mar, também tem-se conseguido influenciar decisões ligadas à turistificação na região. Os membros do Conselho Gestor têm participação assídua e todas as importantes decisões de planejamento e também de execução de ações foram tomadas com a participação e anuência do seu Conselho Gestor, considerado atuante e exitoso. Implantar e manter as normativas de ordenamento de turismo em ambiente marinho nas áreas definidas é uma das ações previstas no Plano de Manejo. Para isso foram criadas as Zonas de Visitação, espaços destinados à atividade de turismo náutico, na qual os interessados em realizar a exploração do turismo devem ter uma autorização dos gestores da UC, o que envolve também estratégias para influenciar o controle das atividades em terra ligadas ao turismo. Foram definidas também regras para a visitação dessas áreas, como número limite de visitantes, tipo de transporte e horários de visitação. São quatro áreas passíveis de visitação: três áreas com piscinas naturais no município de Maragogi, litoral norte de Alagoas, e uma área de piscinas naturais no município de Paripueira, região metropolitana de Maceió. Outro destaque resultado da APACC foi a criação da Zona de Conservação do Peixe-boi no Rio Tatuamunha, limite dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, em Alagoas. Trata-se de um dos principais atrativos da região: o passeio de avistamento do peixe-boi. Essa atividade é realizada por guias credenciados pelo ICMBio, e é considerado um turismo de base comunitária, já que é executada exclusivamente por moradores locais organizados em uma Associação e devidamente capacitados. O Rio Tatuamunha foi despoluído para receber o projeto e todo seu entorno tem sido preservado para a manutenção da ação. Foram definidas e demarcadas também as Zonas de Preservação da Vida Marinha (ZPVM). Os primeiros espaços federais fechados em Alagoas estão localizados na costa dos municípios Maragogi, Japaratinga e em Paripueira. As outras duas áreas restritas da APA ficam em Pernambuco, uma em Tamandaré e a outra em São José da Coroa Grande. A criação de Zonas de Preservação tem entre seus benefícios o aumento dos estoques pesqueiros, a preservação e

Realização:



Organização:



Apoio:



evolução natural dos ambientes marinhos dentro da UC e a elevação da produção pesqueira em áreas adjacentes. Como conclusão preliminar, observa-se que a gestão ambiental com base na APACC está contribuindo de maneira efetiva para a conservação dos recursos naturais, para o desenvolvimento do turismo sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população local. Essa contribuição inclui controles no ambiente marinho e na expansão urbana na planície costeira adjacente, o que envolve diversos conflitos socioespaciais.

Palavras-chave: Gestão Integrada, zona costeira, Área de proteção ambiental, Turismo.

Investimentos imobiliários em São Miguel do Gostoso (RN): valorização e conflito territorial (Wagner Fernandes Costa; Maria Aparecida Pontes da Fonseca)

A partir da década de 1990 o turismo foi incentivado no Nordeste para a região adquirir maior dinâmica econômica. Uma reestruturação produtiva se impôs pela capacidade de mobilidade geográfica do capital em expandir suas fronteiras e captar novos mercados (SOJA, 1993). Solidariamente, o Estado investe em medidas não lucrativas, mas essenciais aos negócios privados, cumprindo o compromisso Neoliberal (HARVEY, 2008). A partir dessas determinantes os governos federal e estadual desenvolvem ações que resultam no fomento da atividade turística, com destaque para a conexão aos centros emissores internacionais, atribuindo-lhe num novo papel da divisão territorial do trabalho (CRUZ, 2000; FONSECA, 2005)

Porém, as transformações extrapolam o setor turístico. Ocorre o incremento do setor imobiliário, cuja relação com a atividade turística gera a curto e médio prazo, rentabilidade para negócios da construção civil e dos imóveis em geral Valls (2006). Assim, ocorreu o incremento de negócios imobiliários realizados por estrangeiros nas metrópoles nordestinas (DANTAS; FERREIRA; CLEMENTINO, 2010). No Rio Grande do Norte o crescimento dos negócios de imóveis envolvendo estrangeiros é objeto de estudo do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Turismo e Sociedade (UFRN) com análises sobre a Região Metropolitana de Natal (FONSECA, 2012) e em municípios próximos a São Miguel do Gostoso, com Rio

do Fogo, Maxaranguape e Ceará-Mirim (FONSECA; SANTOS JUNIOR; NUNES, 2016; FONSECA; COSTA, 2016). Na consolidação do turismo, os investimentos internacionais em imóveis se expandem para oferta lazer, de alojamentos turísticos ou para a aquisição de terras, gerando conflitos socioespaciais, igualmente constatados pelo Grupo em estudos anteriores (FONSECA; JANOSCHKA, 2016).

Em S. M. do Gostoso, situado a 102Km de Natal, o turismo de sol e mar emerge como atividade econômica a partir de 2000, intensificando-se posteriormente pela apropriação da paisagem e pelas condições favoráveis aos esportes náuticos (Windsurf e Kitesurf), cujo reflexo imediato foi a internacionalização da atividade (TAVEIRA, 2015). O município, que se emancipou de Touros em 1993, teve seus limites definidos de forma pouco criteriosa. Após 2010 os municípios divergem sobre essa demarcação. Constatou-se que uma área contígua da cidade de S. M. do Gostoso está nos domínios de Touros, que por seu turno reivindica o direito sobre os benefícios do território. Na área em questão atribui-se à Touros as Praias da Xepa, do Cardeiro e de Ponta de Santo Cristo, setores de consolidação da atividade turística, sendo a última a área preferencial de expansão dos investimentos imobiliários. Apesar dos esforços de órgãos (SEARA e IBGE) para um acordo entre as municipalidades, não houve negociação. Instala-se um conflito na esfera administrativa que remete à definição do território.

O objetivo é analisar a relação entre os investimentos imobiliários e o surgimento do conflito por limites políticos-territoriais que ocorrem entre os municípios de São Miguel do Gostoso e Touros. A pesquisa é exploratória e descritiva com tratamento de natureza qualitativa. O procedimento principal de coleta de dados foi a pesquisa documental no cartório de registros de imóveis, através da análise de fichas de matrículas, das quais foram identificadas as transações envolvendo estrangeiros entre 2000 e 2013; adicionalmente realizou-se entrevistas com os gestores do município de Touros e pesquisa de campo para observar a produção imobiliária na área de conflito.

Os dados apontam crescimento nas transações entre 2003 e 2009, quando o reflexo da crise financeira foi sentido, mantendo as transações posteriores entre 6 e 2 milhões de reais/ano. No intervalo pesquisado foram destinados R\$ 36,8 milhões à aquisição de imóveis. A grande parcela dos imóveis negociados com

Realização:



Organização:



Apoio:



estrangeiros foram terras, sem a presença de construções, 97% do total. Tratam-se de transações com forte caráter especulativo/empreendedor dos investimentos. Os investidores são provenientes de 15 países diferentes. Destaque-se os brasileiros, que passam de vendedores à compradores de imóveis após 2008. As aquisições se efetivaram a estrangeiros, que adquiriram a terra em anos anteriores. Após as aquisições, os estrangeiros revenderam os lotes e terrenos para brasileiros. Os dados obtidos também evidenciam o movimento de valorização do solo. Verificou-se que ao longo dos 13 anos, os portugueses investiram R\$4.873.650,72, no entanto, somente para os brasileiros, os lusitanos venderam imóveis que totalizaram R\$ 9.766.400,00, mais do que o dobro investido. Já os italianos, que investiram R\$2.026.448,00 comercializaram, somente com o público nacional, R\$ 5.045.507,00, auferindo um ganho próximo de 250%. Os dois exemplos demonstram a significativa valorização dos imóveis no período de 2000 a 2013.

A maioria dos terrenos e lotes transacionados está situada em área urbana, principalmente no setor, segundo a denominação contida nas fichas de imóveis, como “Loteamento Santo Cristo”. As fichas com referência à denominação “Santo Cristo”, sejam elas de Loteamento, Granja ou Sítio, tem seus imóveis situados nas imediações da Praia do Santo Cristo, uma das praias cujos municípios reclamam domínio. Trata-se, pelo que se pode apreender no conjunto da análise, importante área de expansão urbana, situada à entrada da cidade de S. M. do Gostoso. Neste setor, a expansão da mancha urbana ocorre nas duas margens da Avenida dos Arrecifes. Imagens de satélite mostram a evolução que ocorre no traçado urbano após 2003, o que corrobora a constatação da intensificação dos negócios imobiliários no Município.

O estudo conclui que é sobre a Praia do Santo Cristo e suas imediações que incide o interesse principal que gera o conflito. As atividades imobiliárias geram a valorização do território e desperta o interesse das administrações para a absorção de renda, tornando o município o arcabouço político-territorial por onde ocorrem os processos de circulação e reprodução do capital como aponta Harvey (2005). Pois, são as perspectivas de geração de renda (impostos, empregos e comércio) os motivos apontados pelos gestores de Touros na manutenção do conflito.

A pesquisa demonstra o nexo estabelecido entre os setores de turismo e imobiliário, e a capacidade que possuem em dotar o território de novos arranjos, elementos e configurações que se valoriza pela possibilidade prover ganhos em diversas formas (impostos, investimentos em capital fixo, especulação imobiliária, repasses públicos, entre outros). Mas principalmente, busca-se aprofundar reflexões sobre como o setor imobiliário tem conduzido a quadros de conflitos, colaborando com o interesse acadêmico para o tema.

Palavras-chave: Imobiliário; território; conflito; S. M. do Gostoso

Porto Maravilha-RJ e a influência turística: A Pequena África como lugar de memória (Carolina Mara Teixeira)

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro, precisamente o espaço da zona portuária, que abrange os bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo, denominada Pequena África, ganhou um Projeto de Revitalização, conhecido como Porto Maravilha, implementado para sediar parte das Olimpíadas de 2016 que ocorreram na cidade do Rio, com o objetivo de requalificação urbana, visando recuperação da infraestrutura urbana, do meio ambiente, os patrimônios históricos e culturais, além de melhorar as condições habitacionais da região portuária do município.

Entretanto, dentre muitos pesquisadores da academia, o foco de estudo sobre a revitalização da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro recai sobre a questão do desequilíbrio regional e da discussão sobre a política localista na região, pois percebe-se que a aplicação dos recursos públicos são dirigidos aos bairros nobres da cidade e como os governantes atuam na promoção dessa área através da atividade turística no cenário internacional alegando ser algo único, um lugar que reúne a modernidade de uma grande metrópole, porém, tornando invisível a herança africana contida na cidade e a longa história sobre a escravidão, a qual reside naquele espaço.

Desta forma, segundo Lévesque (2009), embora o conceito de território possa ser utilizado tanto em relação ao nível regional quanto ao nacional, ele tem sido cada vez mais utilizado para designar o nível local, referindo-se, por exemplo, aos efeitos de proximidade e aos regimes territoriais de governança.

Realização:



Organização:



Apoio:



Bonnemaison (2002) dedica-se a ideia de que a cultura não pode ser separada da ideia de território, pois a formação de território está atribuída a uma construção social, e é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço que abrange a identidade de um grupo social.

A zona portuária do Rio de Janeiro caracteriza-se por ser uma área historicamente moldada sem que tenha ocorrido qualquer preocupação do Estado quanto à satisfação das necessidades e anseios das suas diversas populações que ali existem e resistem, ignorando até mesmo os movimentos sociais ali pertencentes.

Percebe-se, nos dias atuais, um processo de intensa transformação de suas territorialidades, o qual está relacionado ao ideário neoliberal, este que está dividido em dois eixos, um pela política pública do Estado que é orientada pela competitividade no território, e o outro, pelo mercado, que busca a concorrência perfeita com a expansão de empresas.

Portanto, essa atuação do governo e as características do projeto de revitalização no território que estão sendo abordadas neste artigo, viabilizam como resultado um processo de gentrificação, processo este associado à modernização e ao deslocamento, ou seja, refere-se à investimento em infraestrutura, maior valorização do local e à melhoria de antigos prédios em determinadas áreas residenciais, encarecendo o espaço e propiciando o deslocamento dos antigos moradores que ali residiam. Esse processo de gentrificação representa também uma forma de expulsão da memória e história deste espaço (GIANELLA, 2013).

Objetivos

Identificar e apresentar os problemas e os emblemas consequentes do projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro, partindo da análise da atividade turística para com o morador local, em razão do seu lugar de memória e resistência de uma cultura.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, onde serão analisadas referências bibliográficas (livros, artigos, reportagens) sobre lugar de memória, gentrificação e identidade afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro, com foco na zona portuária. Para entender alguns aspectos geográficos da região da Pequena África, a pesquisa trará alguns dados estatísticos e históricos que ajudam a

compreender a formação do território na cidade, bem como as questões de cultura afro-brasileira que perpetuam no local. Esta dicotomia surgiu através da obra de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro que trouxe estudos que salientam como o planejamento urbano, a atividade turística e a gestão governamental desencadearam um processo de gentrificação e desvalorização cultural de um território, quando não realizados devidamente.

Vinculação e Contribuição

O presente trabalho contribui com o eixo temático Turismo e Conflitos Socioespaciais, pois aborda o governo local se apropriando da atividade turística em segundo plano para fomentar a aplicação de uma política localista, como a criação do Porto Maravilha-RJ, que nutre um sentimento de invisibilidade da cultura afro-brasileira e a desvalorização e desrespeito com o lugar de memória de determinados grupos étnico-raciais, resultando ainda em um problema urbano como o processo de gentrificação.

Resultados

Como resultado, este artigo traz a percepção de que a região da Pequena África vem sofrendo uma desvalorização cultural em decorrência de um projeto de revitalização da zona portuária que resultou em um processo de gentrificação da localidade e o aumento do potencial turístico na região, e com isso a necessidade de fortalecer e preservar o lugar de memória, pertencimento e identidade cultural afro-brasileira, dando visibilidade aos residentes e valorizando suas lutas raciais.

Palavras-chave: Porto Maravilha, Lugar de Memória, Gentrificação.

Processos de integração/ segregação socioespacial de turistas com o destino litorâneo Natal – RN (Michel Jairo Vieira da Silva; Franscisco Fransualdo de Azevedo)

O turismo tem em discurso a prerrogativa da hospitalidade, do encontro do turista com a dinâmica de pequenos vilarejos ou grandes cidades. Todavia, ao invés de edificar momentos de integração (KRIPPENDORF, 2003), diversos destinos levantam muros físicos ou simbólicos que segregam turistas em “ilhas de prazer” à margem da cidade. Tal situação pode provocar em visitantes de cidades litorâneas (a exemplo de Natal – RN) uma visão espetacular, porém reducionista e

Realização:



Organização:



Apoio:



patrulhada (MACCANNELL, 1999) sobre o destino. E na mesma medida gera um isolamento do residente “impuro” (BAUMAN, 1998), incapaz para o consumo higienista do capital turístico.

Partindo disso, o trabalho objetiva analisar os processos de integração/segregação socioespacial dos turistas domésticos com a cidade de Natal RN, à luz das Perspectivas de Integração Urbana-Turística desenvolvidas por SILVA (2017). Tais perspectivas avaliam processos de integração reconhecendo três determinantes para gerar um Destino Integrador –DI ou um Destino Segregador-Fragmentado – DS-F: planejamento urbano da cidade; ação do poder público e privado sobre a segmentação turística; e configuração territorial da cidade-destino.

Referencial teórico

Para tanto, a pesquisa avança numa apreciação teórica que envolve a interface entre Turismo e Desenvolvimento, tratando a atividade turística (Azevedo, et al., 2013) como um vetor importante da prática de consumo no mundo moderno, sendo gerador de desenvolvimento no campo econômico, mas também socioambiental e cultural. Porém, relativizado – visto inúmeros impactos negativos - pelo mesmo autor e por outros nomes como Maccannell (1999), Xavier (2007) e Coriolano & Vasconcelos (2017). Pesquisadores esses que caracterizam o turismo pela apropriação do espaço da cidade – em que se tem os turistas como convidados e ávidos por uma fragmentada e superficial experiência de viagem registrada, e nem sempre vivida. Essa questão exige uma reflexão sobre a maneira como o turismo acontece e seus desdobramentos na experiência do viajante e na dinâmica cidadina – enredadas muitas vezes grupos duais e distintos. Tal reflexão contradiz com a ideia de que o turismo deve oferecer um espaço solidário, onde as relações entre visitantes e a cidade ocorra de maneira a permitir um desenvolvimento interior de quem visita (FIGUEIREDO, 2010), mas também trazer retorno para aqueles que os recebem (KRIPPENDORF, 2007). Para isso, é preciso uma agenda de desenvolvimento preocupada com um turismo harmonioso, seja em pequenas comunidades, seja em centros urbanos como Natal – RN. Cidade essa que tem seu TURISMO E CONFLITOS SOCIOECONÔMICOS (eixo temático ao qual o trabalho submete-se) marcada por “processos socioeconômicos de âmbito global, especialmente quando se trata da

atividade turística fundamentada na diferenciação, no uso e no consumo do território”. (FERREIRA; SILVA; FONSECA, 2009, p. 117). Essa nova dinâmica que chega a “Cidade do Sol” reordena em grande parte sua configuração territorial, sua dinâmica cidadina, e acaba por promover processos de integração/segregação que se revelam mais fortemente nos cenários de praias urbanas.

Metodologia

A pesquisa – numa dimensão da percepção (MERLEAU-PONTY, 1999) e com proposta descritiva-exploratória e abordagem qualitativa – avança em uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977) fílmico, guiado unidades de registro do quadro de Evidências de Processos de Integração dos Turistas com a Cidade-Cenário (SILVA, 2017). Tais vídeos são caracterizados por serem VLOGS (vídeos+logs compartilhados no Youtube) de viagem feitos por turistas domésticos que visitaram Natal no ano de 2016. A seleção de 15 experiências de viagem seguiu filtragem com 8 critérios sequencias e eliminatórios (duração do vídeo, número de visualizações, número de postagens, proporção like/deslike, número de seguidores, número máximo de vídeos por cidade) e auxiliou na confiabilidade da análise dos dados.

Análise dos dados

Eleita pela quinta vez em 2016 como o melhor destino turístico brasileiro de acordo com a AVIESP (Associação de Agentes de Viagem Independentes de São Paulo), Natal - RN tem seu reconhecimento solidificado pelo turismo de sol e praia. Em números, Natal conta com uma área de 167,264 km² e cerca de 877.662 habitantes (estimativa do IBGE, 2016). A vegetação ainda existente é de característica dunar com elementos da Mata Atlântica e manguezais, sendo cortada pelos rios Potengi e Pitumbu e margeada por praias que, em parte, compõem o cenário (GOMES, 2008) do produto turístico conhecido nacional e internacional como Cidade do Sol.

Cidade do Sol essa que de acordo com a análise do conteúdo fílmico (vlogs de viagem turística doméstica), se mostra como Destino Segregador-Fragmentado – DS-F, em que o planejamento urbano da cidade; a ação do poder público e privado sobre a segmentação turística (sol e praia primordialmente); além de sua configuração territorial, fazem com que os turistas fiquem concentrados no litoral

Realização:



Organização:



Apoio:



urbano (com focos de forte isolamento na Via Costeira – espécie de “bolha” turística) ou avançam em outros litorais mais distantes e de difícil acesso. Nessa dinâmica o residente é excluído pela força do capital turístico dos processos de decisão que envolvem o turismo, mas especialmente também de grande parte das faixas de areia, e das infraestruturas (inclusive públicas) edificadas para demanda turística. Demanda essa que também não avança em seus deslocamentos para bairros para além voltado exclusivamente para o turismo, sendo esses processos evidenciados na baixa semelhança entre visitantes e visitados no que se refere aos meios de locomoção urbana e turística, locais e atividades distintas de lazer (cultural e social), e nas formas de contato entre eles (pouco destaque para contato turístico com moradores, sendo basicamente o contato com profissionais do trade turístico).

Considerações finais

A pesquisa reconhece que o grau de integração entre visitantes e visitados se dá na capacidade do destino urbano em atender às demandas cotidianas de cidadania e de lazer, e ao mesmo tempo turísticas de forma dinâmica e justa. Dessa maneira, o trabalho entende que a forma como o turismo em Natal se desenvolve vai na contramão dessas convicções, nos inquietando na busca por alternativas onde a gestão pública e privada do turismo estimulem o encontro e diálogo entre sujeitos, promovendo destinos turísticos mais harmoniosos e inclusivos.

Turismo e ícones urbanos e arquitetônicos: o Terminal Marítimo de Passageiros “encalhado” no Porto de Fortaleza (Ricardo Alexandre Paiva)

A construção de ícones urbanos e arquitetônicos por meio de intervenções e grandes projetos urbanos constitui uma das manifestações socioespaciais da urbanização turística. Esta estratégia, baseada na competitividade e produtividade urbana, consiste em uma das principais ações do Estado (por vezes articulado ao mercado) na promoção da imagem turística dos lugares a fim de potencializar a sua atratividade. Em Fortaleza, a construção de ícones relacionados às atividades e usos turísticos remonta a edificação do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e tem se intensificado na última década, potencializada pela realização dos

megaeventos no Brasil, em que Fortaleza foi uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Assim, um conjunto de práticas econômicas, políticas e simbólicas suscitaram várias intervenções espaciais, tanto em obras de infraestrutura, como em grandes projetos urbanos.

No campo econômico, o turismo passou a compor as ações de desenvolvimento do Ceará a partir do “Governo das Mudanças” no final da década de 1980 e desde então busca se inserir nos fluxos globais da atividade, ainda que de forma periférica, por intermédio, sobretudo, de incentivos fiscais e financeiros na indústria e no turismo. Na década corrente, o turismo ainda possui um peso significativo na política econômica, potencializado pela realização do megaevento da Copa do Mundo. Some-se a isto, a proposição por parte do Estado de três intervenções âncoras com o intuito de estimular o turismo internacional: O Centro de Eventos do Ceará; o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza e o Acquário do Ceará (em construção).

No campo político, a atual gestão segue, de modo geral, alinhada às mesmas políticas de promoção e desenvolvimento dos governos anteriores, baseadas em um modelo de desenvolvimento que prioriza investimentos em grandes obras na área do turismo. Vale ressaltar, entretanto, que as políticas públicas e as obras de infraestrutura básicas continuam sendo negligenciadas em função de intervenções pontuais.

No campo simbólico, procura-se difundir cada vez mais a imagem do semiárido próspero – em substituição à imagem do sertão, representação da seca e da pobreza – incorporada pelo turismo e relacionado às práticas do turismo de “sol e mar”. Assim, o Estado promove diversas intervenções com o objetivo de construir a imagem turística do Ceará e de Fortaleza.

Conforme mencionado anteriormente, o Terminal Marítimo de Passageiros foi um projeto estratégico no processo de internacionalização do turismo no Ceará, concebido como uma importante infraestrutura turística no contexto da Copa do Mundo com financiamento do “Programa para Aceleração do Crescimento 2” - PAC 2, para atender o público de turismo de cruzeiros. O equipamento seria conectado ao VLT que facilitaria o acesso à Arena Castelão, outros dois importantes projetos no contexto dos megaeventos.

Realização:



Organização:



Apoio:



Segundo informações do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Terminal, projetava-se que o equipamento incrementasse o Porto do Mucuripe como modal de embarque, de origem e retorno de viagem, transformando os fluxos de pessoas e mercadorias da zona portuária como forma de manter sua importância na Região Metropolitana de Fortaleza, francamente ameaçada pelas atividades do Porto do Pecém, localizado na divisa dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

O Terminal Marítimo de Passageiros localiza-se na Praia Mansa, nos arredores do Porto do Mucuripe e tem uma implantação privilegiada na Cidade, notadamente na sua esquina, onde há uma inflexão na orla com grande potencial paisagístico. Esta condição excepcional de localização na faixa litorânea, importante insumo para atividade turística, constitui um dos aspectos que qualificam a obra como icônica. Some-se a isto, a solução arquitetônica, estrutural e construtiva, sintetizadas em uma forma distinta, que confere ao equipamento o status de ícone.

Entretanto, desde a sua inauguração em junho de 2014, o equipamento tem sido subutilizado no que se refere ao seu uso principal de embarque e desembarque de passageiros de cruzeiros, em função, tanto da crise que acomete o setor, com a diminuição dos fluxos de navios de turismo em toda a costa brasileira, como a falta de dragagem do Porto no trecho do Terminal. Atualmente, os poucos cruzeiros que circulam ancoram na parte de cargas e os passageiros são transportados de ônibus para o edifício.

De acordo com o escritório de arquitetura responsável pelo projeto, desde a sua origem o equipamento foi pensado como um espaço multiuso, abrigando funções relacionadas a eventos, exposições e festas, já considerando a sazonalidade dos fluxos de transatlânticos e transoceânicos no Atlântico Sul, que ocorrem ente outubro e maio. O Terminal acabou se transformando em dos espaços mais procurados para realização de eventos privados na Cidade, contrariando sobremaneira o seu objetivo de origem. Assim, metaforicamente, o terminal está “enclausurado” no Porto.

Neste contexto, o trabalho em questão tem como objetivo investigar a relação entre a atividade turística e a concepção e construção de ícones urbanos e arquitetônicos contemporâneos na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), tendo como base a análise crítica sobre o Terminal Marítimo de Passageiros do

Porto de Fortaleza. Para tanto, o trabalho apresenta uma breve discussão sobre a relação entre o turismo e a arquitetura, em seguida apresenta o contexto social (econômico, político e cultural-ideológico) da concepção, construção e situação atual do equipamento, revelando as contradições entre discurso e práticas, bem como os impactos e conflitos; para finalmente, proceder a uma análise crítica relativa aos aspectos de inserção urbana, localização e aspectos arquitetônicos do edifício que o qualificam como ícone urbano e arquitetônico.

Palavras-chave: turismo, ícones urbanos e arquitetônicos, Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza, Fortaleza-Ceará.

Turismo e políticas urbanas no Brasil e na Itália (Antonio Muniz Filho; Gabriella Restaino)

O artigo tem como objetivo demonstrar como a atividade do turismo e toda a estrutura de promoção do lugar turístico tem a capacidade de ao mesmo tempo supervalorizar determinados locais e subvalorizar outros. Neste sentido, o trabalho apresenta realidades de cidades litorâneas onde o papel dos agentes promotores do espaço tem sido preponderante para a promoção do lugar como “paraíso do turismo”. Como parâmetro para análises, escolhemos dois lugares turísticos – em países distintos – que se assemelham pelo forte apelo que é dado a paisagem litorânea como o principal atrativo e, que ao mesmo tempo são singulares no que se refere aos investimentos/ações no território para a dinamização de tal atividade, resultando consequentemente em inclusão ou segregação socioespacial.

Conforme destaca Cruz (2002, p. 216), “o turista não tem a ver com os problemas das localidades que visita. Mas a atividade turística - no que se refere a responsabilidade do poder público - não deve constituir mais um fator de segregação socioespacial e de acentuamento das disparidades sociais”.

As localidades analisadas foram: a orla oceânica de Maceió (Alagoas) no Brasil e a orla mediterrânea de Alghero (Sardenha) na Itália. A escolha desses lugares ocorreu entre outras razões, por serem espaços litorâneos nos quais a atividade predominante é o turismo, onde as políticas urbanas para a divulgação/dinamização dos mesmos, apresentam resultados socioespaciais muito distintos e, também, pela relação de conhecimento/vivência dos autores nas

Realização:



Organização:



Apoio:



referidas localidades, que, na condição de urbanistas, lançam um outro olhar sob tais paisagens que ultrapassam a visão de encantamento com o lugar, típico do turista.

Se a busca do turista é pelo lazer, prazer e entretenimento, em nada lhes interessará olhar para as mazelas ou desigualdades existentes no lugar de visitação, o que o mesmo deseja   o encantamento/deslumbramento presentes nas paisagens do lugar e vendidos como produto turstico.

Nesta perspectiva, os dois estudos de caso proposto - as áreas urbanas das faixas costeiras de Maceió (Brasil) e Alghero (Itália) - demonstram realidades distintas quanto as políticas urbanas de valoriza o do lugar e inclusão/exclusão socioespacial. Enquanto que em muitas cidades brasileiras, como Maceió, a guetiza o dos cidadãos (geralmente os mais pobres e desfavorecidos)   uma realidade latente, na Itália, a exemplo de Alghero, não se verifica tal processo de segrega o socioespacial.

No litoral de Maceió, o trecho da orla oceânica entre as praias da Ponta Verde e a da Avenida   um dos mais famosos e visitados pelos turistas que chegam a Alagoas, e ao mesmo tempo,   sem sombra de d vidas para nós, um dos lugares onde o processo de segrega o/degrada o socioambiental e do patrimônio histórico/arquitetônico   mais evidente. No referido trecho estão as maiores concentra es hoteleiras, gastron mica, de lazer e entretenimento, com destaque para as praias da Ponta Verde e Pajuçara. Mas,   também neste trecho que se encontra o centro antigo de Maceió, o porto do Jaraguá, a vila dos pescadores, a indústria da Braskem, o emissário submarino, a foz do riacho Salgadinho e a praia da Avenida, que se configuram como o espaço segregado pelo e para o turismo. Conforme assinala Muricy (2001, p.191), “a cidade acaba condicionada, presa a uma ou duas imagens que passam a valer pelo todo, mas por det rs desses “pontos luminosos” coexistem diversas cidades “invisíveis”, que narram outras histórias e são povoadas por “outros espíritos”. Não são mundos separados, mas interconectados, que, em alguns momentos, se interpenetram, e em outros, se mant m como realidades estanques. “Cidades-vodu”, na concep o de Harvey (1996), onde a fonte luminosa encobre realidades obscuras”.   justamente esse obscurantismo dos lugares “não tursticos” de Maceió que buscaremos desvelar.

Nos últimos anos Alghero teve que lidar com a chegada de migrantes provenientes de regiões da África, da S ria e dos países do Mediterrâneo (milhares desembarcaram na costa italiana), tendo que buscar solu es voltadas para a hospitalidade inclusiva. Tal fato a fez se destacar na Itália, por estar na vanguarda das cidades que implementaram, ou estão implementando políticas e práticas recomendadas (Melhores Práticas) para promover a integra o e aumentar a consciência multi-étnica e multicultural, especialmente entre os jovens.

Na Sardenha, práticas de integra o, como o projeto de “acolhimento difundido” – que pretende acolher e integrar os migrantes dentro de bairros da cidade e não em uma área urbana isolada – juntamente com as políticas para o turismo sustentável como o projeto do “hotel difundido” – que prevê a recupera o dos centros das cidades pequenas abandonadas, cujas casas têm quartos difundidos de um hotel/cidade – já está definido como um importante modelo nacional.

“Os migrantes são muitas vezes relegados para posi es mais baixas, mas, se constituem como fontes de conhecimento e oportunidades para aprender novas ideias. Anos atrás muitos italianos fugiram da miséria da guerra e migraram para terras na América do Sul e Austrália. Para aqueles que costumam visitar esses lugares, sabem que as contribui es que os imigrantes italianos deram   riqueza de terras distantes: na gastronomia, através da constru o e artesanato, e do trabalho duro nas minas são visíveis. Por esta razão, em um setor vasto como o turismo, responsável, por se alimentar de interconexões,   essencial aumentar a presença dinâmica dos migrantes”. (PUNG, 2016, n. p., tradu o nossa).

Recentemente (maio 2017), o Departamento de Arquitetura, Desenho e Urbanismo de Alghero (Universidade de Sassari) realizou um workshop internacional em uma centralidade urbana da cidade. O Laboratório passou por a es de regenera o urbana de espaços públicos e espaços comuns com as pessoas e institui es, envolvendo moradores e migrantes. O Laboratório, faz parte do projeto “Cidadania Ativa” da Administra o da Municipalidade de Alghero. Portanto, o que se propõe   demonstrar como o olhar do urbanista sob um espaço turstico pode desvelar outras imagens do lugar que vão muito além do marketing ou do deslumbramento. Ou seja, a atividade turstica pode ser agregadora de valor para o lugar, ao tempo em que, dependendo dos desideratos dos agentes

Realiza o:



Organiza o:



Apoio:



envolvidos em sua promoção, também pode ser um fator tanto de inclusão, como de segregação socioespacial.

Palavras-chave: políticas urbanas, turismo litorâneo, marketing turístico, inclusão socioespacial, segregação socioespacial.

Turismo no Alto da Sé: Olinda, patrimônio e musealização (Camilla Gomes)

Procura-se entender a relação entre turismo e patrimônio cultural considerando as transformações ocorridas no sítio histórico devido -sobretudo- à demanda turística. Esse processo de transformação acontece não só no Alto da Sé de Olinda, mas em vários outros casos estudados e explanados durante o trabalho. Essas transformações trazem benefícios, mas também impactos, os quais são aqui explorados de modo sistemático e comparativo, mostrando uma visão holística do que seria o processo de musealização dos sítios históricos e como, dentro desse contexto, se desenvolve o Turismo dito Cultural.

O tema geral que nos interessa é a questão da transformação sócio funcional de sítios históricos para servir à indústria cultural, entendida como um processo macro que engloba a forma museológica de tratar a cidade, assim como as implicações dessa dinâmica na sociabilidade e na apropriação do espaço por diversos agentes, desde moradores, trabalhadores até turistas.

Identidade e memória entram nesse contexto como chaves de discussão, conceitos base de entendimento porque concernem ao grupo social formador daquilo que o patrimônio cultural representa, e portanto estamos também falando das formas de apropriação do espaço e de como essas formas de relação com o lugar podem ser não só diferentes como contrárias.

Está em pauta a comparação dos tipos de relação estabelecidas pelos diferentes grupos no cenário da cidade histórica no contexto do Turismo Cultural. Segundo Canclini, "O turismo cultural transforma o patrimônio cultural em bem potencialmente desejável pela experiência do turista, que é cada vez mais um consumidor cultural com tempo de lazer" (García Canclini, 1995 apud PEREIRO PÉREZ, 2003, p. 14), e nesse contexto, nos cabe entender que as relações de identidade e memória do lugar – nesse caso também entendido na esfera imaterial – estão, de certa forma, sendo interferidas pela atividade turística, pela relação de

mercado que o patrimônio está estabelecendo com aquele que o visita. No texto do professor Ulpiano de Menezes, ele fala de um cartum que figura muito bem essa relação problemática, e a sutileza de como essa interferência acontece:

Trata-se de um cartum publicado há muito tempo numa revista francesa, provavelmente Paris-Match No interior de uma catedral gótica, ambiente hierático, imerso numa penumbra cheia de dignidade e vida interior, encontra-se uma velhinha, ajoelhada diante do altar mor, concentrada em oração. Atrás dela, um semicírculo de turistas, todos eles japoneses (a cena se passa provavelmente em meados da década de 70, quando os japoneses invadem turística e economicamente a Europa). Do magote destaca-se um guia francês, que coloca a mão no ombro da anciã e lhe diz: - "Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação" (MENESES, 1997, p. 63).

O presente trabalho propõe-se, portanto, a analisar a problemática posta aplicando-a neste recorte da cidade de Olinda, patrimônio da humanidade pela UNESCO desde 1982, buscando entender as relações dos grupos sociais com este espaço de interesse turístico e cultural, e portanto, inferir a relação entre Turismo e Patrimônio Cultural. Que sentido, que memória, qual a identidade desse lugar para as pessoas?

Precisamos entender se essa 'espetacularização da cultura' está dando um novo significado às relações de identidade e memória com o patrimônio cultural. É necessário inferir a forma como as atuais políticas de patrimônio funcionam, supervalorizando o fator econômico da cultura enquanto produto, e de que forma influenciam neste processo.

A experiência brasileira com o Turismo Cultural em áreas históricas tem se demonstrado em consonância com as demandas econômicas que justificam ser um 'desenvolvimento sustentável' para as cidades históricas, mas não têm se atentado para as questões de como esse 'consumo dos lugares' afeta e pode afetar a experiência social da patrimonialização, do valor simbólico que essas cidades constituem na memória social.

Dentre as metodologias utilizadas estão a análise do projeto do Complexo Cultural Recife Olinda e do projeto de Reestruturação urbana do Alto da Sé para entender

Realização:



Organização:



Apoio:



em que medida acontecem transformações do espaço histórico em favor da demanda turística.

Além disso, relaciona-se dados do aumento do turismo no Brasil com o surgimento de políticas específicas para turismo cultural, contextualizando a conjuntura das transformações ocorridas. Fez-se comparações dos processos de transformação em várias cidades brasileiras, e algumas da América Latina, mostrando alguns impactos e relacionando-os às questões de identidade e memória do lugar.

Por fim, uma pesquisa qualitativa ouviu moradores locais, além de outros grupos focais e revela relatos de quem viveu na pele a mudança de caráter do Alto da Sé para um polo de interesse turístico, e todas as implicações disso. Entende-se que sendo a própria questão patrimonial, no sentido da significância, da identidade, da memória, uma questão essencialmente voltada para a relação das pessoas, ou seja, para a construção social de todos esses sentidos, é, portanto, imprescindível ouvi-las.

Seria nossa hipótese de que o turismo tem impactos negativos sobre o patrimônio uma visão pessimista? De que forma o caso do Alto da Sé nos ajuda a entender esse processo?

O presente trabalho contribui para a sessão temática porque lança luz sobre o conflito sócioespacial dos moradores x turistas (bem representado no exemplo do cartum supracitado) e no que essas relações na verdade representam: a forma como o Turismo se relaciona com o Patrimônio Cultural, e de que maneira transformações ocorridas no espaço físico denotam possíveis transformações ocorridas na esfera do simbólico, e no processo de construção de memória e identidade.

Palavras-chave: turismo cultural, patrimônio cultural, musealização.

Turismo: Bons e Maus Momentos – Paraty como exemplo (Siva Bianchi)

Este artigo trata do fenômeno da gentrificação tendo como foco a expansão da cidade de Paraty, cujo início se deu no que hoje é conhecido como Centro Histórico com a expulsão dos antigos moradores para locais menos desenvolvidos. Para alcançar esse objetivo foram estudados os Planos de Desenvolvimento da Cidade feito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (IPHAN) além de autores que abordam a gentrificação como matéria teórica. Na prática os estudos iniciaram a partir da pesquisa da Universidade Gama Filho em parceria com o IPHAN no projeto Momumenta com o inventário de bens imóveis em sítios urbanos tombados. A cidade de Paraty teve início, como muitas povoações no começo da colonização portuguesa, com doação de uma gleba pelo senhor de engenho para assentamento da comunidade ligada ao comércio e artesanato que prestaria serviços na propriedade do doador. No caso da cidade estudada, doadora. Paraty, porto privilegiado quando da colonização do país, e sítio com grande número de rios navegáveis, concentrava no mesmo núcleo, moradia e estabelecimentos comerciais sob influência do poder dominante que, naquela época, se confundia com a Igreja Católica. A cidade foi fundada em 1532, até 1725 foi próspero povoado, que vai aos poucos perdendo importância por causa do esvaziamento econômico; volta a momentos de glória em 1820 por mais 50 anos, para novamente ficar isolada, quando os portos de Rio de Janeiro e Santos ganham importância. A pequena cidade volta a florescer em meados do século XX, quando acessos rodoviários são implementados pela construção da BR 101 – via litorânea que une o sul a norte do país pelo litoral. Seu casario colonial, que sobreviveu ao tempo, torna-se o Centro Histórico, sítio urbano tombado IPHAN em 1958. Com a abertura da rodovia BR101 (Rio-Santos), nos anos setenta, tem início a afluência de turistas e assim há a possibilidade de reocupação da região. O Centro Histórico tombado é o ponto focal para o turismo como elemento econômico gerador de riqueza. Com a procura por residências de veraneio ou mesmo local para a estadia dos turistas há a ‘revitalização’ das edificações, sob a tutela do IPHAN. Tem início o processo de gentrificação da cidade onde mais uma vez se confirma a conformação de nossas cidades, onde as classes dominantes passam a habitar o centro, expulsando pescadores e comerciantes humildes para a periferia da cidade e sem urbanização. Paraty apresenta assim na prática o sentido adotado por BidouSachariassen e Zukin para o termo gentrificação onde as intervenções urbanas de valorização de um ambiente o transforma em um segmento de mercado. A máxima produzida pelo discurso oficial de que o turismo gera emprego, renda e inclusão social, no início da expansão do turismo, não é a realidade paratiense. Com o desenvolvimento da cidade, face a implementação do turismo, são confirmados como moradia da

Realização:



Organização:



Apoio:



população com menos renda dos bairros de Mangueira e Ilha das Cobras, criado pelos primeiros moradores de Paraty. Através do trabalho do Iphan de conscientização dos 'novos' moradores do Centro Histórico em preservá-lo e ocupar os antigos habitantes lhes dando valor, houve o aproveitamento de alguma mão de obra local. Entretanto não foram construídos bairros para moradia dos trabalhadores e mais uma vez há o crescimento desordenado da cidade. Tomando como base a complexidade da atividade turística, houve necessidade de 'importação de mão de obra', que acabou se estabelecendo na cidade, nos bairros deficitários em oposição às edificações que faziam. O turismo de uma cidade histórica está interessado na própria cidade, que passa a ser o objeto de cobiça, mas ao mesmo tempo pretende adquirir objetos que lembrem a cidade visitada. A população local passa, então, a oferecer serviços aos turistas seja através da culinária local, objetos de artesanato e muitos artistas também chegam para incrementar a diversidade de opções, embora faltem locais apropriados para moradia desta população. Os trabalhadores não moram no centro histórico que fica destinado ao comércio turístico ou mesmo moradia uma vez que os terrenos da cidade colonial são de pouca largura, mas grande profundidade. Famílias com mais recursos ocupam essas edificações ou então há o estabelecimento comercial da família próximo à rua e moradia nos fundos. Uma característica interessante no turismo brasileiro litorâneo é a incorporação de várias nacionalidades como moradores. Em Paraty esse fenômeno também acontece. Os primeiros imigrantes a chegar foram os franceses, talvez a procura de um clima ameno. Esses estrangeiros, com uma cultura de preservação, ensinam aos locais, maneiras de sobrevivência sem destruir o patrimônio tanto material como imaterial do local. As primeiras atividades que fomentam o turismo são as festas religiosas e a partir delas outras atividades como passeios de barco ou trilhas pela mata são oferecidas, e aí surge a atividade de guia que emprega os habitantes locais. Os paratienses são os que sofrem os impactos positivos e negativos das transformações urbanas, pois para manter e atrair turistas há uma complexa rede de infraestrutura que é implantada, mas não pode interferir na imagem da cidade. A metodologia utilizada no estudo ora apresentado, deu-se através da análise do crescimento da mancha urbana associada à urbanidade do centro histórico. Segue a metodologia desenvolvida pelo grupo de pesquisa que trabalha a qualidade do

lugar através da observação incorporada, onde o pesquisador vivencia o objeto pesquisado. e um dos aspectos percebidos é que a importância da formação de identidade que se sobressai, pois, como mostra Maurício de Abreu, na maioria das cidades históricas o fator simbólico é muito importante. O artigo mostra que determinadas ações podem não proporcionar o retorno pretendido se não for exercido um controle efetivo na área de expansão urbana e a providência diz respeito programas ousados de habitação que proporcionem moradias dignas ao alcance do orçamento das famílias.

Palavras-chave: Gentrificação; Expansão Urbana; Paraty; Qualidade do Lugar.

CATEGORIA PÔSTER

Litoral norte de Maceió como alvo de gentrificação: a especulação imobiliária que enclausura a Vila Emater (Lourival T. de Assunção Filho; Karollyne Marcelle F. Albuquerque)

A presente pesquisa parte de um problema de planejamento urbano bastante recorrente em cidades com grande potencial turístico: os conflitos socioespaciais resultantes de expansão urbana, onde, de um lado, tem-se o desenvolvimento urbano corporativo, voltado aqueles que usam a terra como moeda de troca, e de outro lado os grupos sociais excluídos (Lobato, 2010), que ocupam áreas de interesse paisagístico.

Para estudar esta problemática tão frequente nas cidades brasileiras e indicar novos horizontes para esta histórica luta de classes, parte-se aqui de um estudo de caso em uma área de antigo lixão da cidade de Maceió - AL, que possui grande potencial paisagístico decorrente de sua posição geográfica (visibilidade ao mar e considerável altitude).

Desde meados de 2013, a área começou a ser foco de especulação imobiliária e a crescer de forma ordenada ao público alto, dando início a um processo de gentrificação, revelando um desenvolvimento de investimentos comerciais, residenciais e/ou turísticos que infringem a preservação da natureza e apagam a memória local. A Vila Emater, popularmente conhecida em Maceió como Favela do Lixão, por se localizar ao lado e retirar o sustento do Lixão da cidade, mesmo

Realização:



Organização:



Apoio:



depois da desativação deste, manteve seu logradouro. Por muito tempo, essa população foi esquecida pelo poder público, sem ter suas necessidades básicas atendidas, montando sua estrutura com ruas de barro, fossas a céu aberto, famílias sendo amontoadas em espaços mal distribuídos e retratando-os como os invisíveis sociais.

O trabalho em questão tem como objetivo desenvolver uma análise social e urbana da área do antigo lixão da Cidade de Maceió, visando a implementação de um Centro Cultural que proponha um respeito histórico ao bairro da Jacarecica e a história dos Catadores de lixo, um espaço de investimento e desenvolvimento consciente ao litoral norte da Cidade; um espaço de aprendizado e autoconhecimento, apresentar à população um local de reconhecimento e empoderamento.

Para dar vida ao cenário ideal da localidade, foi proposta uma solução projetual a qual preza a junção social desde o seu conceito: Quebra cabeças, um jogo que amplifica o raciocínio, sua montagem trata-se de peças que se complementam para construir uma imagem bem maior. Juntar peças que possibilitem a análise e compreensão do todo social, e que os frequentadores possam conhecer as diversidades da cidade de Maceió.

O maior desafio do projeto, foi elaborar algo que não dramatizasse a classe menos favorecida e que também não afastasse os mais abastados, gerasse um diálogo entre as classes, para que não cresça a gentrificação. Desenvolve-se um projeto que possua total integração e direcionamento para ponto fundamental: A comunidade da Vila Emater. Para que, os moradores se sintam representados pela arquitetura proposta e que se reconheçam como parte da construção da história local.

O Centro Cultural deverá ser um ponto de interligação, de treinamento para capacitações, de encontros e de batalha pela igualdade social, além de ponto de trabalho para os moradores locais, onde sejam reconhecidos como seres de direito e não marginais sociais. O Centro cultural cooperará neste posicionamento, apresentar à sociedade a invisibilidade da Vila Emater e a complexidade social que paira sobre os moradores da periferia. Trazer a discursão do público x privado, a extrema área verde de lazer, a arquitetura clara e precisa, a 'classe operária' e a 'classe burguesa', todos coniventes em um espaço unificado.

Palavras-chave: Litoral, Vila Emater, Lixão, Conflitos socioespaciais, Centro Cultural.

O turismo e a produção do espaço no litoral de Pernambuco: O caso do Cabo de Santo Agostinho (Lilian Barbosa Monteiro de Lucena; Cristina Pereira de Araujo)

O presente trabalho possui como tema central os rebatimentos do turismo na produção do espaço, tendo como estudo de caso o município do litoral pernambucano Cabo de Santo Agostinho. O Turismo é uma atividade que movimenta 900 milhões de pessoas no mundo, consome e produz espaço. Nesse sentido, o litoral pernambucano, cuja singularidade de sua paisagem, associada à biodiversidade e à figura da praia em si, traz um cenário sedutor para apropriação pelo turismo que o toma emprestado, como moldura, para a implantação dos meios de hospedagem e demais equipamentos turísticos. Nesta linha de raciocínio, sustenta-se que as relações entre turismo e território devam ser pensadas considerando o imenso jogo de relações em que esta atividade se insere, cabendo entender qual o lugar do turismo na produção do espaço. Para isso, primeiramente, buscou-se compreender o universo que envolve a pesquisa: o espaço e turismo, sendo realizado um estudo da bibliografia pertinente ao tema, bem como um levantamento bibliográfico e documental acerca do estudo de caso. Posteriormente, foi feito um diagnóstico do município a fim de compreender sua dinâmica socioeconômica, regulamentações legais e a evolução da ocupação do solo urbano. Finalizada a primeira parte, partiu-se para mapear a ocorrência de empreendimentos turísticos imobiliários, resorts, hotéis, primeiras e segundas residências à beira-mar. Para isso, foram realizadas pesquisas em campo e utilizou-se dos dados disponibilizados pelo IBGE. Por último, foi analisado o preço do metro quadrado em diferentes bairros do município do Cabo de Santo Agostinho, usando como base três plataformas de vendas online: Expoimóveis, Zapimóveis e Imovelweb, cujo objetivo era verificar a valorização da terra dos bairros à beira-mar em relação aos periféricos. Através dessas atividades desenvolvidas pode-se perceber que com uma orla selecionada aos empreendimentos hoteleiros, casas de veraneio e residências luxuosas, o Cabo

Realização:



Organização:



Apoio:



de Santo Agostinho se apresenta como mais um exemplo, da produção espacial de uma sociedade capitalista, que destina o monopólio das melhores localizações às classes de alta renda. Nas palavras de um zelador, quando perguntado sobre a renda dos donos das casas de veraneio na orla de Enseada dos Corais: “Aqui, só quem tem uma casa na orla é rico, pobre não tem esse direito. É muito caro!”. Com isso, mostra-se que o processo de exclusão socioespacial, que estruturou a produção do espaço nessa cultura, parece está longe do fim, sendo importante o estudo de outros casos ao longo da orla, para a exemplificação e comprovação ou não, de tal estruturação segregadora do espaço.

Palavras-chave: Cabo de Santo Agostino, mercado imobiliário, produção do espaço, turismo.

SESSÃO TEMÁTICA 4 – Turismo de base comunitária

CATEGORIA COMUNICAÇÃO ORAL

Produção do espaço e políticas públicas de turismo: uma discussão acerca da estruturação do turismo de base comunitária no Brasil (João Paulo da Silva; Cristina Pereira de Araujo)

Utilizando uma abordagem geográfica do turismo, devemos considerá-lo como um importante agente que atua, ao mesmo tempo, na produção e no consumo do espaço urbano, aqui compreendido como um “conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações”, conforme assinala Milton Santos (2014, p. 21). Nessa perspectiva, o objetivo principal do presente trabalho foi o de discutir como a implementação das políticas públicas de turismo nos últimos anos tem interferido na produção do espaço nos principais destinos do Brasil, cujo recorte da análise se volta para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, especialmente a partir da criação do Ministério do Turismo em 2003. Como nos lembra Beni (2006), para que haja o fortalecimento da atividade turística é preciso entender que uma política pública para este setor da economia deve representar um conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressem os caminhos para atingir os objetivos para o turismo do país. Dessa maneira, o desenvolvimento do

turismo de base comunitária nos últimos anos se deve, sobretudo, à atuação do Estado no sentido de encarar a atividade como um fenômeno capaz de contribuir para mitigar problemas sociais, através da geração de trabalho e renda, do fortalecimento do território e das pessoas que ali vivem (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009). A metodologia aqui adotada possui enfoque qualitativo, uma vez que foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental como técnicas de coleta de dados na tentativa de constatar as principais ações e políticas públicas de turismo, empreendidas pelo Governo Federal, que possuem um rebatimento direto na produção do espaço e na estruturação das iniciativas de turismo de base comunitária existentes em todo território nacional. A preocupação do Estado com o desenvolvimento do turismo no Brasil só começou a se estruturar em 1992, quando o então Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR lançou naquele ano o Plano Nacional de Turismo - PLANTUR, mas que pouco saiu do papel. Contudo, a única ação concreta desse período foi o lançamento do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR, que contou com o aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e com o apoio dos governos estaduais da região Nordeste do Brasil. Para Cruz (2007), o Prodetur representa uma política de turismo que faz as vezes de uma política urbana, pois se restringe à criação de infraestrutura urbana em localidades consideradas, pelos respectivos estados envolvidos, relevantes para o desenvolvimento do turismo regional. A implementação da primeira fase do Prodetur no litoral nordestino favoreceu a chegada de grandes redes internacionais e o desenvolvimento de polos turísticos cercados de megacomplexos hoteleiros e de lazer. Com isso, houve o crescimento acentuado de um modelo de turismo pautado no binômio sol e mar, acompanhado da modernização de espaços que foram apropriados pela atividade (aeroportos, rodoviárias, rodovias, etc). Essa estruturação, segundo BursztyN, Bartholo e Delamaro (2009, p. 81), “gerou uma nova divisão territorial entre a faixa litorânea, ocupada pelos grandes empreendimentos, e as áreas reservadas às comunidades locais tradicionais”. A relação entre essas comunidades locais e os grandes centros de fluxo turístico vai depender do modelo de desenvolvimento do turismo adotado naquele território. No caso do Nordeste, os projetos de hotelaria implementados na região frequentemente não possuíam vinculação com espaços

Realização:



Organização:



Apoio:



e comunidades circunvizinhas (CRUZ, 2003). Esse conflito só começa a ganhar força na pauta governamental a partir do ano de 2003, com a criação do Ministério do Turismo e lançamento da primeira edição da Política Nacional de Turismo, que compreendia o período entre 2003 e 2007. Os resultados da implementação dessa política evidenciaram o potencial da atividade turística no fortalecimento de aspectos socioeconômicos em localidades com alto índice de vulnerabilidade social (MTUR, 2003). Em 2008, com base em experiências latino-americanas e em algumas iniciativas de pesquisadores brasileiros, o Ministério do Turismo lança o Edital 01/2008 e resolve apoiar financeiramente as iniciativas de turismo de base comunitária no país. A partir de então, outras instâncias governamentais e não governamentais iniciaram um movimento de incentivo ao turismo de base comunitária em todo o território nacional. Esse tipo de turismo pode ser definido como um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo-cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do crescimento do setor (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009). Atualmente, percebe-se que as ações executadas dentro do Plano Nacional de Turismo, lançado em 2003, e nos planos subsequentes, foram responsáveis por estimular um movimento que redimensionou o potencial do país para aproveitar as oportunidades do turismo de base comunitária, fazendo surgir outros tipos de agentes de indução, que instigam, motivam e participam ativamente da gestão da atividade no território (GÓMEZ et al, 2016). Dessa maneira, novos modelos alternativos ao turismo convencional vêm ganhando fôlego e espaço no mercado turístico nacional e isso se deve, por um lado, à mudança no perfil da demanda turística internacional e, do outro, pelo estímulo do Estado com a criação de políticas de turismo com foco na inclusão social e no fortalecimento de territórios e populações menos privilegiadas, mas capazes de aproveitar os benefícios da atividade turística e potencializar seus valores econômicos, sociais e culturais.

Palavras-chave: políticas públicas, produção do espaço, turismo de base comunitária.

Turismo em favelas: participação comunitária no Morro da Babilônia (Sergio Moraes Rego Fagerlande)

O artigo é parte de pesquisa sobre turismo de base comunitária, mobilidade urbana e ambiente em favelas da zona sul do Rio de Janeiro, apresentando estudo de caso sobre a favela do Morro da Babilônia. O turismo em favelas vem tendo maior destaque a partir de novas políticas públicas relacionadas aos grandes eventos esportivos ocorridos no Rio de Janeiro, como a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Em meio a grandes investimentos em infraestrutura urbana e de uma política de segurança representada pela implantação das Unidades de Polícia Pacificadora UPP a partir de 2008, as favelas passaram a ser parte dessas políticas de transformação da imagem do Rio de Janeiro, tendo o turismo como um dos elementos utilizados. O caso estudado mostra a relação entre ambiente, favela e turismo comunitário nessa favela, através da participação de cooperativa de moradores, a CoopBabilônia, que a partir de trabalho iniciado nos anos 1980 vem se consolidando com as novas possibilidades do turismo nas favelas, e mostrando caminhos para esse tipo de turismo, através da participação local no processo. A pesquisa vem sendo desenvolvida no Laboratório de Urbanismo e Meio Ambiente LAURBAM do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro PROURB FAU UFRJ. O estudo vem sendo realizado em cinco favelas da zona sul carioca: Babilônia e Chapéu Mangueira, Cantagalo Pavão Pavãozinho, Santa Marta, Vidigal e Rocinha. São comunidades em que vem sendo observada forte movimentação turística, seja em visitação ou em hospedagem, com participação em diversos casos de organizações não governamentais que trazem atividades ligadas ao turismo como potenciais geradoras de renda para as populações locais. O artigo busca mostrar de que maneira essas favelas têm desenvolvido atividades relacionadas ao turismo de base comunitária com a participação de organizações locais e como vem sendo a participação do poder público, em alguns casos vinculados ao interesse que a necessidade de melhoria da imagem dessas áreas, vinculada à presença de grandes eventos esportivos e de uma política ligada à segurança pública para a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016.

Realização:



Organização:



Apoio:



Ao lado de projetos pioneiros como o Rio Top Tour, no Morro Dona Marta, e da participação da ONG Museu de Favela no Cantagalo Pavão Pavãozinho, com projetos de visitação ligados à identidade local, como o Circuito das Casas-Tela e a trilhas ecológicas no morro, o estudo apresentado nesse artigo traz o caso do Morro da Babilônia, aonde uma cooperativa de moradores, a CoopBabilônia, vem sendo responsável por diversos projetos que relacionam meio ambiente, participação comunitária e turismo.

Ao lado de estudos sobre as atividades de visitação, que tem a cooperativa como incentivadora da participação local, a pesquisa traz dados que mostram o crescimento do turismo na favela, como a presença de dezessete albergues na favela, cujo mapeamento já foi realizado pela pesquisa.

O trabalho da pesquisa tem sido realizado através de consulta à bibliografia tradicional, guias relacionados ao turismo em favelas e sites de hospedagem, além de visitas à favela e contatos com os moradores e empreendedores, assim como a observação do trabalho da CoopBabilônia, responsável tanto pelas atividades de reflorestamento e criação de trilhas ecológicas como pela organização e treinamento dos guias locais, além de trabalho de educação ambiental e social.

A relação entre os moradores do Morro da Babilônia, através da CoopBabilônia, com a prefeitura e a iniciativa privada através do Shopping Rio Sul, é um caso importante a ser estudado, em que se mostram novas possibilidades que juntam ambiente, turismo ecológico, turismo em favelas e participação conjunta entre essas três esferas da sociedade, a comunidade, o poder público e a iniciativa privada. A partir de iniciativas comunitárias nos anos 1980, quando a presença constante de riscos ambientais, como deslizamentos e principalmente incêndios, levou a um contínuo processo de envolvimento das partes para a resolução de graves problemas ambientais, o processo de envolvimento da comunidade levou a resultados que devem ser estudados.

Em um longo processo, que resultou no reflorestamento dos morros da região através do trabalho comunitário patrocinado pelo shopping com o apoio público, toda a área se transformou em 2014 em Parque Municipal da Paisagem Carioca, valorizando a preservação e seus atributos para a visitação. O turismo comunitário é um dos fatores importantes para a preservação da trilha, com projetos liderados

pela cooperativa nesse sentido. Além de equipes de moradores locais trabalharem no plantio e manutenção das matas, há acompanhamento técnico, com trabalho de engenheiro florestal, e que se estende para outros morros da região.

O sucesso dessas iniciativas resultou na criação de trilhas ecológicas que se relacionam ao turismo na favela, com resultados não somente na geração de emprego e renda, mas também de melhorias ambientais, como diminuição de risco de deslizamentos e incêndios, que ocorriam nas áreas desmatadas ocupadas pelo capim. Além da visitação da comunidade, novos usos dessas áreas de mata junto a favelas, comuns em toda a zona sul, mostram a importância dessa nova relação entre as comunidades da favela e das áreas de entorno, tendo o turismo como potencializador dessa relação. A partir da participação da CoopBabilônia, inicialmente como uma cooperativa de plantadores de árvores, e mais recentemente ligada ao turismo, em especial pelo crescimento recente dessas atividades na cidade, deve ser valorizado o turismo de base comunitária para o bom funcionamento dessas atividades em favelas.

Esse projeto de reflorestamento com o apoio dos moradores trouxe forte estímulo ao turismo local, e a organização da cooperativa pode ser utilizada para se ter um turismo com guias da comunidade, trazendo não somente um sentimento cada vez maior de pertencimento como ganhos evidentes de geração de renda para seus habitantes, e reforçando através da visitação a visibilidade da favela e de seus moradores. Dessa maneira o caso do Morro da Babilônia deve ser considerado como de grande importância para o estudo das relações público-privadas-comunitárias, em que o turismo de base comunitária pode ser um dos instrumentos de transformação para a comunidade.

SESSÃO TEMÁTICA 5 – Turismo de base comunitária

CATEGORIA COMUNICAÇÃO ORAL

Oferta turística local e mercado de trabalho: uma análise do impacto de indústrias turísticas (Eduardo Reis Araújo; Leandro de Souza Lino; Paulo Henrique Assis Feitosa)

Realização:



Organização:



Apoio:



Nos últimos anos, diversos estudos foram realizados para analisar o impacto do turismo na economia, para subsidiar a elaboração e avaliação de políticas de desenvolvimento desse setor. Parte desse esforço tem se concentrado no dimensionamento de seu mercado de trabalho através da estimação de coeficientes de demanda. Entretanto, dificuldades impostas aos métodos e fontes de informação disponíveis limitam as análises no nível municipal. Para somar esforços nesta direção, este artigo investiga se o nível de desenvolvimento da oferta turística local está associado ao impacto econômico do mercado de trabalho em indústrias turísticas. Para tanto, são analisados dados de oito indústrias turísticas na Região Metropolitana da Grande Vitória no Estado do Espírito Santo. Os resultados da aplicação de coeficientes de demanda revelam uma correlação positiva entre o grau de desenvolvimento da oferta turística e o efeito no mercado de trabalho, medido em termos de emprego e massa salarial.

Palavras-chave: Região Metropolitana, Oferta Turística, Indústrias Turísticas, Mercado de Trabalho, Coeficiente de demanda.

Porto Velho, Porto Novo: Porto Maravilha (Maria Isabel Camañes Guillén,; Roberta Simeoni Franco de Godoy)

Este artigo procura demonstrar como foi articulada a discussão que se estabelece em torno da revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro e como foi implantada a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. Para tanto um processo histórico é evidenciado como introdutório para reconhecimento dos diversos fatores que contribuíram para que a região portuária da cidade carioca chegasse ao estado de abandono e deterioração que se encontrava ao início das intenções de projeto. Diferentes componentes são identificados e fazem parte da operação, como a valorização do solo, por meio do incremento de maiores potenciais construtivos, as questões turísticas e de preservação histórica, os empreendimentos culturais, a mobilidade e a infraestrutura da região. Elementos de um plano estratégico se articulam para dar nova dimensão à zona portuária, tomando como elemento estruturador o advento das Olimpíadas 2016. Neste panorama o artigo reflete como a capital carioca estruturou sua zona portuária em um programa de reabilitação do tecido urbano, levando incremento econômico e financeiro por meio do turismo cultural e ativação da região.

A cidade do Rio de Janeiro passou por diferentes processos de remodelação de sua malha urbana e apresenta uma gama de sinais a serem decodificados. A construção das Avenidas Rio Branco, a Presidente Vargas, o desmonte do Morro do Castelo, o aterro do Flamengo, e, atualmente, o Porto Maravilha, dentre outras, são marcas das intervenções no tecido urbano desta cidade que completa 452 anos de existência.

A remodelação do Centro, logo no início do século XX, coloca a cidade em destaque frente às rivais platinas (ABREU, 1987). São sinais de novos tempos, de progresso, da metrópole tropical emergente, que revive o cosmopolitismo da belle époque. A cidade passa a ter uma avenida digna de sua importância (segundo opinião da época), mas, para isso, é fundamental que se construa o novo em cima de um passado símbolo do retrógrado. (SANTOS, BENEVIDES, 2014)

Nesta primeira grande reforma, a cidade do Rio de Janeiro sofre o primeiro grande impacto social e de destruição de parte de sua história. A expulsão da população carente da região central e o “bota-abaixo” da memória colonial são “justificáveis” do ponto de vista sanitário e urbanístico de embelezamento necessário à metrópole emergente.

Para a execução desta tarefa, dois profissionais se apresentaram como essenciais: o médico sanitário Osvaldo Cruz, ao qual caberia resolver os problemas endêmicos que afetavam a população, e o engenheiro Pereira Passos, responsável por um projeto de remodelação e embelezamento a fim de elevar a cidade do Rio de Janeiro a uma capital moderna, “uma vitrine do progresso” (JAGUARIBE, 2011), tendo a arquitetura francesa como referencial.

O artigo visa identificar como a história da cidade sempre esteve atrelada ao seu porto e como este foi de extrema importância no desenvolvimento sócio-econômico da capital carioca. Por meio de uma revisão histórica podemos verificar como foi esta evolução e como a população do Rio de Janeiro sempre esteve voltada com seus interesses para via marítima.

As obras de remodelação por que passaram a cidade e a atual Operação Urbana Consorciada foram medidas de políticas públicas necessárias, implantadas em função um processo histórico que levou à degradação e abandono da região, como também foi verificado em diferentes cidades internacionais que tiveram processos históricos semelhantes.

Realização:



Organização:



Apoio:



O artigo visa abordar de forma genérica o que foi a Operação Urbana Consorciada, como foi implantada e quais seus principais interesses. Verifica-se uma proposta nos moldes internacionais que tem vários interesses envolvidos.

Por meio de revisão bibliográfica e estudo dos dados colhidos pela empresa responsável pela gestão da Operação Urbana Consorciada, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), criada especialmente para este fim foi realizada uma análise da estrutura do Projeto, constatando-se que se trata da maior Parceria Público-Privada do País. (DUARTE, 2014). Esta revisão do Plano foi importante para entendimento dos instrumentos utilizados para estruturar e viabilizar as obras e incrementos realizados na região no sentido da revitalização e na ressignificação tanto social quanto econômica, visando além de objetivos turísticos a valorização e preservação do patrimônio histórico. Para tanto foi realizada uma relação com o contexto internacional, onde foram levantadas as principais cidades que passaram por projetos semelhantes e tiveram em suas regiões um processo de requallificação portuária. Verificamos semelhanças ao analisar casos internacionais como Porto Madero, na Argentina - 1989; Porto de Marselha, Porto de Gênova - 1992; Docklands em Londres - início dos anos 1980 e o modelo Barcelona em fim dos anos 1980. As aproximações se encontram na reformulação de áreas urbanas centrais voltadas à construção de espaços para negócios, turismo e consumo para classes de alta renda, tendo como característica comum a participação do capital privado no financiamento das obras e infraestruturas. (BACELLAR, 2012).

As questões de identidade e patrimônio cultural, fatores importantes que somados são responsáveis por facilitar o processo de revitalização e renovação de regiões degradadas, foram abordados e verificados no entendimento destes projetos de intervenção urbana que, de maneira geral, são aceitos pela opinião pública porque são estruturados por ideologias espaciais que são propostas para vender não apenas o lado positivo das mudanças. Há uma construção deliberada de discursos e imagens de prosperidade, de crescimento e de modernização que torna compreensível esta aceitação.

O artigo procura dialogar com a questão do turismo cultural, proposto por meio de um grande projeto de intervenção urbana, viabilizado pela Operação Urbana Porto Maravilha e que ainda não foi totalmente implantado, mas que tem gerado muita

polêmica e discussão e que foi responsável por renovar e revitalizar vários setores econômicos, culturais e urbanos da cidade do Rio de Janeiro. Por meio da conquista no ano de 2012 do título de Patrimônio da Humanidade na categoria Paisagem Cultural (SHLUGER; DANOWSKI, 2014, p.56), a cidade do Rio de Janeiro experimentou uma tendência na instalação e transformação simbólica de empreendimentos culturais e urbanos na cidade, levando a possível transformação dos contornos sociais e econômicos nos próximos anos, gerando também maior visibilidade no cenário internacional, visando ganhos econômicos no setor turístico.

Palavras-chave: porto maravilha; revitalização; operação urbana; região portuária; turismo cultural

Usos litorâneos na Região Metropolitana de Fortaleza: impactos e conflitos (Beatriz Helena Nogueira Diógenes; Ricardo Alexandre Paiva)

A metrópole cearense tem passado por um processo de urbanização intensa desde as últimas três décadas, em função de múltiplas práticas sociais (econômicas, políticas e cultural-ideológicas), com importantes repercussões espaciais, nas escalas urbana e metropolitana. Essa expansão, que apresenta padrões de crescimento diferenciados, é evidenciada de modo particular no espaço litorâneo da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) – sobretudo aquele na direção oeste da capital -, revelando intensas transformações ocorridas principalmente desde o início deste século. São mudanças advindas da globalização, da reestruturação do sistema produtivo e do incremento das atividades terciárias (com ênfase no turismo); das políticas públicas, intervenções do Estado em infraestrutura e ações do mercado; além da ressignificação da imagem do Ceará por meio da promoção da sua imagem.

Dinâmicas diversas incidem nesse processo. No eixo oeste de expansão metropolitana, ligado ao espaço litorâneo, são várias as atividades que coexistem, tais como:

- atividade turística:

Realização:



Organização:



Apoio:



As transformações suscitadas pelo turismo na estrutura metropolitana em geral se manifestam no papel destacado desempenhado pelo aeroporto em conjunto com o sistema viário de Fortaleza e as rodovias litorâneas, responsáveis por impulsionar novas dinâmicas socioespaciais em Fortaleza e na RMF, incrementadas a partir da década de 1990, com uma variedade de intervenções na faixa litorânea (equipamentos e infraestruturas) resultado das ações do PRODETUR/CE I e II. Na chamada “Costa do Sol Poente”, destaque para as obras viárias, como a Ponte sobre o Rio Ceará, que articulou a rede de caminhos mais próxima à orla e a Via Estruturante CE-085, bem como os usos litorâneos na Praia do Cumbuco ligados à implementação de uma diversidade de meios de hospedagem (pousadas, hotéis e resorts). Nota-se que este fluxo tem se intensificado com as práticas de turismo e lazer náutico, como o “kitesurf”.

- atividade industrial:

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) localizado no limite entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, constitui uma das principais iniciativas do Estado em incrementar a atividade industrial no Ceará. O CIPP foi concebido para propiciar operações eficientes, com acessos rodoviários e ferroviários independentes dos problemas de conturbações urbanas e criar um novo polo industrial na Região Metropolitana de Fortaleza. O porto também foi idealizado para facilitar a exportação da produção proveniente do agronegócio, confirmando a integração das políticas de desenvolvimento. Além disso, O CIPP opera movimentando matérias primas, produtos siderúrgicos acabados, fertilizantes e cereais em granel, contêineres e graneis líquidos e gasosos. O projeto pressupõe as premissas do desenvolvimento sustentável ao advogar a redução dos impactos ambientais, uma vez que constitui um dos principais vetores de expansão da urbanização metropolitana. Entre as indústrias implementadas, destaca-se a CSP - Companhia Siderúrgica do Pecém, com capital internacional, atraindo grande contingente de trabalhadores para a região, muitos deles estrangeiros.

Ainda em relação à atividade industrial, verifica-se a implantação de parques eólicos em grandes extensões do território, o que confere ao Ceará o segundo lugar nacional na geração de energia eólica. Muitos deles localizados na Costa

Oeste, como nas praias da Taiba e do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante.

- atividade imobiliária:

Devido ao aumento do fluxo de pessoas, decorrentes das atividades industriais e turísticas, verifica-se o surgimento de duas frentes de desenvolvimento imobiliário: a primeira relacionada ao turismo, notadamente junto à orla, com novas tipologias de residência secundária, compondo os empreendimentos turísticos-imobiliários e estruturas híbridas voltadas para o turista e o veranista; a segunda, localizada nas entre as rodovias e um pouco mais distante da costa, voltada para primeira residência, na forma de loteamentos e condomínios fechados.

Tudo isso vem modificando sobremaneira os usos e a ocupação do espaço litorâneo da RMF, gerando impactos sem precedentes nos usos litorâneos pretéritos, como a atividade dos pescadores e suas vilas e antigas tipologias de segunda residência, potencializados mais recentemente pela interseção do turismo com outras dinâmicas socioespaciais.

O objetivo do artigo, portanto, é investigar como essas diversas dinâmicas concorrem para a metropolização de Fortaleza, analisando os vários impactos e conflitos resultantes das atividades supracitadas. Neste passo, pretende-se identificar os processos socioespaciais que regem a urbanização da faixa litorânea da RMF - sobretudo o litoral oeste -, considerados determinantes para a compreensão da estruturação metropolitana atual na área em estudo, avaliando as alterações ocorridas e as causas e efeitos dos investimentos advindos das atividades econômicas e de infraestrutura propostos para essa região, sobretudo aquelas relacionadas às práticas do turismo, da indústria e do mercado imobiliário. A análise dos impactos e conflitos inclui os avanços da urbanização em relação aos ambientes naturais e as unidades de conservação ambiental, bem como a relação entre espaços públicos e privados e entre os urbanos e rurais. Dessa forma, espera-se contribuir com dados e análises de modo a se discutir essa nova realidade e as novas situações que se apresentam, bem como servir de instrumento para subsidiar futuras propostas de planejamento e intervenções mais consistentes para este espaço da Região Metropolitana de Fortaleza.

Palavras-chave: Fortaleza, metropolização, espaço litorâneo, turismo, industrialização.

Realização:



Organização:



Apoio:



CATEGORIA POSTER

Mobilidade e Preservação Ambiental em Mangaratiba: revitalização da estrada ferroviária (Ariane de Souza Paulino)

O projeto se refere a uma intervenção urbanística que resgata o transporte ferroviário de passageiros no município de Mangaratiba para atender a demanda dos moradores locais e incentivar o turismo. Mangaratiba está localizado na região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro e é composto por cinco distritos litorâneos, que se tornaram ponto de interesse turístico na primeira metade do século XX devido ao acesso facilitado pela antiga linha ferroviária e pela rodovia RJ 14 inaugurada em 1929. A importância da cidade e da estrada ferroviária marca a memória de quem usufruiu das antigas estações de trem. Podemos constatar isso com entrevistas aos moradores antigos e nos clássicos da literatura brasileira como: na poesia de Manuel Bandeira, no livro “Meu Pé de Laranja Lima” e na música de Gonzaguinha.

O objetivo principal do trabalho foi estudar a viabilidade de resgatar a linha ferroviária para passageiros de forma a incentivar o turismo, diminuir a dependência da mobilidade por automóveis e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento econômico da cidade.

Foram realizadas pesquisas de campo sobre ocupação e o uso do solo das áreas do entorno imediato a linha férrea, levantamento fotográfico dos locais referentes as antigas estações ferroviárias (demolidas e existentes) e visitas a prefeitura para aquisição de documentos referentes a legislação e mapeamentos da região. Foi analisado também a conexão entre Mangaratiba e Itaguaí, que é sua cidade de maior influência da região. Também foram consultadas bibliografias sobre mobilidade urbana, paisagem, meio ambiente e planejamento urbano.

A partir do resultado da pesquisa foi elaborado um projeto de mobilidade que teve como partido a revitalização da linha ferroviária, foram considerados o posicionamento estratégico das estações no município e integração com modais alternativos para facilitar a entrada e saída de turistas e residentes no município como um todo. O projeto propõe a melhora da segurança nos percursos existentes

e a integração dos cinco distritos do município por ciclovias, para incentivar: a descoberta de novas paisagens litorâneas pelos turistas e a mobilidade dos moradores por meios não motorizados. Os distritos de Muriqui e Praia Grande foram escolhidos para um estudo mais aprofundado e para geração de um projeto de urbanismo que apresentasse propostas de circulação, travessias, e isolamento da área de risco ao redor da estrada ferroviária. Para esta última, foi proposto um gradil com desenho dinâmico para proteção da área.

Este projeto considerou como prioridade as necessidades diárias do município e seus distritos, mas ao mesmo tempo incentivou o turismo litorâneo bucólico, ou seja, com atividades de visitaçao de resgate dos valores históricos e de valorização da paisagem visando estimular a economia local.

Palavras-chave: Mangaratiba, Costa Verde, estrada ferroviária, mobilidade urbana, revitalização

Reconexão Recife – Olinda: protótipos de ambientes lúdicos e interativos (Beatriz Jeronymo)

De acordo com pesquisas pós-modernas, o ser humano necessita de momentos de lazer que o tirem da realidade e possam proporcionar a ressignificação da sua relação com o cotidiano e experiências passadas. Visto que a cidade contemporânea está em constantes mudanças, que ocorrem tanto de forma global como local, o turismo criativo atrelado ao cultural provoca o usuário a ser ativo em sua própria vivência. O turismo criativo é uma extensão do turismo cultural, considerado como uma nova geração de turismo, que permite a participação do visitante em atividades inovadoras, interagindo com a população local e acabando por ocasionar uma maior permanência no destino. O objetivo norteador do trabalho está em conceber um espaço lúdico e flexível ligado principalmente às atividades turísticas, como forma de modificar a dinâmica do lugar, aliando história, arquitetura e design como instrumentos geradores de emoções. Os objetos de estudo são as cidades de Recife e Olinda, que recebem todos os anos uma quantidade considerável de turistas, ambas possuindo centros históricos com uma grande diversidade cultural e que estão interligadas desde os primórdios de suas formações. O intuito principal é de fomentar o turismo existente através de

Realização:



Organização:



Apoio:



uma narrativa histórica que gere experiências sensitivas e emocionais no visitante e, no caso das duas cidades, essa implantação seria fundamental para criar um novo atrativo, visto que a maioria das pessoas que as visitam não vem pela primeira vez. Sendo assim, um espaço de entretenimento que se reinvente ao longo do tempo traz o novo para os locais já conhecidos, criando um diferencial, auxiliando diretamente na economia e agregando valor aos locais históricos. Dessa maneira, a metodologia adotada foi dividida em duas grandes etapas, no primeiro estágio, a partir de um levantamento bibliográfico acerca do tema, focou-se principalmente no estudo da aplicação do design na arquitetura e na experiência turística, destacando o Branding de Cidade, o Placemaking e a Gamificação, assim como nos conceitos de arquitetura efêmera ligada a flexibilidade, sua evolução e aplicação ao longo do tempo. A partir daí analisou-se a viabilidade da proposta, utilizando o Business Model Canvas (Quadro de Modelo de Negócios) que permite o desenvolvimento e esboço de empreendimentos novos ou existentes, através de questionamentos “Como? O que? Para quem? Quanto?” para que se possa validar a ideia inicial. A partir das soluções e conclusões tomadas, concebe-se o partido arquitetônico que norteará a proposição final. Como o principal intuito do projeto é relacionar as cidades de Recife e Olinda, relembrando fatos históricos, a escolha das implantações foi feita de acordo com as visadas de uma cidade para a outra, onde a própria forma arquitetônica irá explorar os sentidos dos visitantes, que terá o intuito de proporcionar perspectivas novas do lugar já conhecido. Sendo assim, escolheu-se o Alto da Sé em Olinda e o lado oposto ao Marco Zero no Recife, próximo ao Parque das Esculturas como os lugares chaves para a intervenção.

Palavras-chave: Turismo, Experiência, Design, Recife, Olinda.

Realização:



Organização:



Apoio:

